

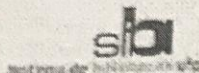
DANILO MENDES RESENDE

**GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AOS DISTRITOS  
INDUSTRIAIS DE GOIÁS – PLANO DE AÇÃO PARA ATENDER ÀS  
REGIÕES MENOS DINÂMICAS DO ESTADO**

GOIÂNIA – GO

2019

**Programa de Pós-Graduação em Administração Pública  
Mestrado em Administração Pública - PROFIAP  
DISSERTAÇÃO**



PRPG  
PROJETO DE REATIVAÇÃO  
DE GRADUADOS



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:  Dissertação  Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

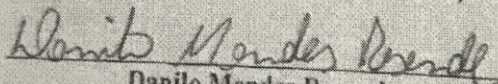
Nome completo do autor: Danilo Mendes Resende

Título do trabalho: Gestão de políticas públicas aplicadas aos distritos industriais de Goiás – plano de ação para atender às regiões menos dinâmicas do Estado.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM  NÃO

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Danilo Mendes Resende

Ciente e de acordo:

  
Prof. Dr. Cláudia Regina Rosal Carvalho

Data: 01 / 05 / 2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – FCT  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
PROFIAP



**DANILO MENDES RESENDE**

**GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AOS DISTRITOS  
INDUSTRIAIS DE GOIÁS – PLANO DE AÇÃO PARA ATENDER ÀS  
REGIÕES MENOS DINÂMICAS DO ESTADO**

Linha de Pesquisa

**Administração Pública: políticas públicas, formulação e gestão**

Orientadora

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Claudia Regina Rosal Carvalho**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - PROFIAP da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

**GOIÂNIA - GO**

**2019**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Resende, Danilo Mendes

Gestão de políticas públicas aplicadas aos distritos industriais de Goiás – plano de ação para atender às regiões menos dinâmicas do Estado. [manuscrito] / Danilo Mendes Resende – 2019.  
154 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Campus Aparecida de Goiânia, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional, 2019.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Cláudia Regina Rosal Carvalho.

1. Administração Pública. 2. Políticas Industriais. 3. Desenvolvimento regional. 4. Distritos industriais. I. Título.

CDU: 005



## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de abril de 2019, às 10:00 horas, na Sala 26 da Faculdade de Ciências e Tecnologia – CAP da Universidade Federal de Goiás, realizou-se em sessão pública, a Defesa de Dissertação intitulada **“GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADAS AOS DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – PLANO DE AÇÃO PARA ATENDER ÀS REGIÕES MENOS DINÂMICAS DO ESTADO”**, de autoria de **DANILO MENDES RESENDE**, mestrando(a) do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFAP. A Banca Examinadora foi constituída pelos professores: Dr<sup>a</sup>. CLAUDIA REGINA ROSAL CARVALHO (Orientadora), Dr<sup>a</sup>. DAIANA PAULA PIMENTA (UFG/PROFIAP, Examinadora Interna) e Dr. ALCIDO ELENOR WANDER (Examinador Externo, Embrapa/UniAlfa), presidida pelo(a) primeiro(a). Após apresentar o trabalho por cerca de 20 (vinte) minutos, o(a) mestrando(a) foi arguido(a) oralmente pelos membros da Banca. Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, o(a) mestrando(a) foi aprovado pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. CLAUDIA REGINA ROSAL CARVALHO  
Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. DAIANA PAULA PIMENTA  
Examinadora Interna

Prof. Dr. Dr. ALCIDO ELENOR WANDER  
Examinador Externo - Embrapa/UniAlfa

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a meu pai, minha mãe, meus irmãos e à minha querida esposa Lanucy e meu filho Bernardo que são os amores da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Profa. Dra. Cláudia Regina Rosal Carvalho, pelo acompanhamento, orientação e amizade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública – PROFIAP, da Universidade Federal de Goiás, na pessoa da sua ex-coordenadora Profa. Dra. Eliane Moreira Sá de Souza e do atual coordenador Prof. Dr. Sólon Bevilacqua, pelo apoio recebido.

Ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública – PROFIAP/UFG, por toda troca de conhecimento e pelas contribuições e sugestões no trabalho.

E enfim, aos colegas de curso, pela oportunidade ímpar de conhecê-los e poder desfrutar juntos de momentos memoráveis durante esta empreitada.

## RESUMO

A partir da concentração dos distritos industriais administrados pela CODEGO nas regiões mais dinâmicas do Estado, este trabalho tem como objetivo elaborar um plano de ação que distribua, por meio de critérios pré-estabelecidos, esses distritos pelo território goiano, de modo a atender satisfatoriamente todas as regiões, em especial as menos dinâmicas. Para isso, faz-se necessário diagnosticar a situação em que se encontra a disposição dos mesmos, comprovando a concentração citada e ainda as suas possíveis causas. O embasamento teórico dos temas que sustentam a abordagem da pesquisa trata de assuntos sobre políticas industriais, desenvolvimento regional e distritos industriais. A justificativa do estudo se dá pelo fato de que a implementação de políticas públicas industriais, como a utilização de distritos industriais, se sustenta na tentativa de redistribuição de renda em busca da diminuição das desigualdades regionais e desta forma, devem atingir de forma satisfatória todas as regiões envolvidas no processo e não apenas as que aparentemente oferecem melhores condições e facilidades para a sua efetivação. A metodologia possui abordagem qualitativa com o tipo de pesquisa sendo o estudo aplicado e a pesquisa-ação, que utilizará como técnicas simultaneamente a pesquisa documental e a análise de conteúdo. O trabalho resultou na comprovação da concentração de distritos industriais nas regiões mais dinâmicas e ainda na identificação da acentuação da desigualdade regional promovida pelo próprio Estado, quando este utiliza critérios que beneficiam regiões mais prósperas para a implantação dos distritos, sendo proposto um plano de ação que, por meio de critérios qualitativos e geográficos, cria, extingue ou remaneja os distritos, atendendo a todas as regiões do Estado, de maneira que 94% dos municípios goianos ficariam a menos de 100 km de pelo menos um distrito industrial.

**Palavras-chave:** Administração pública. Políticas industriais. Desenvolvimento regional. Distritos industriais.

## ABSTRACT

Based on the concentration of the industrial districts administered by CODEGO in the most dynamic regions of the state, this study aims to elaborate a plan of action that distributes, through pre-established criteria, these districts through the Goiás territory, in order to satisfactorily meet all regions, in particular the less dynamic ones. For this, it is necessary to diagnose the situation in which the disposal of the same is available, proving the mentioned concentration and its possible causes. The theoretical basis of the themes that underpin the research approach deals with issues related to industrial policies, regional development and industrial districts. The justification for this study is the fact that the implementation of industrial public policies, such as the use of industrial districts, is based on the attempt to redistribute income in order to reduce regional inequalities and, in this way, must reach satisfactorily all regions involved in the process and not only those that seemingly offer better conditions and facilities for their implementation. The methodology has a qualitative approach with the type of research being the applied study and the action research, that will use as techniques simultaneously the documentary research and the analysis of content. The work resulted in the verification of the concentration of industrial districts in the most dynamic regions and also in the identification of the accentuation of the regional inequality promoted by the state itself, when it uses criteria that benefit more prosperous regions for the implantation of the districts, proposing a plan of action that , by means of qualitative and geographic criteria, creates, extinguishes or rearranges the districts, serving all the regions of the state, so that 94% of the municipalities of Goiás state would be less than 100 km from at least one industrial district.

**Keywords:** Public administration. Industrial policies. Regional development. Industrial districts.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Regiões de Planejamento de Goiás .....	56
Figura 2 - Localização geográfica atual dos distritos industriais .....	70
Figura 3 - Localização geográfica dos distritos industriais após plano de ação.....	85

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fases do processo de industrialização de Goiás.....	34
Quadro 2 - Ações e programas federais que interferiram no processo de industrialização de Goiás no período de 1960 a 1980 .....	40
Quadro 3 - Ações e programas estaduais que impactaram no processo de industrialização de Goiás no período de 1960 a 1980 .....	41
Quadro 4 - Subprogramas do PRODUZIR.....	47
Quadro 5 - Resumo de condições do programa PRODUZIR .....	49
Quadro 6 - Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Empregos gerados, IDM médio – educação e IDM médio – infraestrutura por região de planejamento .....	62
Quadro 7 - Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Empregos gerados, IDM médio – educação e IDM médio – infraestrutura por macrorregião .....	64
Quadro 8 - Quantidade de distritos industriais e sua representatividade numérica por região de planejamento .....	66
Quadro 9 - Investimentos e a representatividade de recursos por distrito industrial de 2006 a 2017.....	68
Quadro 10 - Número de distritos industriais, investimentos de 2006 a 2017 e sua representatividade por macrorregião.....	69
Quadro 11 - Disposição dos distritos industriais da região Metropolitana de Goiânia de acordo com o plano de ação .....	75
Quadro 12 - Disposição dos distritos industriais da região Centro Goiano de acordo com o plano de ação .....	76
Quadro 13 - Disposição dos distritos industriais da região Norte Goiano de acordo com o plano de ação .....	77
Quadro 14 - Disposição dos distritos industriais da região Nordeste Goiano de acordo com o plano de ação .....	78
Quadro 15 - Disposição dos distritos industriais da região Entorno de Distrito Federal de acordo com o plano de ação .....	79
Quadro 16 - Disposição dos distritos industriais da região Sudeste Goiano de acordo com o plano de ação .....	80
Quadro 17 - Disposição dos distritos industriais da região Sul Goiano de acordo com o plano de ação.....	81

Quadro 18 - Disposição dos distritos industriais da região Sudoeste Goiano de acordo com o plano de ação .....	82
Quadro 19 - Disposição dos distritos industriais da região Oeste Goiano de acordo com o plano de ação .....	83
Quadro 20 - Disposição dos distritos industriais da região Noroeste Goiano de acordo com o plano de ação .....	84

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população goiana de 1940 a 1960.....	37
Gráfico 2 - Composição do PIB de Goiás por segmento econômico de 1939, 1960 e 1980 ..	42
Gráfico 3 - Composição do PIB de Goiás por segmento econômico de 1939, 1960, 1980, 2000, 2009 e 2015.....	50
Gráfico 4 - Comparativo de área, população, PIB, número de distritos e investimentos por Macrorregião .....	71

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Faixas de enquadramento programa FOMENTAR.....	44
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CODEGO	Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DAG	Distrito Agroindustrial de Goianira
DAI	Distrito Agroindustrial de Inhumas
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
DAIAB	Distrito Agroindustrial de Abadiânia
DAIAG	Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
DAIAGO	Distrito Agroindustrial de Goianésia
DAIBV	Distrito Agroindustrial de Bela Vista de Goiás
DAIC	Distrito Agroindustrial de Ceres
DAIJU	Distrito Agroindustrial de Jussara
DAIM	Distrito Agroindustrial de Mineiros
DAIMO	Distrito Agroindustrial de Morrinhos
DAIO	Distrito Agroindustrial de Orizona
DAISMA	Distrito Agroindustrial de São Miguel do Araguaia
DAP	Distrito Agroindustrial de Pontalina
DARV	Distrito Agroindustrial de Rio Verde
DASC	Distrito Agroindustrial de Senador Canedo
DAUR	Distrito Agroindustrial de Uruaçu
DIAGO	Distrito Agroindustrial de Goiatuba
DIAGRI	Distrito Agroindustrial de Itumbiara
DIAL	Distrito Agroindustrial de Luziânia
DIAP	Distrito Agroindustrial de Porangatu
DIMIC	Distrito Miner industrial de Catalão
DISC	Distrito Industrial de Senador Canedo
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FEINCOM	Fundo de Expansão da Indústria e Comércio
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos

FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IMB	Instituto Mauro Borges
PBQP	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PIB	Produto Interno Bruto
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRODUZIR	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás
PRONI	Programa Nacional de Irrigação
SED	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação de Goiás
SEPLAN	Secretaria do Planejamento e do Desenvolvimento do Estado de Goiás
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>20</b>
1.1 POLÍTICAS INDUSTRIAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	20
1.1.1 Os distritos industriais .....	22
1.2 GESTÃO DE POLÍTICAS INDUSTRIAIS NO BRASIL .....	27
1.3 GESTÃO DE POLÍTICAS INDUSTRIAIS EM GOIÁS .....	33
1.3.1 Período de 1930 a 1960 .....	35
1.3.2 Período de 1960 a 1980 .....	38
1.3.3 Período após 1980 .....	43
1.4 ASPECTOS INSTITUCIONAIS DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS.....	50
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>54</b>
<b>3 DIAGNÓSTICO</b> .....	<b>61</b>
3.1 CONCENTRAÇÃO DE DISTRITOS E INVESTIMENTOS .....	61
3.2 CAUSAS DA CONCENTRAÇÃO .....	71
<b>4 PLANO DE AÇÃO</b> .....	<b>74</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>89</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>94</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

O Estado, por meio da implementação de políticas públicas, atende a diversos interesses dos múltiplos setores da sociedade (GUIMARÃES, 2011). De acordo com Gelinski e Seibel (2008), as políticas públicas são ações governamentais direcionadas para a resolução de diversas necessidades públicas. Essas políticas podem ser sociais, quando aplicadas à saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda ou previdência; macroeconômicas, no campo fiscal, monetário, cambial e industrial; ou de outras naturezas como a científica/tecnológica, cultural, agrícola e agrária. Normalmente o ciclo das políticas públicas é composto pelo processo de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação.

No plano das políticas públicas industriais, inseridas no setor macroeconômico, Paranaíba (2012) explica que o Estado pleiteia, por meio de instrumentos governamentais, atrair indústrias e investimentos para as regiões brasileiras economicamente menos beneficiadas, visando gerar uma redistribuição de renda no país em busca da diminuição das desigualdades existentes.

No âmbito do histórico do Estado de Goiás, as políticas industriais começaram a ganhar força a partir da década de 1930, amparadas em sua maioria pelo Governo Federal por meio de programas de integração nacional, como os Planos Nacionais de Desenvolvimento, que figuraram até a década de 1980 numa tentativa da União de industrializar e desenvolver os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, uma vez que a maioria das indústrias se concentravam no Sul e Sudeste do país. Entretanto, somente após a criação de políticas industriais efetivamente estaduais, como os programas FOMENTAR, implementado em 1984 e o PRODUZIR, que veio a substituir o FOMENTAR no início dos anos 2000, Goiás passou a experimentar desenvolvimento industrial mais significativo.

Tanto no FOMENTAR como no PRODUZIR, é percebida uma constante preocupação do Estado em criar condições favoráveis à atração de investimentos industriais, apoiando-se principalmente na utilização de incentivos fiscais, creditícios, financeiros e infraestruturais. Dentre os incentivos infraestruturais, destaca-se a implantação e estruturação de distritos industriais, que são áreas pré-dotadas de infraestrutura operacional necessária para a instalação de indústrias de maneira mais ágil, organizada e concentrada.

Com um projeto arrojado de instalação de distritos, que nasceu na década de 1970 e projetava a criação de 42 distritos agroindustriais em diversas regiões do Estado (CUNHA, 2010), Goiás conta atualmente com 36 distritos dessa natureza, administrados pela CODEGO,

nos quais 2.232 indústrias das mais variadas finalidades encontram-se escrituradas e 316 estão em processo de assentamento (CODEGO, 2018).

Esses distritos estão distribuídos em cidades de grande, médio e pequeno porte, consideradas polos para o crescimento do Estado. Todavia, os dados coletados nesta pesquisa mostrarão que, quando se analisa a disposição dos mesmos pelo território goiano, existe uma convergência para as áreas mais dinâmicas de Goiás (macrorregiões Centro e Sul), ou seja, para regiões que apresentam melhores indicadores sociais e econômicos. Essas regiões acumulam aproximadamente 90% dos distritos, enquanto as que apresentam os piores indicadores (macrorregião Norte), contam com apenas 10% dos distritos.

Castro (2014) esclarece em seus estudos que os distritos com melhores infraestruturas e que mais recebem investimentos estaduais, se localizam na porção Centro-Sul de Goiás, pois são regiões mais dinâmicas, que contam com acesso mais fácil à região Sudeste do Brasil, possuem maiores facilidades de logística e ainda concentram a maior parte das riquezas e da população do Estado, indo na contramão dos objetivos das políticas industriais que preconizam a diminuição das desigualdades regionais, visto que outras regiões menos dinâmicas necessitam mais de investimentos.

Desta forma, tendo em vista o contexto apresentado, a pergunta principal que delimita a presente pesquisa é a seguinte: a partir da concentração de distritos industriais e investimentos nesse setor nas áreas mais dinâmicas do Estado, como racionalizar a distribuição dos distritos, de forma a contribuir para redução das desigualdades regionais?

Na intenção de buscar respostas para essa pergunta, a pesquisa possui os seguintes objetivos:

## OBJETIVO GERAL

Estudar a gestão de políticas públicas aplicadas aos distritos industriais no Estado de Goiás, com ênfase no atendimento às regiões menos dinâmicas.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar um diagnóstico acerca da disposição dos distritos industriais goianos, comprovando a sua concentração nas regiões mais dinâmicas do Estado;
- Analisar como se dá a distribuição dos distritos, ou seja, verificar quais critérios são levados em consideração para a escolha das localidades que receberam ou irão

recebê-los, identificando as possíveis causas que levam à concentração descrita anteriormente;

- Elaborar um plano de ação que distribua, por meio de critérios pré-estabelecidos, os distritos industriais pelo território goiano de forma a atender satisfatoriamente todas as regiões do Estado, em especial as menos dinâmicas.

Desse modo, em um primeiro momento, busca-se comprovar a concentração e identificar as causas que levam ao direcionamento de recursos nesse setor para regiões que possuem níveis de crescimento econômico e social elevados e não deveriam ser prioritárias, uma vez que outras menos dinâmicas necessitam mais de investimentos, considerando a diminuição das desigualdades regionais propagada pelas políticas industriais. Já em um segundo momento, pretende-se elaborar uma metodologia que direcione, de maneira mais eficiente, a implantação dos distritos, de maneira a atender satisfatoriamente todas regiões, principalmente as menos dinâmicas.

A metodologia do trabalho, que traz a sistemática empregada para alcançar os objetivos, tem abordagem qualitativa, sendo a pesquisa classificada como pesquisa-ação, na qual serão utilizadas como técnicas a pesquisa documental e a análise de conteúdo de forma simultânea. Os métodos qualitativos de pesquisa serão aplicados ao material coletado desde a investigação bibliográfica acerca do tema, até os documentos oficiais disponibilizados pela CODEGO, SED, IMB, IBGE e demais fontes.

A hipótese da pesquisa parte da suposição de que os procedimentos e os critérios utilizados pelo Estado para a implantação e estruturação de distritos industriais apresentam certo direcionamento, promovendo a desigualdade regional goiana, indo de encontro ao objetivo das políticas industriais, que é justamente a sua redução. Assim, por meio de um plano de ação que apresente uma nova metodologia que oriente a distribuição de recursos nesse segmento, as regiões menos dinâmicas do Estado também poderão ser atendidas de forma eficaz.

O presente trabalho se justifica pelo fato de que a implementação de políticas públicas que visem criar condições favoráveis à atração de investimentos industriais, como a utilização de distritos industriais, se sustenta na tentativa de redistribuição de renda em busca da diminuição das desigualdades regionais e desta forma, na expectativa de contrapartida social e econômica, as políticas industriais devem atingir de forma satisfatória todas as regiões envolvidas no processo e não apenas as que aparentemente oferecem melhores condições e facilidades para a sua efetivação.

Nesse sentido, torna-se fundamental investigar meios eficientes para o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas aplicadas aos distritos industriais, indicando propostas que possam ser usadas para o seu aprimoramento, independente da dimensão que alcançarão.

Acredita-se que, ao atingir os objetivos mencionados, este trabalho contribuirá com o refinamento do processo de formulação e gestão das políticas públicas aplicadas aos distritos industriais de Goiás, buscando possíveis soluções que ajudem a alcançar os propósitos almejados pela política industrial do Estado, principalmente em relação às desigualdades regionais. Desta maneira, espera-se criar condições para que as regiões menos beneficiadas recebam mais investimentos nessa área, tendo em vista a sua concentração em regiões mais prósperas do Estado.

Para atingir os objetivos, este trabalho será dividido em quatro capítulos, sendo o primeiro o referencial teórico, no qual serão discorridos conceitos e argumentos sobre política industrial, desenvolvimento regional, distritos industriais, as políticas industriais no Brasil e em Goiás e, ainda, a apresentação de aspectos históricos, legais e práticos acerca da implantação dos distritos industriais pelo Estado de Goiás. O segundo capítulo consiste no detalhamento da metodologia utilizada pelo trabalho. Já o terceiro traz um diagnóstico da gestão e da efetividade das políticas públicas aplicadas aos distritos industriais administrados pelo Estado, comprovando a concentração de investimentos nas regiões mais dinâmicas e as suas possíveis causas, e por fim, o último capítulo fica incumbido de elaborar um plano de ação que responda à pergunta problema da pesquisa, trazendo ainda as considerações finais acerca do trabalho e as referências utilizadas.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

O Capítulo 1 discorre sobre as referências teóricas dos temas que sustentam a abordagem desta pesquisa, dividido em quatro seções. A primeira trata de conceitos e argumentos a respeito das políticas públicas industriais, bem como sua relação com o desenvolvimento regional, tendo como foco a utilização de distritos industriais como instrumento de atração de investimentos. A segunda traz um panorama acerca das principais políticas industriais implementadas pelo Brasil ao longo do tempo, destacando-se também os incentivos à utilização de distritos industriais. Já a terceira apresenta um breve histórico do processo de industrialização e das políticas industriais utilizadas pelo Estado de Goiás a partir da década de 1930. Por fim, a quarta seção aborda os aspectos históricos, legais e práticos relativos aos distritos industriais de Goiás.

### 1.1 POLÍTICAS INDUSTRIAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No contexto histórico, de acordo com Pimentel (2013), a idealização de políticas industriais não é nova, podendo ser identificada nas teses mercantilistas dos séculos XVI e XVII, junto às propostas legislativas de intervenção no mercado e proteção da indústria nascente.

Ferraz, Paula e Kupfer (2002) conceituam política industrial como o conjunto de instrumentos e regulamentos associados a políticas públicas, que podem afetar a destinação de recursos dentro e entre as indústrias, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho de agentes econômicos em um determinado território.

As políticas industriais são ações e instrumentos utilizados pelas nações com o intuito de desenvolver o setor industrial e aumentar as taxas de crescimento econômico (CORONEL; AZEVEDO e CAMPOS, 2014).

De acordo com Krugman (1989), política industrial pode ser interpretada como um conjunto de ações governamentais válidas para fomentar setores avaliados como importantes para o crescimento econômico do país.

Em suma, as políticas industriais estão inseridas dentro das políticas públicas de cunho macroeconômico, nas quais o Estado, na tentativa de redistribuição de renda e diminuição das desigualdades regionais e sociais, utiliza-se de mecanismos que visam criar condições favoráveis à atração de indústrias e investimentos para locais pré-determinados.

Numa visão desenvolvimentista, conforme explica Pimentel (2013), a política industrial pode ser classificada em dois tipos, que podem ser empregadas isoladamente ou em conjunto, de acordo com os objetivos do Estado. De um lado estão as chamadas políticas horizontais, pautadas em medidas de alcance global da economia. De outro, estão as políticas verticais, desenvolvidas para fomentar indústrias, cadeias produtivas e grupos específicos de empresas.

As políticas horizontais, de acordo com Pimentel (2013), buscam melhorar o desempenho da economia na sua totalidade, de maneira geral, sem favorecer alguma indústria específica. Dentre os vários instrumentos utilizados neste tipo de política destacam-se:

- Repressão de condutas anticompetitivas e controle de monopólios;
- Políticas de concessão e controle administrativo de preços;
- Políticas tarifárias e não-tarifárias;
- Prevenção de concorrência desleal no âmbito do comércio exterior;
- Incentivos ao gasto com pesquisas e desenvolvimento;
- Concessão de crédito e financiamento a longo prazo;
- Incentivos fiscais;
- Políticas genéricas de infraestrutura econômica (transporte, energia, telecomunicações, rodovias e portos) e de capacitação de mão-de-obra.

Já as políticas verticais, ainda segundo Pimentel (2013), beneficiam deliberadamente uma indústria específica, ou seja, focaliza um conjunto pré-determinado de empresas, indústrias ou cadeias produtivas. A escolha dessas empresas, indústrias ou cadeias produtivas baseia-se principalmente em três fatores:

- Indústria com maior valor agregado, que resultaria em uma renda per capita mais elevada;
- Indústria com grande poder de encadeamento com setores que apresentam grande efeito multiplicador ao longo da cadeia produtiva por meio do *forward linkage* e do *backward linkage*;
- Indústria nascente ou com retorno de escala crescente.

Usualmente, essas políticas, sejam horizontais ou verticais, conforme descrito anteriormente, se justificam na tentativa de redistribuição de renda em busca da diminuição das desigualdades e, desta forma, possuem uma forte relação com o desenvolvimento econômico e social.

Pereira (2004) acredita que a produtividade do setor industrial contribui para o crescimento do país e, assim, para o aumento dos padrões de vida da sociedade.

Segundo Bresser-Pereira (2008), a indústria é o setor econômico que mais rapidamente responde ao alcance de fatores fundamentais para a promoção do bem-estar material e da elevação do padrão de vida da humanidade, situação historicamente associada ao desenvolvimento econômico. Estes fatores seriam: a acumulação de capital em relação ao produto nacional; a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção, com aumento da produtividade, dos salários e do padrão médio de vida da população; e a sofisticação do processo de industrialização.

Nesse sentido, considerando a forte relação desenvolvimento/industrialização, o Estado, através de suas políticas industriais, tem constante preocupação em alcançar e/ou manter certo padrão de desenvolvimento, dado que é no sistema industrial que ocorre o desenvolvimento tecnológico e a sua dispersão para os demais setores econômicos (PIMENTEL, 2013).

Percebe-se, portanto, uma considerável contribuição do setor industrial no processo de desenvolvimento social e econômico de uma região.

#### 1.1.1. Os distritos industriais

Geralmente, as políticas industriais empregadas no processo de desenvolvimento industrial de uma região, apoiam-se na utilização de quatro instrumentos principais: os incentivos fiscais, creditícios, financeiros e infraestruturais. Dentre os infraestruturais, destaca-se a implantação e estruturação de distritos industriais, que são áreas pré-dotadas de infraestrutura operacional necessária para a instalação de indústrias de maneira mais ágil, organizada e concentrada.

De acordo com Teixeira (2008), as políticas voltadas para o desenvolvimento regional e local a partir da dinamização de aglomerações produtivas, como os distritos industriais, têm sido amplamente difundidas em vários países e em vários estados e municípios brasileiros.

Teixeira (2008) explica que, em geral, o principal objetivo dessa política é de, por

meio da melhoria da competitividade de empresas especializadas setorialmente e aglomeradas geograficamente, promover uma melhor distribuição regional e social de renda, contribuindo para a instalação de um processo de desenvolvimento local sustentado. Esse tipo de política é frequentemente utilizado como uma alternativa inovadora e aglutinadora às políticas industriais e de desenvolvimento regional tradicionais, como a concessão de subsídios e incentivos fiscais para a instalação de indústrias.

No contexto histórico, a primeira definição de distrito industrial foi apresentada por Marshall (1890), a qual deriva de um padrão de organização comum à Inglaterra no final do século XIX, onde pequenas empresas, concentradas na manufatura de produtos específicos, voltadas para as atividades econômicas tipo: têxtil, gráfica e cutelaria, aglomeravam-se na periferia dos grandes centros produtores. Essas empresas se inter-relacionavam e interagiam nesse espaço geográfico, produzindo bens em larga escala tanto para consumo interno, como para exportação.

Outro conceito apresentado para o tema vem de PYKE, BECATTINI e SENGENBERGER (1990), que definem distrito industrial como um sistema produtivo local, caracterizado por um grande número de empresas que são envolvidas de várias formas e em diversas instâncias, na produção de um produto. Geralmente os sistemas produtivos locais são compostos por micro e pequenas empresas com capacidade de inovação, adaptação e em condição de atender demandas devido à abundância de mão de obra e empresas correlatas que facilitam a produção. Muitos desses Distritos foram encontrados no Norte e Nordeste da Itália, chamada Terceira Itália, especializados em diferentes produtos: Sassuolo, na Emilia Romana, especializada em cerâmica; Prato na Toscana, especializado em têxtil; Montegrano na Marche em sapatos; móveis de madeira, especialidade de Nagara em Veneto.

Já Cassiolato *et al.* (2002) conceituam os distritos industriais como uma aglomeração de indústrias que representam uma congruência de agentes políticos, econômicos e sociais, com foco específico em atividades econômicas vinculadas que envolvem a interação e participação de empresas produtoras, fornecedores, comercializadores, clientes e entidades públicas e privadas que facilitem a formação e capacitação de recursos humanos, a pesquisa e desenvolvimento e políticas, promoção e financiamento.

Dentre os fatores que levam empresas e pessoas a se concentrarem em determinados locais, ou que justificam o agrupamento produtivo, bem como seus impactos, salienta-se os trazidos por Marshall, Perroux, Myrdal e Hirschman, que foram os principais autores que apresentaram estudos sobre o tema.

Marshall (1890) apresenta como norteadores para a decisão do agrupamento de

industrias os seguintes fatores:

- a) As condições físicas (clima, solo, minas e pedreiras), no caso de indústrias metalúrgicas, das cerâmicas, das indústrias de trançados de palha, da cutelaria, entre outras empresas que necessitavam ficar próximas da fonte de matéria-prima;
- b) O patrocínio do Estado, que reúne grande e exigente demanda por produtos e serviços de alta qualidade, o que provoca deslocamento de muitos trabalhadores especializados que, a seu turno, irão transferir conhecimentos para os trabalhadores locais;
- c) A proximidade das fábricas que favorece a disseminação do conhecimento e agrupamento de operários com maiores habilidades onde os segredos da profissão passam a ser disseminados, e, por assim dizer, ficam soltos no ar para qualquer pessoa se apossar deles;
- d) Custo do frete menor (ou tarifa alfandegária);
- e) Ganhos de produtividade, pela produção em larga escala.

Perroux (1967), trata dos aspectos da concentração industrial argumentando que as empresas ocupam determinados espaços, pois funcionam como um campo de forças. Nesse campo de forças, o espaço econômico é constituído por centros (polos ou sedes) de emanção de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atração e de repulsa, tem o seu próprio campo, que é invadido pelos campos de outros centros. Sob este aspecto, um espaço vulgar qualquer é receptáculo de centros e ponto de passagem de forças.

Considera-se como centro a empresa que libera: a) forças centrífugas, que afastam atividades turísticas, terrenos reservados para expansão posterior da atividade; e, b) forças centrípetas, que atrai ao espaço vulgar homens e coisas – concentra em torno da empresa, materiais e pessoas. Portanto, a localização da atividade industrial atrai os elementos econômicos, ofertas e procuras, ao seu espaço de plano, ou afasta-os dele.

Para Perroux (1967), o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo, mas se manifesta com intensidades variáveis em pontos ou polos de crescimento e a

consequência é a propagação por vias diferentes e com efeitos variáveis no resto da economia. O começo de tais polos acontece por empresas que o autor denomina de indústria motriz ou indústria mãe, que depois de instalada, ao redor de si vai atraindo vendedores, mão de obra, entre outros elementos, que se relacionam com a atividade industrial, provocando forte expansão e crescimento.

Mais um importante trabalho a respeito das causas da concentração de empresas é o estudo dos efeitos da causação circular e acumulativa de Myrdal (1972), quando este explica que uma ação ou fato ocorrido em determinada economia (ou local) irá desencadear reações que podem ser negativas ou positivas. O autor cita, ainda, como exemplo, que a saída de uma indústria de um dado local irá provocar desemprego e, como consequência, cairá a renda e a demanda e redundará em redução do emprego em outros setores (negócios) da comunidade. O contrário poderá ocorrer como fato positivo, ou seja, uma decisão de implantar uma indústria em determinado local promoverá o desenvolvimento geral. Assim, a acumulação e concentração de meios humanos e de capitais fixos e fixados, chama à existência outros centros de acumulação e concentração de meio humanos e de capitais fixos e fixados. Quando dois destes centros entram em comunicação graças a vias de transporte material e intelectual, extensas transformações se desenham no horizonte econômico e nos planos de produtores e consumidores.

Dentre os vários motivos enumerados por Myrdal (1972) como resultantes das forças de causação circular que levam à concentração, pode-se destacar: a) migração, movimento de capital e comércio, que se expande em um local e produz ‘efeito regressivo’ em outros; b) fatores ‘não econômicos’, que não são em geral considerados pela teoria econômica, mas que, por operarem por meio de cadeias causais e acumulativas, tendem à desigualdade regional, como a construção de serviços públicos para atender a região em desenvolvimento e certo descaso com as regiões menos favorecidas, aumentando as desigualdades (como estradas de ferro, programas de assistência médica, escolas).

Outro marcante pensador da aglomeração e seus efeitos é Hirschman (1961), para o qual o desenvolvimento é mais uma consequência de provocação e mobilização de recursos, fatores de produção e aptidões, do que de uma ótima confluência destes, que se encontram ocultos, dispersos ou mal-empregados. Uma vez provocada a implantação da indústria, ela mesma irá proporcionar alterações através da influência na oferta e demanda na região beneficiada.

Em relação à concentração de indústrias que se identifica como um distrito industrial, esta pode apresentar inúmeras vantagens e algumas desvantagens. Como

vantagens, PYKE, BECATTINI e SENGENBERGER (1990), explicam que a aglomeração propicia um conjunto de relações horizontais entre as indústrias, pela qual se processa a aprendizagem coletiva e o desenvolvimento de novos conhecimentos por meio da combinação entre concorrência e cooperação. A interdependência orgânica entre as empresas, forma uma coletividade de pequenas empresas que consegue reduzir seus custos e ao mesmo tempo se credencia ao cumprimento de economias de escala, que somente são vistas em grandes corporações.

De acordo com Perroux (1967), outra vantagem vem da inter-relação entre áreas que se destacam (indústrias motrizes, polos de indústrias e de atividade geograficamente concentradas) e áreas de menor atividade produtiva (indústrias movidas, regiões dependentes dos polos geograficamente concentrados), quando os primeiros estimulam estes outros, propiciando o crescimento local. As regiões que se localizam em torno do centro dinâmico tendem a beneficiar-se pelo mercado crescente, estimulado pelo progresso técnico seja pelo fornecimento de matérias-primas, da produção de bens de consumo, produtos agrícolas ou mesmo por intermédio de demandas ampliadas.

Para Perfetti Jansen Ferreira (2003), os benefícios adquiridos pelas empresas que fazem parte dessas aglomerações, vão desde a facilidade ao acesso de mão-de-obra qualificada e de fornecedores locais de insumos e bens intermediários, até a troca de sistemas de comercialização e informações técnicas e comerciais entre os agentes.

Como desvantagem, Perroux (1967) salienta que a intensificação da atividade produtiva causa efeitos de disparidades inter-regionais, pois a concentração provoca transformações no meio geográfico imediato e, dependendo da força dessa concentração produtiva, poderá gerar um desequilíbrio na economia regional. As consequências podem ser: a) depreciação da renda das regiões menos favorecidas; e, b) forte migração de mão de obra para as regiões dos distritos, com destaque para os mais qualificados em busca de melhores remunerações. Nesse contexto, gera-se a preocupação com o restabelecimento de um equilíbrio, sendo de fundamental importância a intervenção dos governos para reduzir tais disparidades.

Vale pontuar que nem toda aglomeração de empresas caracteriza-se como um distrito industrial. Outras definições como os *clusters* ou arranjos produtivos locais e as redes de negócios também são explanadas para tratar das concentrações. Baseado em Enrigh (1996), suas diferenças, em síntese, são:

- *Clusters* ou arranjos produtivos locais: conjunto de indústrias interligadas através

de relações “comprador e fornecedor” e “fornecedor e comprador”, ou por tecnologia de propriedade comum, compradores comuns ou o mesmo canal de distribuição ou concentração de trabalhadores;

- Distritos, Polos ou Parques Industriais correspondem à concentração geográfica de firmas envolvidas em processos de fabricação interdependentes, frequentemente pertencentes ao mesmo ramo ou segmento industrial, as quais estão envolvidas com a economia local e delimitadas pela mesma distância em relação ao centro urbano ao qual pertencem;
- Redes de Negócios são constituídas por várias firmas que mantêm comunicação e interação, podem ter certo nível de interdependência, porém não precisam operar numa mesmo segmento ou estar geograficamente concentradas num mesmo espaço.

Desta forma, a percepção de que os Distritos Industriais são importantes tanto para a questão econômica quanto para a questão social da região é fundamental para a compreensão de seu alcance no desenvolvimento do município ou região.

Independentemente da denominação usada, os Distritos, Pólos, Parque Industriais, *Clusters* ou Arranjos Produtivos Locais, pelo fato de estarem todos organizados de alguma forma, evidenciam e se destacam no mundo quanto à sua produção e vantagens competitivas, rompendo obstáculos de mercado, aumentando sua produção, inovando tecnologicamente e fortalecendo a economia da região, além de agregar valor à produção (LAURIA, 2014).

## 1.2 GESTÃO DE POLÍTICAS INDUSTRIAIS NO BRASIL

Nesta seção, apresenta-se um sucinto panorama histórico do Estado brasileiro em relação ao seu desenvolvimento industrial e as principais políticas industriais implementadas, com enfoque na criação de distritos industriais que se relaciona diretamente com as políticas de investimentos em infraestrutura.

No Brasil, as políticas industriais começaram a ser difundidas a partir de 1930, por meio do Modelo de Substituição de Importações, o qual visava proteger e fomentar o setor industrial. As primeiras ações ocorreram durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) em que a indústria brasileira ganhou um grande impulso. Vargas teve como

objetivo principal efetivar a industrialização do país, privilegiando as indústrias nacionais, para não deixar o Brasil cair na dependência externa. Com leis voltadas para a regulamentação do mercado de trabalho, medidas protecionistas e investimentos em infraestrutura, a indústria nacional cresceu significativamente nas décadas de 1930-40.

Para Furtado (2001), o crescimento da industrialização na década de 1930, foi subproduto da defesa do setor cafeeiro, para o qual criou-se um imposto em espécie de 20% sobre as exportações de café e ainda um imposto de mil-réis por novo cafeeiro plantado nos cinco anos subsequentes. Essas intervenções objetivavam sustentar as cotações internacionais do produto, permitindo ao governo fazer a transferência de recursos para o setor industrial através de investimento em infraestrutura e proteção às indústrias que se consolidavam no país.

Nesse período, várias outras políticas também foram implementadas como a criação de órgãos, legislações e medidas que iriam fomentar o crescimento do setor industrial, tais como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Instituto do Açúcar e do Alcool, Código de Minas, Código de Águas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Comissão de Defesa da Economia Nacional, Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, expansão do crédito, criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e da Superintendência da Moeda e do Crédito (CORONEL; AZEVEDO e CAMPOS, 2014). Também merecem destaque as ações de cunho macroeconômico como a desvalorização real da taxa de câmbio, controle de câmbio e a captação e distribuição de poupança (IANNI, 1979). O resultado dessas medidas e ações refletiu-se no crescimento do setor industrial, todavia ficou restrito aos grandes centros urbanos da região sudeste, provocando uma grande disparidade regional (CORONEL; AZEVEDO e CAMPOS, 2014).

Outro fato que merece destaque é que durante este período, a indústria também se beneficiou com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-45), pois, com os países europeus passando por dificuldades com suas indústrias arrasadas, era necessário importar produtos industrializados de outros países, entre eles o Brasil.

Merece destaque ainda a criação da Petrobrás (1953), que impulsionou o desenvolvimento de indústrias ligadas à produção de derivados do petróleo como borracha sintética, tintas, plásticos e fertilizantes.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956 -1961), o processo de substituição de importações foi ainda mais acelerado por meio de um planejamento com objetivos e metas mais coesos e organizados, com o *slogan* de fazer o Brasil crescer 50 anos em cinco anos de governo (CORONEL; AZEVEDO e CAMPOS, 2014). Neste sentido, com base nos estudos

do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que identificaram alguns gargalos, isto é, áreas de demanda insatisfeita devido às características desequilibradas em função do crescimento econômico, e os pontos de germinação, ou seja, áreas que geram demandas derivadas, o governo formulou o Plano de Metas (IANNI, 1979).

O Plano de Metas tinha como objetivos gerais: investimentos em estatais, em infraestrutura, principalmente em transporte e energia elétrica; incentivo ao aumento da produção de bens de capital como máquinas e equipamentos e intermediários, tais como aço, carvão e zinco; incentivo à produção dos setores de bens de consumo duráveis; e estímulo à produção de alimentos (FONSECA e MONTEIRO, 2008). O Plano tinha ainda cinco alvos prioritários, que eram: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação, e a construção de Brasília como propósito principal.

Os resultados do plano foram extremamente significativos, visto que, de 1957 a 1960, foram fabricados 300 mil veículos; construídos mais de 20 mil km de rodovias e 800 km de ferrovias; a produção de aço foi dobrada, passando de um milhão de toneladas para 2 milhões por ano; a produção de petróleo alcançou o patamar de 30 milhões de barris por ano; o Produto Interno Bruto (PIB), de 1956 a 1960, cresceu 8,1% ao ano, o PIB do setor industrial apresentou um crescimento de 10% ao ano no período (CORONEL; AZEVEDO e CAMPOS, 2014) – os recursos para financiar o plano seriam obtidos através de créditos, financiamentos e associação com o capital internacional. Foi nesse período que ocorreu a instalação de montadoras de veículos internacionais (Ford, General Motors, Volkswagen e Willys) em território brasileiro.

Em 1974, é lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que tinha como finalidade manter o crescimento econômico e, conseqüentemente, o crescimento do setor industrial. Para fomentar o setor, o governo propôs o desenvolvimento dos setores de base, especialmente bens de capital, tais como eletrônica e insumos básicos; abertura de novos campos de exportação de manufaturados; maior impulso ao desenvolvimento tecnológico nacional; desenvolvimento de projetos de exportação de matérias-primas; aumento da produção de petróleo e da capacidade de geração de energia hidrelétrica; desenvolvimento do transporte ferroviário e do sistema de telecomunicações; e combate aos desníveis regionais de desenvolvimento industrial (GREMAUD e PIRES, 1999).

Para alcançar os objetivos elencados no II PND, o governo lançou mão da transferência de parte da poupança privada, então destinada ao financiamento de bens de consumo duráveis; obtenção de financiamento externo, investimentos em infraestrutura para

setores estratégicos e reduções de tributos (SERRA, 1982).

É durante esse período que o Brasil começa a desenvolver uma política de implantação de Distritos Industriais a nível nacional, através de ação conjunta do Governo Federal e dos Governos Estaduais, com a finalidade de promover e atrair oportunidades de investimento com base nas vocações, potencialidades e peculiaridades estimulando a implantação de empresas de manufatura nas áreas dos Distritos Industriais, dentro de um processo ordenado e planejado, em perfeito equilíbrio com o ecossistema, gerando emprego e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Esses distritos dispõem de toda uma infraestrutura operacional necessária que permitisse em curto prazo a implantação de indústrias (PERFETTI JANSEN FERREIRA, 2003).

Dos benefícios trazidos por estes Distritos Industriais, destaca-se a função das forças locacionais existentes, com ênfase na minimização dos custos de transporte; disponibilidade e custo de insumos básicos e fatores circunstanciais tais como: políticas de descentralização e desconcentração industrial; incentivos locais, regionais e federais, crédito e assistência técnica (PERFETTI JANSEN FERREIRA, 2003).

Nesse espaço de tempo foram idealizadas ainda as Superintendências de Desenvolvimento para atender as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, iniciando uma fase de maior coordenação das políticas regionais. Criou-se a SUDAM, SUDECO e SUDENE cabendo às mesmas definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável das regiões, articulando-os com as políticas industriais e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais.

Na década de 1980, a industrialização do Brasil continuou a crescer, embora, em alguns momentos de crise econômica, ela tenha estagnado. De acordo com Campanario e Silva (2004), as políticas industriais implantadas até as décadas de 1970 e 1980 tinham como objetivo gerar capacidade produtiva por meio de restrições às importações, estratégia que implicava em baixa concorrência externa, baixa produtividade e adoção de padrões tecnológicos relativamente atrasados. Estas políticas eram integralmente de natureza protecionista.

Cabe destacar, ainda na década de 1980, a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento: FCO, FNE e FNO, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, para os quais parcela de recursos tributários da União são destinados para a implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das

desigualdades inter-regionais do País.

Esses Fundos vigoram até os dias atuais e participam do financiamento de grandes empreendimentos geradores de empregos, impostos e renda para diversos municípios das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A partir de 1990, perde força o Modelo de Substituição de Importações e de proteção ao setor industrial, promovendo-se a abertura unilateral da economia brasileira. Paralelamente, foram lançados os programas de privatização e desregulamentação e o PBQP, que objetivava analisar o desempenho do setor industrial brasileiro (SUZIGAN e FURTADO, 2006). Nessa década, a política industrial ficou subordinada à estabilidade econômica, ou seja, existia a convicção de que uma economia com sólidos fundamentos macroeconômicos era a condição necessária para alavancagem do setor industrial (CORONEL; AZEVEDO e CAMPOS, 2014).

Em 2003, como forma de alavancar a competitividade do setor industrial, o Governo Federal começou a montar as bases da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. Lançada em 2004, a PITCE focava em quatro eixos: (i) inovação e desenvolvimento tecnológico; (ii) inserção externa; (iii) modernização industrial e ambiente institucional e (iv) aumento da capacidade produtiva. As metas para o eixo inovação e desenvolvimento tecnológico objetivavam desenvolver a capacidade produtiva das empresas com o propósito de melhor inseri-las no mercado mundial. Além disso, visava-se dar diretrizes às parcerias públicas e privadas.

Em relação à inserção externa, objetivava-se uma melhor inserção das indústrias brasileiras no comércio mundial, adequando-as às exigências dos principais mercados importadores. No que tange à modernização industrial, o destaque era a criação do Parque Industrial Nacional, com o objetivo de financiar a aquisição de novas máquinas e equipamentos nacionais. Por último no eixo ambiente institucional, o objetivo era melhorar a infraestrutura e reduzir tributos, sendo os setores-chave os semicondutores, os softwares, os bens de capital e os fármacos (CASTILHOS, 2005).

De acordo com Toni (2007), as principais diferenças da PITCE em relação a outras políticas industriais implantadas no país até aquele momento, eram a sinergia da política industrial com a de comércio exterior, o foco na inovação e os marcos legais e regulatórios propostos. Castilhos (2005), porém, apresentou vários problemas em relação à essa política, desde sua formulação, o que acabou fazendo com que essa política ficasse mais em propostas do que em ações concretas, merecendo destaque os seguintes aspectos: no que tange à inovação tecnológica, não apresentou incentivos ao desenvolvimento de tecnologias

novas e adaptadas às necessidades das grandes indústrias brasileiras; na inserção externa, deixou de privilegiar setores com alto valor agregado; no setor de modernização industrial, não estavam claras as diretrizes e os objetivos desta modernização, além de não avançar na lei das patentes.

De acordo com Cano e Silva (2010) e Morais e Lima Júnior (2010), o grande mérito da PITCE foi reintroduzir na agenda de políticas públicas o tema da política industrial como utensílio primordial para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, merece destaque, como consequência dessa política, a criação de marcos legais como a Lei da Inovação e da Biossegurança e as bases para a criação da PDP.

A Política de Desenvolvimento Produtivo, lançada em maio de 2008, teve como objetivo geral propiciar o crescimento econômico do país, estimulado pelo desenvolvimento industrial. Visava ainda ampliar a capacidade de oferta; preservar a robustez do balanço de pagamentos; elevar a capacidade de inovação; e fortalecer as micro e pequenas empresas. Ela contém medidas e ações que podem ser classificadas em quatro diferentes categorias: a) de desoneração e isenção tributária; b) de crédito e financiamento; c) regulatórias; e d) diversas, as quais são assim denominadas por falta de definição, ou por serem meras intenções ou diretrizes, ou ainda, por se tratar de constituição de grupos de trabalho e elaboração de relatórios. No que se refere às medidas de créditos e financiamentos, os recursos são oriundos de linhas de créditos especiais do BNDES e da FINEP (CORONEL; AZEVEDO e CAMPOS, 2014).

Como pontos positivos, destaca Ferraz (2009), a sinalização para a iniciativa privada do novo dinamismo que o governo quer dar ao setor industrial; o estímulo ao investimento, o qual possui o duplo efeito de ampliar a capacidade produtiva, de gerar estímulos de demanda com efeitos multiplicadores para o resto da economia; incentivo aos gastos privados em pesquisa e desenvolvimento, através da redução dos custos financeiros decorrentes da incerteza associada ao processo inovador, o qual permite às empresas criar novos produtos e processos; e os incentivos às empresas com isenções e desonerações fiscais.

Na atualidade, observa-se que ainda há muitos desafios a serem vencidos na implementação de políticas industriais e de inovação. O apoio governamental concedido às empresas deve envolver prazos e contrapartidas de resultados, como metas de investimentos em tecnologia e em inovações, de modo que o incentivo concedido, por exemplo, via tributação e crédito favorecido, não resulte meramente na apropriação de rendas por grupos de empresas.

### 1.3 GESTÃO DE POLÍTICAS INDUSTRIAIS EM GOIÁS

Nesta seção, apresenta-se um breve apanhado do processo de industrialização e das políticas industriais utilizadas pelo Estado de Goiás a partir da década de 1930. Será observado que, assim como no Brasil, as políticas industriais em Goiás somente ganharam força a partir dessa década, tendo o incentivo fiscal e as metas do Governo Federal para a industrialização do país como principais impulsionadores desse processo. Entretanto, na década de 1980, com a criação dos programas FOMENTAR e PRODUZIR, que além de aprimorar as isenções fiscais também passaram a subsidiar e financiar a instalação das indústrias, é que Goiás passa a experimentar um grande avanço no processo de desenvolvimento industrial. Os aspectos relacionados aos distritos industriais de Goiás, foco principal deste trabalho, serão tratados em capítulo específico mais adiante.

De acordo com Castro (2014), o processo de industrialização do Estado de Goiás pode ser dividido em três etapas distintas. A primeira fase surge após a entrada da estrada de ferro em território goiano, por volta de 1912, passa pelo início da construção de Goiânia, em 1933 e vai até meados da década de 1960. Neste período o setor industrial tinha o setor agropecuário e mineral como fornecedores de matéria-prima, o processo de produção não apresentava grandes avanços tecnológicos e o Estado começou a implementar ferramentas para a atração de empresas como os incentivos fiscais.

A segunda fase, que vai da década de 1960 à de 1980, foi marcada pela expansão da fronteira agrícola do cerrado e pela implantação de ações do Governo Federal para o desenvolvimento regional no Brasil como o Plano Nacional de Desenvolvimento e a criação da SUDAM e da SUDECO. Tais ações visavam promover a modernização da produção agropecuária e ampliação da infraestrutura, principalmente a de transporte, o que propiciou a instalação de novos empreendimentos agroindustriais de maior envergadura e tecnologias mais modernas. Nesse período Goiás ainda implantou o Plano de Desenvolvimento de Goiás, realizando profunda reforma na administração do governo para gerir o processo produtivo. Foram criados a Secretaria da Indústria e Comércio, o FEINCOM e a GOIÁSINDUSTRIAL, que ampliaram os mecanismos de atração industrial, atualizando e aprimorando o incentivo fiscal e ainda otimizando o crescente processo de industrialização.

A terceira fase vem na esteira do processo de desconcentração da indústria da região Sudeste do país, caracterizada pelas políticas industriais de atração de empresas de cunho estadual, baseadas em incentivos fiscais e ampliação de infraestrutura, diversificando o parque produtivo do Estado.

O quadro a seguir sintetiza as fases descritas anteriormente, trazendo as ações e/ou acontecimentos que contribuíram para a industrialização do Estado, além dos incentivos e políticas industriais implementadas e os resultados obtidos:

**Quadro 1 - Fases do processo de industrialização de Goiás**

Período	Ações e/ou acontecimentos	Incentivos e políticas	Resultados
1930 a 1960	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção da estrada de ferro;</li> <li>- Marcha para o Oeste;</li> <li>- Construção de Goiânia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição Estadual de 1935: isenção de impostos estaduais e municipais indústrias, extração e beneficiamento de minerais e produtos naturais, colônias agrícolas e companhias de transporte com prioridade para as que fizessem manutenção de rodovias. Vigência: até 31/12/1937;</li> <li>- Lei 2.000 de 1958: isenção de impostos estaduais e municipais a todas as indústrias. Vigência: 10 anos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fluxo migratório e integração do Estado;</li> <li>- Melhoria da infraestrutura;</li> <li>- Criação de agroindústrias.</li> </ul>
1960 a 1980	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção de Brasília;</li> <li>- PND II, SUDAM e SUDECO;</li> <li>- PDEG;</li> <li>- FEINCOM</li> <li>- GOIÁSINDUSTRIAL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei 7.380 de 1971: isenção de 50% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), não computada a parte dos municípios. Cria o Fundo de Expansão do Comércio e Indústria (FEICOM) para financiar a infraestrutura;</li> <li>- Lei 7.700 de 1973: revoga a lei 7.370/71, estabelece prazo de cinco anos para isenção e amplia os critérios de classificação para declaração de prioridade para as empresas receberem os benefícios. Mantém o FEICOM.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificação do fluxo migratório;</li> <li>- Ampliação e melhoria da infraestrutura;</li> <li>- Modernização e mecanização das agroindústrias;</li> <li>- Criação de distritos industriais.</li> </ul>
Após 1980	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desconcentração industrial;</li> <li>- FOMENTAR;</li> <li>- Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO);</li> <li>PRODUZIR.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lei 9.489 de 1984: muda o perfil do incentivo fiscal de isenção para financiamento do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS). Financiamento de 70% de ICMS a recolher. Vigência: inicialmente com 5 anos de fruição com 5 para amortizar. O prazo foi ampliado diversas vezes até chegar a 30 anos de fruição com 30 anos para amortizar;</li> <li>- Lei 13.591 de 2000: Financiamento de 73%, com prazo de fruição de 5 a 15 anos, limitado ao ano 2010. Cria subprogramas e estabelece critérios de descontos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ampliação da infraestrutura;</li> <li>- Ampliação e modernização dos distritos industriais;</li> <li>- Parque industrial diversificado.</li> </ul>

Fonte: Castro (2014).

Na sequência será apresentado cada período específico, nos quais serão percorridos tanto os aspectos do processo de industrialização de Goiás como também as principais políticas utilizadas pelo Estado para a atração de investimentos e aprimoramento do seu setor industrial.

### 1.3.1 Período de 1930 a 1960

De acordo com Rocha, Maciel e Lima (2014), a primeira fase do desenvolvimento econômico do Estado de Goiás perdurou do início da exploração mineral, no século XVIII até o final do século XIX, tendo a atividade mineradora como principal fonte econômica e a produção agropecuária como atividade subsidiária, porém em processo de expansão.

A atividade mineradora em Goiás, de acordo com Coelho (2007), era voltada principalmente para a exploração de metais preciosos como o ouro e não focava na fixação da agropecuária e nem na construção de riquezas sólidas. Os exploradores visavam o enriquecimento rápido e desta forma não tinham muito interesse em ocupar permanentemente as regiões de onde extraíam os minérios.

No início do século XX, com o enfraquecimento da exploração mineral, o que se via em Goiás era um mosaico de diferentes aglomerados de moradores num vasto território. Existiam relações entre as comunidades mais próximas, mas não de longo alcance, sendo que as escassas e rudimentares estradas dificultavam ou até mesmo impediam a comunicação do Norte com o Sul do Estado. (ESTEVAM, 1997).

Nesse cenário, além de objeto de apoio à mineração, a agropecuária se manteve, embora com um processo limitado de produção (agricultura de subsistência e pecuária extensiva), como uma atividade integradora do território, oferecendo condições de troca de valores e de mercadorias em uma época de baixa produção econômica. (SIMONSEN, 1978).

No tocante à indústria, o que se observava nesse período é que a industrialização que ocorria na parte sul do país não chegava a Goiás, podendo esse fenômeno ser explicado pela baixa densidade demográfica e pela estrutura precária das estradas. (HADDAD, 2016).

A partir da década de 1930, uma importante transformação acontece na economia nacional, caracterizando-se na mudança de uma economia reflexa, na qual o empenho que era voltado para o setor externo, passa a se destinar, cada vez mais, para o mercado interno (TAVARES, 1977).

Nesta década, o Governo Federal passou a implementar ações com o objetivo de promover uma maior integração da economia nacional. Foram criadas diversas estradas que estimularam um maior fluxo comercial, tornando o mercado interno mais aquecido e como principal foco da economia nacional (IMB, 2017).

Conforme explicam Guimarães e Leme (1997), na década de 1930 iniciou-se um novo ciclo de acumulação urbano-industrial, o qual trouxe mudanças na atuação do Governo Federal, criando condições propícias para a expansão do mercado interno, estimulando a

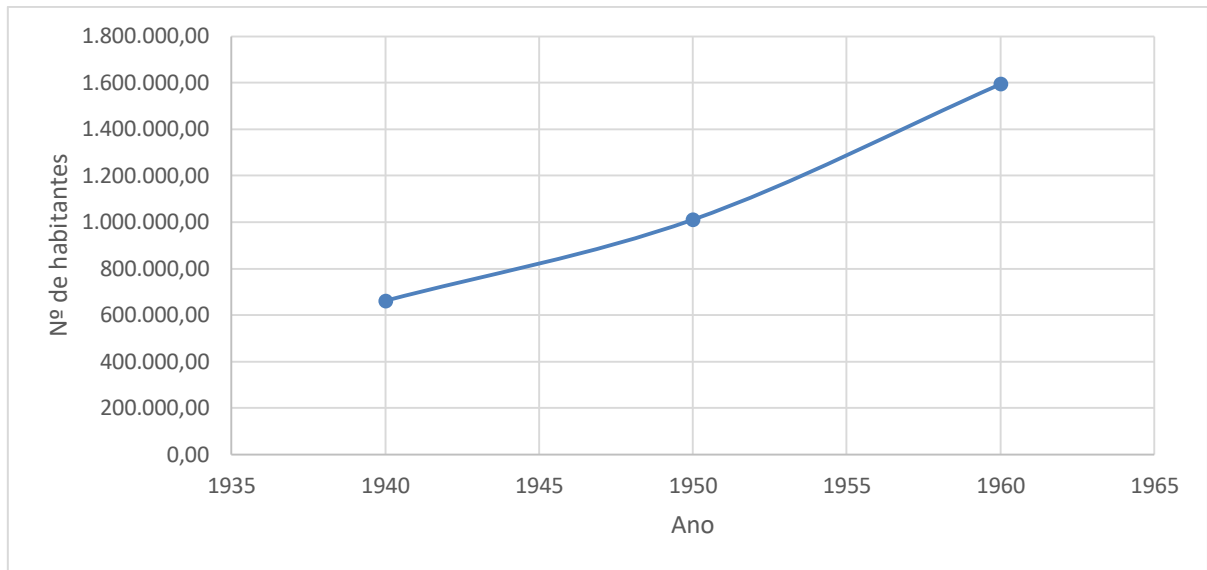
demanda por alimentos e criando vínculos com a área de produção agropecuária, fazendo com que a região Centro-Oeste tivesse maior representatividade nacional, encorajando, com sua abundante oferta de terras, a imigração de colonos do Sul e Sudeste do país, o que ficou marcado como um período de intensa ocupação do território goiano.

No período de 1930 a 1945, a União buscou expandir o processo de industrialização em curso, valendo-se de políticas públicas de integração do território nacional, como o Programa “Marcha para o Oeste”, visando promover condições de crescimento do mercado e do consumo interno, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, nas quais foram aplicados investimentos financeiros para a melhoria de cidades-polos e para a criação de novos centros urbanos (PIMENTEL, 2013).

Com a chegada da ferrovia Goiás passou, de acordo com Guimarães e Leme (1997), a ter áreas de distintas características econômicas e de integração mercantil. Esse processo dividiu o Estado de Goiás em três regiões distintas, do ponto de vista da dinâmica econômica e da integração ao mercado. As regiões sudoeste e sul, em franco processo de ocupação e expansão produtiva. A região centro-sul, integrada diretamente à ferrovia, experimentando uma mudança nas suas relações de produção, substituindo parcialmente a pecuária extensiva pela lavoura e iniciando um processo de acumulação mercantil e diversificação da estrutura produtiva e, por fim, o sudeste do Estado, na inércia das rotas comerciais e conseqüente enfraquecimento urbano.

Estevam (1997) explica que, no período de 1930 a 1945 a região Centro-Oeste atraiu fluxos expressivos de trabalhadores de outros Estados em busca de uma ocupação no processo produtivo. Até 1942, a população concentrava-se em municípios situados ao longo da estrada de ferro, mais precisamente no trecho entre o Triângulo Mineiro e Anápolis. Com a construção de Goiânia, intensificou-se um fluxo migratório para a região centro-sul do Estado, que passou, então, a dividir com o município de Anápolis o desenvolvimento e as funções de eixo econômico de atração de população.

O gráfico 1 apresenta a evolução da população goiana no período de 1940 a 1960, podendo-se perceber um intenso crescimento no período:

**Gráfico 1 – Evolução da população goiana de 1940 a 1960**

**Fonte:** IBGE (2018).

Desta maneira, na esteira do fluxo migratório e dos investimentos voltados para a integração nacional, o processo de industrialização no Estado de Goiás ganha força ainda na década de 1930 com intuito de atrair investimentos com base em redução fiscal e perspectiva da economia baseada na produção agrícola. Entretanto, Segundo Arriel (2017), no período de 1936 a 1960, a indústria goiana se desenvolveu, mas foi de uma forma incipiente e espontânea, de modo que Goiás, assim como a grande maioria dos estados brasileiros, servia de um lado como fornecedor de produtos agrícolas ao Sudeste brasileiro, de outro como potencial consumidor dos produtos industriais desta região.

No período que se estendeu até 1960, foi possível perceber uma gradual aceleração do ritmo de desenvolvimento da atividade agropecuária goiana, bem como sua efetiva incorporação ao circuito produtivo nacional, sendo criadas algumas agroindústrias de transformação no Estado (CUNHA, 2010).

Na medida em que a União se empenhava para desenvolver a infraestrutura estadual, com a criação de portos, rodovias e ferrovias, Goiás começava a empregar os incentivos fiscais para a atração de investimentos. Assim, o emprego de incentivos fiscais por meio de isenção de impostos, se configurou como principal veículo para a atração de empresas, iniciando-se em 1935 e atingindo além das chamadas agroindústrias, também cooperativas e prestadoras de serviços (CASTRO, 2014).

Os principais incentivos, caracterizados como isenção fiscal à época, de acordo com Castro (2014), foram:

- Isenção de impostos estaduais e municipais a indústrias, serviços de extração e beneficiamento de minerais e produtos naturais, colônias agrícolas e companhias de transporte com prioridade para as que fizessem manutenção de rodovias – instituído pela Constituição Estadual de 1935 e com vigência até 31/12/1937;
- Isenção de impostos estaduais e municipais a todas as indústrias – instituído pela Lei 2.000 de 1958 com vigência de 10 anos.

Portanto, observa-se no espaço de tempo analisado que a agropecuária se manifestava como a atividade central da economia goiana e o setor industrial se consolidava principalmente em torno de atividades relacionadas a esta, sendo complementado por algumas atividades ligadas à extração vegetal e mineral (IMB, 2017). O Estado proporcionava alguns incentivos fiscais, todavia as indústrias se desenvolviam de maneira incipiente e se empenhavam, na sua maioria, em gerar produtos para o mercado interno, sem grandes aspirações tecnológicas (CANO, 2007).

### 1.3.2 Período de 1960 a 1980

Ainda na década de 1950, tem-se um fato determinante para o desenvolvimento industrial goiano: o Plano de Metas do Governo Federal, que tinha como principal objetivo a construção da nova capital brasileira. Sua implantação acelerou consideravelmente os fluxos migratórios para o Centro-Oeste, incrementando o ainda tímido, mas já expressivo mercado consumidor da região e trazendo melhorias significativas em infraestrutura de transporte e comunicações, que seriam de fundamental importância para a consolidação de Goiás como referência agrícola (ROCHA; MACIEL e LIMA, 2014).

Pimentel (2013) explica que, exatamente em 1960, inaugurou-se a nova capital federal, Brasília, no Distrito Federal, situada a 200 km de Goiânia, no território goiano, promovendo a abertura da BR- 153 e da BR-060, e estimulando ainda mais a imigração. Também foram reforçados os núcleos urbanos ao longo das rodovias, adensando-se as microrregiões do Sudoeste e de Goiânia. Além disso, a infraestrutura de transporte implantada pelo governo Federal facilitou o intercâmbio de Goiás com São Paulo, no processo de integração nacional de mercadorias.

Segundo Diniz *et al.* (2003), entende-se que a construção de Brasília contribuiu de forma significativa para a integração econômica do território brasileiro principalmente por três

motivos: i) sua localização no centro do país, área relativamente vazia até então; ii) conjunto de metas previstas para a infraestrutura, especialmente do sistema rodoviário, no qual Brasília passou a funcionar como um centro de convergência do referido sistema, decorrente da construção de grandes rodovias como a Belém-Brasília; Brasília-Belo Horizonte; Brasília-São Paulo; Brasília-Cuiabá e suas ramificações; iii) mudanças tecnológicas na agricultura, viabilizando a expansão da fronteira agrícola do Centro-Oeste, atingindo amplas faixas das regiões Norte e Nordeste do país.

Estevam (1997) explica que, até 1960, a agropecuária representava a maior participação no PIB de Goiás e, logo a seguir, apareciam os serviços e a indústria. A partir de 1970, em consequência do alto fluxo demográfico que vinha desde a criação de Goiânia e foi incrementado pela criação de Brasília, bem como das políticas públicas de apoio à industrialização da produção e à verticalização do setor agrícola, a taxa de urbanização passou a se refletir na composição da renda interna do Estado. A agropecuária tradicional perdeu força e o setor de comércio e serviços aumentou sua participação relativa, levando a um processo de especialização da estrutura produtiva de bens de consumo e agroindustrialização.

Nos anos de 1960 e 1970, a economia nacional atingia a etapa do desenvolvimento da indústria-base, voltando-se para a fabricação de insumos agrícolas com consequente modernização do campo. Esse modelo de desenvolvimento industrial contou com amplo apoio de Goiás, que passou a incentivar e financiar o uso de equipamentos industriais e insumos no campo (CUNHA, 2010).

A década de 1960 também se constituiu num marco no que se refere à política de planejamento com vistas à promoção do desenvolvimento da produção econômica, até então incipiente. Até esse momento, o Estado limitava-se a administrar os negócios públicos. Tal mudança na forma de governar representou importante passo para promover o desenvolvimento, especialmente no tocante à modernização da estrutura produtiva (CUNHA, 2010).

No arcabouço de planejamento desenvolvimentista da União, destaca-se a implantação do II PND, formulado em 1974 para o período 1975-1979, que priorizou o desenvolvimento do capitalismo no campo. O plano apontava a necessidade de mudança do papel da agricultura na estratégia nacional de desenvolvimento, de modo a fornecer alimentos e matérias primas necessários à crescente população sem a elevação do preço real (ROCHA; MACIEL e LIMA, 2014). De acordo com IMB (2017), o II PND foi o último esforço do governo para privilegiar a indústria de insumos básicos e bens de capital. Também, havia um importante aspecto nesse plano para as economias regionais, que era o de buscar promover a

redução das desigualdades regionais por meio de uma desconcentração da indústria no Brasil. Assim, o plano procurou direcionar elevados investimentos para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país.

Nesse sentido, várias ações e programas a nível federal foram criados para o desenvolvimento do país e que tiveram impacto no setor industrial de Goiás. Algumas delas estão elencadas no Quadro 2:

**Quadro 2 – Ações e programas federais que interferiram no processo de industrialização de Goiás no período de 1960 a 1980**

<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>
AMAZÔNIA LEGAL	Instituído a partir do Plano de Valorização Econômica da Amazônia em 1953, que visava o desenvolvimento da agropecuária, da indústria e a ampliação da infraestrutura de transporte na região da Amazônia Legal, formada por nove estados - Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Acre, Amapá, Roraima e Rondônia. Afetou principalmente o norte de Goiás, onde atualmente é o Estado do Tocantins;
SUDAM	Criada em 1966 em substituição à Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional;
SUDECO	Criada em 1967, tinha a função de formular e gerir políticas para o desenvolvimento da região Centro-Oeste. Afetou especialmente a região Centro-Sul do país, com atenção especial para o Cerrado, teve papel importante no apoio a atividades produtivas rurais e na criação de infraestruturas, principalmente estradas;
PRODESTE	Criado em 1971, surgiu para consolidar a infraestrutura e o apoio a atividades rurais que estivessem fora do âmbito da Amazônia Legal, sua maior contribuição foi na construção de rodovias;
PRODECER	Criado em 1974, teve como objetivo estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados;
POLOCENTRO	Criado em 1975, dirigido para a modernização da agropecuária do cerrado, teve importância para o processo de industrialização do Centro-Oeste, ao exigir dos financiados, mecanização, aquisição de fertilizantes e avanço tecnológico para a produção.

**Fonte:** Castro (2014).

No âmbito das políticas estaduais, Goiás, além de aprimorar os incentivos fiscais que vinham desde a década de 1930, deixando-os especificamente para as indústrias (CASTRO, 2014), também lança mão de vários programas que se aglutinaram às ações e programas econômicos nacionais, contribuindo para a expansão e modernização do seu parque industrial. O quadro 3 a seguir traz os principais programas e ações do governo estadual no período estudado:

**Quadro 3 – Ações e programas estaduais que impactaram no processo de industrialização de Goiás no período de 1960 a 1980**

<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>
PDEG	Instituído em 1961, realizou profunda reforma na administração do governo do Estado no sentido de gerir a industrialização de Goiás. Foi criada a Secretaria de indústria e Comércio de Goiás (SIC). O plano direcionava seus esforços em obras prioritariamente infraestruturais como estradas, energia elétrica, saneamento básico, educação e saúde. Além disso, focava-se em uma administração pública voltada à eficiência dos serviços prestados.
FEINCOM	Criado em 1971, permitiu que o estado Goiano ofertasse incentivos fiscais e financeiros para investimentos na região com o intuito de desencadear a formação de um parque industrial Goiano. A infraestrutura básica caracterizada por energia elétrica, água, telefone, estrada e afins serviriam como atração de indústrias para a região
GOIASINDUSTRIAL	Lançado em 1973, criou locais específicos com infraestrutura, os chamados Distritos Industriais, com destinação prioritária a agroindústrias, sob a responsabilidade da Companhia dos Distritos Industriais de Goiás;
GOIASRURAL	Criado em 1975, permitia a aquisição de máquinas e equipamentos a um custo subsidiado. Teve resultados imediatos, ao ampliar a capacidade da área agropastoril e maior produção agropecuária.

**Fonte:** Castro (2014).

Dentro do contexto apresentado, Arriel (2017) ressalta que, entre o período de 1960 e 1985, o setor industrial goiano passou a ser induzido por estratégias de desenvolvimento, diferentemente de períodos anteriores em que este setor não era contemplado por políticas públicas e tinha seu desenvolvimento de maneira espontânea.

Dentre os programas estaduais implementados, cabe destaque para o FEINCOM, que foi o principal programa estadual de Goiás à época, cujo objetivo era o incentivo a industrialização baseado nas políticas de isenção fiscal (PASCHOAL, 2001).

Os principais incentivos neste período, caracterizados ainda como isenção fiscal, de acordo com Castro (2014), foram:

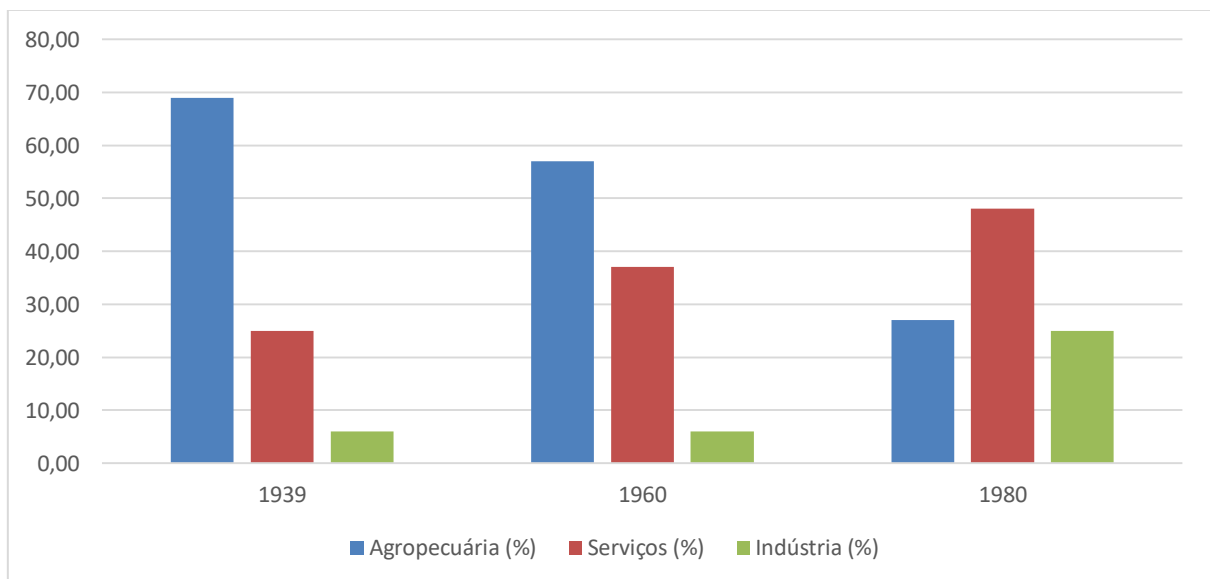
- Lei 7.380 de 1971: isenção de 50% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), não computada a parte dos municípios. Cria o Fundo de Expansão do Comércio e Indústria (FEICOM) para financiar a infraestrutura;
- Lei 7.700 de 1973: revoga a lei 7.370/71, estabelece prazo de cinco anos para

isenção e amplia os critérios de classificação para declaração de prioridade para as empresas receberem os benefícios. Mantém o FEICOM.

Assim, observa-se que a partir da década de 1960, Goiás começa a investir de maneira vertical em políticas públicas para o desenvolvimento do setor industrial, que antes evoluía de uma forma praticamente natural e sem grandes pretensões. Essas políticas, aliadas à construção de Brasília, que intensificou o fluxo migratório para Centro-Oeste e aos incentivos federais que ampliaram e melhoraram de forma significativa a infraestrutura de transportes do Estado, contribuíram para a modernização do parque industrial goiano, principalmente em relação às agroindústrias, que passaram a mecanizar e aperfeiçoar seus processos produtivos.

No Gráfico 2 é possível verificar neste período, o expressivo avanço do segmento industrial na economia goiana:

**Gráfico 2 – Composição do PIB de Goiás por segmento econômico de 1939, 1960 e 1980**



**Fonte:** IPEADATA (2018).

Nota-se ainda no gráfico anterior, a expressiva atividade agropecuária até 1960, seguida pelo setor de serviços e pela indústria. Já a partir da década de 1980 a atividade industrial passa a ganhar o espaço da agropecuária que já fora ultrapassada pelo segmento dos serviços.

### 1.3.3 Período após 1980

No começo da década de 1980, percebe-se uma carência na elaboração e na implementação de políticas de desenvolvimento regional por parte da União. Com o enfraquecimento de incentivos federais e impulsionados pela desconcentração da indústria na região sudeste do país, os estados passam a empregar instrumentos estratégicos para favorecer a atração de indústrias e investimentos, ampliando sua competitividade. Nesse momento os incentivos deixam de ser apenas fiscais e passam a contemplar também subsídios, financiamentos e gastos com infraestrutura que pudessem motivar a instalação de indústrias.

Em 1984 é criado e regulamentado pela Lei nº 9.489/84 o Programa FOMENTAR, que veio impulsionar a política industrial. De acordo com Lopes (2008), o programa FOMENTAR foi quem efetivamente acelerou o processo de industrialização em Goiás, pois baseava-se na oferta de subsídios financeiros ao ICMS de 70% em um período inicial de 5 a 7 anos.

Conforme explica Castro (2014), este foi o primeiro programa efetivamente de incentivo fiscal instalado no Estado, pois apresentou diferente dos anteriores por ser um financiamento e não mais uma isenção fiscal, no sentido literal do termo. Ele se destinava a atrair indústrias, preferencialmente agroindústrias, consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado, mediante apoio financeiro e técnico.

O objetivo do FOMENTAR, de acordo com a Lei nº 9.489/1984, era incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

O financiamento proposto pelo programa se caracteriza pelo pagamento de 70% do ICM devido mensalmente pela empresa, por um período de cinco a sete anos, no qual o resgate ocorreria mediante o pagamento de prestações mensais e sucessivas de acordo com os meses de prazo das operações, sobre os quais incidem encargos financeiros no valor principal, sem atualização monetária (CASTRO, 2014).

Nessas condições, segundo Paschoal (2001), acontecia que, o período de alta inflação à época, cerca 200% ao ano, tornava o incentivo praticamente numa isenção, pois segundo demonstrado em seu estudo, o montante que resultava, quando descontada a inflação, chegava a corresponder a 0,13% do valor original, sendo que tal soma poderia, ainda, ser parcelada em mais 12 meses, nas mesmas condições.

O prazo total do benefício poderia ser estendido de 5 anos (60 meses) até 7 anos (84 meses), dependendo do número de pontos e da faixa do enquadramento conforme a Tabela 1:

**Tabela 1 - Faixas de enquadramento programa FOMENTAR**

<b>FAIXA DE ENQUADRAMENTO</b>	<b>FRUIÇÃO (EM MESES) DOS BENEFÍCIOS DO FOMENTAR</b>	<b>QUANTIDADE DE PONTOS</b>
A	60	De 100 a 150
B	66	De 151 a 260
C	72	De 261 a 300
D	78	De 301 a 350
E	84	Acima de 350

**Fonte:** Matos (2017).

Os parâmetros para a classificação do enquadramento envolviam os seguintes fatores, de acordo com o Decreto n. 2.453 de 22/02/1985:

- a) Integração do Empreendimento na Economia Goiana – envolve o grau de utilização de matéria-prima e secundária de origem local ou regional, produtos inexistentes na indústria goiana e de oferta insuficiente, que contratem serviços na fase pré-operacional em Goiás, incluindo convênio de cooperação técnica em pesquisa;
- b) Localização do Empreendimento Industrial – preferencialmente nos distritos e áreas industriais, em municípios do Entorno do Distrito Federal, com menos de 20 mil habitantes e do Aglomerado Urbano de Goiânia;
- c) Mercado dos Produtos do Empreendimento – preferencialmente empresas que destinem sua produção para o mercado interno;
- d) Geração de Empregos Diretos para a Mão-de-obra Local ou Regional – preferencialmente empresas que empreguem mais de 1.000 (mil) pessoas – não pontua quem empregue menos de 10 (dez) pessoas;
- e) Verticalização do Processo Produtivo – empresas que tenha ciclo produtivo com desdobramento para mais de 3 (três) produtos finais;

- f) Expansão de Empreendimentos Industriais – prioridade para aumento da capacidade com diversificação de produtos;
- g) Pioneirismo e criatividade – projetos pioneiros e inovadores;
- h) Contratação de Estagiários para o Trabalho;
- i) Participação acionária em empresas de Economia Mista do Estado de Goiás – aquisição de ações de empresas ou do próprio Estado de Goiás.

Estes parâmetros demonstram a preocupação do programa com a formação de um parque industrial na região goiana assim como o seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à geração de renda e à criação de empregos (MATOS, 2017).

Outras espécies de apoio oferecido pelo FOMENTAR foram: a elaboração de projetos e acompanhamento de obras, construção de obras de infraestrutura básica, prestação de serviços técnicos de assessoramento, arrendamento de máquinas adquiridos pelo Fundo, venda de terrenos para a instalação de indústrias por valor simbólico e permissão de importação de matéria prima necessária (PASCHOAL, 2001).

Entretanto, embora embalasse o processo de atração de investimentos, o programa passou a receber críticas basicamente pela exclusão de micro e pequenas indústrias do rol de beneficiados e pela não aplicação de correção monetária sobre o montante devido pelas empresas, já que a dívida desvalorizava ao longo do tempo, sobretudo em época de inflação elevada e crescente, configurando o benefício tido como financiamento em uma renúncia fiscal (BORGES, 2014), chamada pelos estudiosos da área de renúncia fiscal mascarada.

Vale ressaltar que, mesclados ao FOMENTAR, apesar de escassos, alguns programas federais são lançados com o intuito de dar continuidade ao avanço do processo produtivo nas unidades da federação, como é o caso do PRONI (1986), para garantir o processo de irrigação em andamento, e o PROAGRO (1989), visando à reparação das perdas agrícolas por danos climáticos (PIMENTEL, 2013) e principalmente o FCO em 1989 que veio incentivar o desenvolvimento rural, industrial, de infraestrutura econômica, turismo regional e preservação ao meio ambiente por meio do financiamento de empreendimentos e do capital de giro integrado ao mesmo (HADDAD, 2016).

Mais adiante, a fim de superar críticas e corrigir os problemas enfrentados pelo FOMENTAR, foi instituído pela Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, o programa

PRODUZIR, que de acordo com a legislação, tem como objetivo contribuir para a ampliação, modernização e diversificação do parque industrial goiano, proporcionando a atração de investimentos, a inovação tecnológica da produção, sendo capaz de enfatizar a geração de emprego e renda, além da redução das desigualdades sociais e regionais presentes no Estado de Goiás (MATOS, 2017).

O incentivo é pautado no financiamento para empresas beneficiadas de até 73% do ICMS a recolher de acordo com o atendimento de critérios específicos exigidos pelo programa. O prazo de fruição desse financiamento é de 5 a 15 anos, inicialmente com limite ao ano de 2020, prorrogado para 2040, por meio de modificação legislativa (MATOS, 2017).

O novo Programa buscou avanços, tendo uma cobertura maior do que a de seu antecessor, pois possui legislação mais favorável, beneficiando também pequenas e microempresas (LAURIAS, 2009). O PRODUZIR utilizou-se da criação de subprogramas visando à maior abrangência do benefício no território goiano, conforme o Quadro 4:

**Quadro 4 - Subprogramas do PRODUZIR**

Subprogramas	Objetivo	Lei de Criação
Microproduzir	Incentivar a implantação ou expansão de micro e pequenas empresas, enquadradas ou não no Regime Simplificado de Tributos Federais, desde que o faturamento não ultrapasse o limite estipulado para o Regime. Financiamento de até 90% do ICMS mensal num prazo de 3 à 5 anos, limitado à 2020.	Lei 13.591, de 18/01/00
Centroproduzir	Incentivar, por meio de apoio financeiro, a instalação, no Estado de Goiás, de central única de distribuição de produtos de informática, telecomunicação, móvel, eletroeletrônico e utilidades domésticas em geral.	Lei 13.844, de 01/06/01
Teleproduzir	Prestação de assistência financeira destinada ao financiamento de parcela do custo do investimento realizado, à empresa de telecomunicação que instalar unidade central de atendimento (call center) no Estado de Goiás.	Lei 13.839, de 15/05/01
Comexproduzir	Apoiar operações de comércio exterior no Estado de Goiás realizadas por empresa comercial importadora, inclusive por trading company, que perem exclusiva ou preponderantemente com essas operações. Concede um crédito outorgado de ICMS, a ser apropriado na saída interestadual de mercadorias importadas, compensando o imposto devido pela empresa no valor de até 65% sobre o saldo devedor do imposto no período correspondente às operações internacionais.	Lei 14.186, de 27/06/02
Tecnoproduzir	Prestação de incentivo financeiro destinado a motivar investimentos privados para a construção da torre central do “Teleporto Parque Serrinha”, cujo prazo para execução será de 03 anos, após realização do termo licitatório. O incentivo poderá ser concedido com base na arrecadação do ICMS efetivamente pago pela empresa investidora, após celebração de TARE com a Secretaria da Fazenda.	Lei 13.919, de 04/10/2001
Logproduzir	Incentivar a instalação e expansão de empresas operadoras de Logística de Distribuição de produtos no Estado de Goiás. O incentivo consiste na concessão de crédito outorgado sobre o ICMS incidente sobre as operações interestaduais de transportes pela empresa operadora de logística.	Lei 14.244, de 29/07/02

**Fonte:** Matos (2017).

A Lei 16.285/2008 possibilitou que as empresas adeptas ao FOMENTAR pudessem dar continuidade ao acesso do benefício pelo PRODUZIR (BORGES, 2014). Uma das diferenças do PRODUZIR perante o FOMENTAR é o tipo de empréstimo concedido, ao invés de ser fiscal, trata-se de um empréstimo financeiro (MATOS, 2017).

Conforme explica Matos (2017), a empresa que pleitear o benefício fiscal deverá seguir um caminho desde a entrada com o projeto até a aprovação e liberação do financiamento do ICMS. De acordo com sua legislação, para a adesão ao programa PRODUZIR, o possível beneficiário deverá percorrer os seguintes passos:

- 1) Entrada no Protocolo Geral da SIC do projeto de viabilidade econômico-financeira do empreendimento;

- 2) Análise do projeto pela Superintendência do PRODUZIR;
- 3) Apreciação e deliberação do projeto pela Comissão Executiva do CD/PRODUZIR;
- 4) Apresentação dos documentos para formalização do contrato de financiamento com o Agente Financeiro do PRODUZIR;
- 5) Apresentação dos documentos para realização de auditoria de investimento referente à execução do projeto;
- 6) Apresentação de documentos para formalização do TARE junto à Secretaria da Fazenda;
- 7) Utilização da primeira parcela do financiamento;
- 8) Na época oportuna, a auditoria interna irá auditar projeto e calcular o valor do desconto do saldo devedor;
- 9) Quitação do saldo devedor do período auditado pela GOIÁSFOMENTO.

Desta maneira, a empresa interessada deverá dar entrada no protocolo de viabilidade do empreendimento, que será analisado pela Comissão Executiva do PRODUZIR e, se aprovado, haverá a celebração do respectivo contrato de financiamento, que ficará condicionado a auditorias para averiguação da execução do projeto. Quanto ao pagamento, em época adequada, a auditoria interna irá auditar projeto e calcular o valor do desconto do saldo devedor; que será pago conforme período auditado pela GOIÁSFOMENTO.

Já em relação às faixas de enquadramento do programa, o Quadro 5 traz um resumo das condições:

**Quadro 5 – Resumo das condições do programa PRODUZIR**

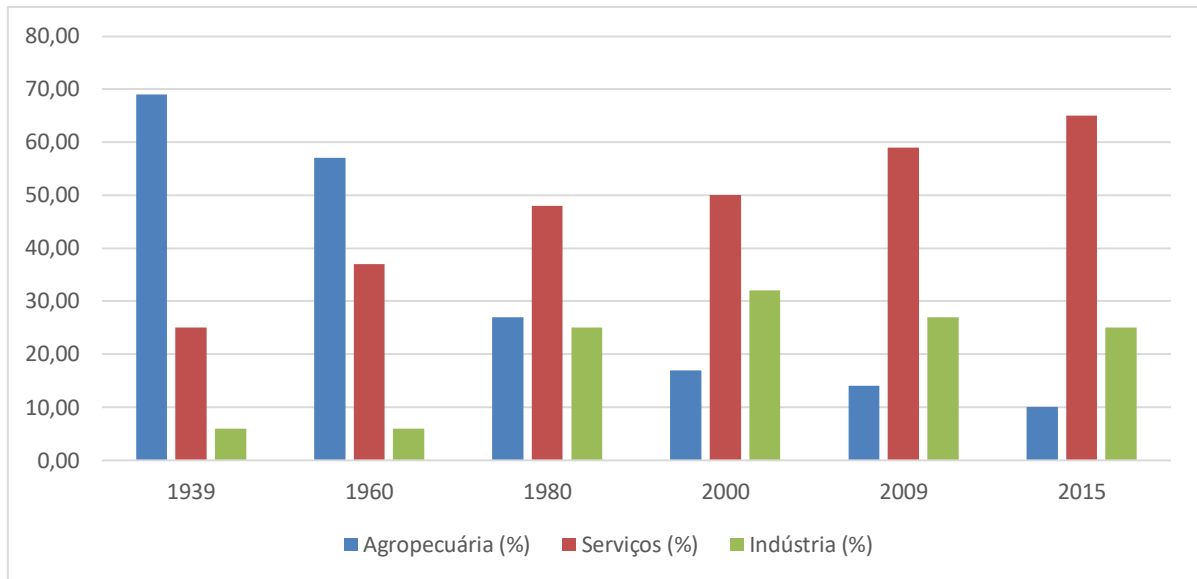
<b>Condições</b>	<b>PRODUZIR</b>
Enquadramento	Média, grande empresa e grupo econômico
Faturamento Anual	Acima do limite fixado para enquadramento do Simples Nacional
Limite do ICMS financiável	Até 73%
Prazos do Financiamento	7 a 15 anos
Juros	0,2% a.m. (2,4% a.a)
Forma de Pagamento	Recolhimento Normal / 27% de ICMS no TARE para o Tesouro Estadual
Garantias	Aval ou fiança dos sócios ou diretores/ Seguro garantia/ Garantia Real/ Fiança bancária

**Fonte:** Matos (2017).

Apesar de semelhanças, o PRODUZIR é caracterizado como um programa mais agressivo na concessão de benefícios do que o FOMENTAR, ambicionando a correção das falhas de seu antecessor, sua legislação demonstra-se mais maleável e favorável ao enquadramento de mais beneficiários (MATOS, 2017).

Após o breve panorama apresentado acerca do processo de industrialização e das políticas industriais implementadas por Goiás a partir da década de 1930, pode-se constatar, como síntese das informações trazidas até o momento, que a economia goiana passou de uma frágil atividade mineradora no início do século XX, que intensificou a produção da agropecuária nos anos seguintes até desencadear o desenvolvimento industrial experimentado a partir da década de 1980, enquanto as políticas industriais inicialmente lançaram mão dos incentivos fiscais, através da isenção fiscal e com o passar do tempo houve a sua ampliação com a facilitação de crédito, utilização de subsídios e ainda o surgimento de órgãos administrativos para coordenar as ações de estímulo à industrialização, além do incentivo à inovação e investimentos em infraestrutura, principalmente via implantação de Distritos Industriais.

O Gráfico 3 demonstra, por meio da representatividade dos segmentos econômicos no PIB do Estado, como o setor industrial ultrapassou a agropecuária ao longo do período decorrido, evidenciando sua importância na participação da composição do PIB goiano atualmente.

**Gráfico 3 – Composição do PIB de Goiás por segmento econômico de 1939, 1960, 1980, 2000, 2009 e 2015**

Fonte: IPEADATA (2018).

#### 1.4 ASPECTOS INSTITUCIONAIS DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS

Nesta seção serão abordados os aspectos históricos, legais e práticos relativos aos distritos industriais de Goiás, ponto central desta pesquisa, sendo discorrido ainda sobre a sua importância como ferramenta de atração de indústrias e consequente desenvolvimento regional.

O sentido dos distritos pensados para Goiás prescindiu da criação de fatores externos como a difusão do conhecimento e a falta da inter-relação entre os setores produtivos. Os distritos criados são fruto da destinação de terrenos para a instalação de indústrias, recebendo o título de distrito por lei criada para dar legalidade a estes espaços com alguma infraestrutura (CASTRO, 2014).

A implantação desses distritos, deu-se para que os mesmos fossem empregados como instrumento de política industrial pelo Governo do Estado. Tal mecanismo advém do movimento industrializante que deu passos além dos benefícios fiscais, com a criação de infraestrutura na busca de aumentar a atratividade do Estado para investimentos industriais. O objetivo da criação dos distritos, segundo a exposição de motivos para a criação da Lei nº 7.766/73, era a de “industrializar a matéria-prima oriunda da agricultura e da pecuária” (GOIÁS, 1973).

Para gerir os distritos industriais, foi criada a Companhia dos Distritos Industriais de Goiás – a GOIÁSINDUSTRIAL, pela Lei nº 7.766/73 – atual CODEGO, responsável por

expandir as atividades agroindustriais do Estado, através do estudo das potencialidades econômicas e sociais regionais para a escolha das cidades a receberem os distritos.

Os benefícios concedidos aos empreendimentos que se instalam nesses distritos iam desde a disponibilização de espaços adequados, com localização planejada e infraestrutura básica com a garantia de fornecimento de água e esgoto, a possibilidade de integração com empresas regionais e do mesmo setor para a troca de experiências e a aplicação de novas técnicas, até os incentivos fiscais estaduais próprios para essas regiões (GOIÁS, 1973).

Segundo a legislação, à época, competia à GOIÁSINDUSTRIAL (GOIÁS, 1973):

- Projetar e implantar, direta ou indiretamente, áreas industriais, bem como administrá-las e a seus serviços e equipamentos de apoio;
- Divulgar e promover as áreas e suas oportunidades industriais;
- Prestar assessoramento técnico ao Governo Estadual e aos Municípios;
- Prestar, gratuitamente ou mediante remuneração, assessoramento técnico às empresas que pretenderem se instalar nas áreas industriais sob sua administração, inclusive mediante estudos de viabilidade técnico-econômica ou projetos de engenharia;
- Participar como acionista, majoritário ou não, da implantação de empreendimentos industriais, para tornar viável, técnica e economicamente o empreendimento;
- Controlar a poluição ambiental provocada por indústrias, especialmente as situadas nas áreas industriais.

Segundo Cunha (2010), o projeto de industrialização nasceu audacioso, por projetar 42 (quarenta e dois) distritos agroindustriais em diversas regiões, sendo os mais estratégicos os das cidades de Catalão, Itumbiara, Gurupi (atualmente no Estado de Tocantins) e Anápolis.

No dia 14 de outubro de 2015, de acordo com a Lei nº 19.064/15, em substituição

à GOIÁSINDUSTRIAL, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – CODEGO, com a expectativa de ser uma empresa mais ágil, mais dinâmica e mais ampla, na intenção de atrair e garantir a industrialização cada vez mais acelerada no Estado.

Na atualidade a CODEGO é uma empresa de economia mista sob o controle acionário do Estado de Goiás, jurisdicionada à SED. Seus objetivos atuais são: a promoção do desenvolvimento econômico mediante o desempenho de atividades de fomento para diversificação da economia, geração de empregos e renda e preservação do meio ambiente, mediante incentivo, cabendo-lhe exercer as atribuições especificadas em seu estatuto social.

Com a criação da CODEGO, o governo busca o fomento de diversos setores da economia, almejando atingir todas as regiões do Estado. Dentro do planejamento estratégico de desenvolvimento econômico de Goiás, a CODEGO tem papel importante na consolidação da logística e infraestrutura de acesso e funcionamento dos distritos industriais e dos polos de excelência nas diferentes rotas econômicas das regiões. A Companhia pode utilizar recursos para implantar obras de infraestrutura e acesso a empreendimentos, seja de natureza industrial, comercial ou de turismo, como, por exemplo: vias de acesso, rodovias, plataformas e outras obras para garantir as condições aos empreendedores no processo de desenvolvimento de todo o Estado (CODEGO, 2018).

Atualmente, o Estado de Goiás conta com 36 distritos industriais distribuídos em 31 municípios (CODEGO, 2018), sendo o Distrito Agroindustrial de Anápolis o que apresenta melhor infraestrutura e é considerado um dos maiores do Brasil (CASTRO, 2014). Com atividades industriais diversificadas e posição destacada no Estado, o DAIA possui uma infraestrutura completa com pavimentação asfáltica, sistema de água e esgoto, rede de energia elétrica, sede administrativa, estação de tratamento de água e efluentes, plano de gestão ambiental, posto policial, urbanização, condomínio tecnológico, entre outros benefícios (LAURIA, 2014).

Em relação aos demais distritos, estes apresentam uma infraestrutura ainda deficiente, quando comparada com a oferecida no DAIA, fato que inibe até a utilização dos mesmos. Em muitos não se tem condições mínimas para abrigar uma indústria, há falta de fornecimento de água tratada e esgoto, terreno regularizado entre outros fatores. Para os distritos existentes nos pequenos municípios, deve-se acrescentar ainda os gargalos do seu ambiente externo, ou seja, a deficiente infraestrutura dos municípios menores, com precários serviços de apoio (setor financeiro, comércio, saúde, entre outros fatores locacionais) e a distância dos grandes centros consumidores (CASTRO, 2014).

Além dos distritos criados pelo Estado, alguns municípios contam com distritos

industriais próprios, que também usufruem de programas de incentivos públicos, e tem seus regulamentos semelhantes aos dos administrados pelo Estado, tanto para o uso quanto para a cessão dos terrenos, como exemplos pode-se citar: Senador Canedo, Aparecida de Goiânia, Rio Verde e Morrinhos (CASTRO, 2014).

Outro aspecto a se destacar é o fato de que os distritos com melhores infraestruturas estão localizados nas regiões central, sul e sudeste do Estado, que são locais com mais fácil acesso à região sudeste do Brasil, com maiores facilidades de logística e que concentram a maior parte da população de Goiás (CASTRO, 2014).

Os dados disponíveis sobre os distritos industriais goianos estão concentrados no sítio da CODEGO e do IMB. Estes dados são limitados, pois apresentam somente algumas características da infraestrutura dos distritos como a distância até a capital e o número de empresas, fato que dificulta análises mais detalhadas. O APÊNDICE – A, retrata alguns desses aspectos. Ressalta-se que alguns dados datam de 2013 e, portanto, não abrangem todos os distritos atuais, entretanto é elencado o cenário de como se encontram os distritos de poucos anos para cá.

No APÊNDICE – A, percebe-se claramente a disparidade entre os distritos, sendo que em apenas 4 (quatro) – DAIA, DAIAG, DIAGRI E DIMIC, concentram-se a maioria das indústrias, ou seja, cerca de 60% das indústrias instaladas. Demais características sobre a concentração de investimentos apenas em alguns distritos serão tratadas nos próximos capítulos.

## 2 METODOLOGIA

Este capítulo aborda a metodologia utilizada no trabalho, apresentando alguns conceitos no tocante à metodologia em geral, o tipo de pesquisa aplicado e ainda os métodos empregados para se alcançar o que foi proposto pelo trabalho.

De acordo com Fonseca (2002), *methodos* significa organização, e *logos* estudo sistemático, pesquisa e investigação, ou seja, metodologia é o exame da organização e dos caminhos a serem percorridos para se idealizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Naturalmente, significa o estudo dos mecanismos e dos meios utilizados para se fazer uma pesquisa científica.

Minayo (2011) descreve metodologia como uma reunião de métodos e técnicas associadas à *expertise* do pesquisador, porém, não se comporta unicamente como uma teoria de abordagem, mas como uma mistura entre teoria e realidade na busca da produção do conhecimento.

Para Marconi e Lakatos (2003), a concepção da metodologia da pesquisa visa abranger o maior número de informações a serem processadas no estudo, pois responde, ao mesmo tempo, às questões *como?*, *com o quê?*, *onde?*, *quanto?*

Desta maneira, caminhos serão percorridos e instrumentos serão utilizados para se atingir o objetivo desta pesquisa que é elaborar um plano de ação que distribua de modo mais eficiente os distritos industriais pelo território goiano, de forma a atender satisfatoriamente todas as regiões do Estado, especialmente as menos dinâmicas.

Assim, de acordo com o que se pretende realizar e os meios que serão empregados, a tipologia deste trabalho consiste em uma abordagem qualitativa com o tipo de pesquisa sendo o estudo aplicado e a pesquisa-ação, que utilizará como técnicas simultaneamente a pesquisa documental e a análise de conteúdo, conforme esclarecidos a seguir:

- Qualitativa em relação à abordagem, na medida em que se procura identificar as possíveis causas que levam à concentração de distritos industriais e recursos nessa área nas regiões mais dinâmicas do Estado;
- Pesquisa aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, contribuindo para o processo de formulação e gestão das políticas públicas direcionadas aos distritos industriais de Goiás;

- Pesquisa-ação, tendo em vista que visa elaborar um plano de ação que venha a intervir no direcionamento de investimentos para determinadas regiões;
- Pesquisa documental com análise de conteúdo, pois recorre ao tratamento e interpretação de informações trazidas por diversos documentos como tabelas estatísticas, relatórios e documentos oficiais.

Com o intuito de cumprir a metodologia descrita anteriormente, o trabalho consistirá numa sequência lógica de: coleta de material, dados e informações; investigação e análise do material utilizando-se as técnicas descritas e apresentação dos resultados.

A coleta do material será feita por meio da pesquisa de dados e informações acerca dos distritos industriais administrados pela CODEGO, encontrados na própria CODEGO, na SED e nos sítios eletrônicos do GOIÁSTRANSPARENTE, IBGE e do IMB. Na sequência, a investigação e a análise do material consistem na aplicação das técnicas de metodologia, unindo-se o exame documental e análise de conteúdo, as quais serão necessárias à obtenção dos resultados. Por fim, a apresentação dos resultados se caracteriza pelo diagnóstico da situação pesquisada e pela confirmação da hipótese, sendo apresentado um plano de ação em busca de soluções.

No diagnóstico, será comprovada a acumulação de distritos e investimentos nesse setor nas regiões mais dinâmicas de Goiás e ainda as causas que levam à mesma.

Em relação à dinâmica regional, Diniz (2017) explica que esta é mensurada por uma série de fatores que atuam de forma a acelerar, retardar ou diminuir as taxas de crescimento de uma região. Atuam neste contexto aspectos estruturais ligados à disponibilidade de recursos materiais e humanos, às condições culturais e políticas específicas de cada região e ainda os indicadores das diversas realidades socioeconômicas.

Nessa perspectiva, para demonstrar a dinâmica regional em Goiás, foi adotada a divisão do Estado em regiões de planejamento, conforme preceitua a SEPLAN (2008), sendo que para cada uma foram levantados diversos indicadores demográficos, econômicos e sociais.

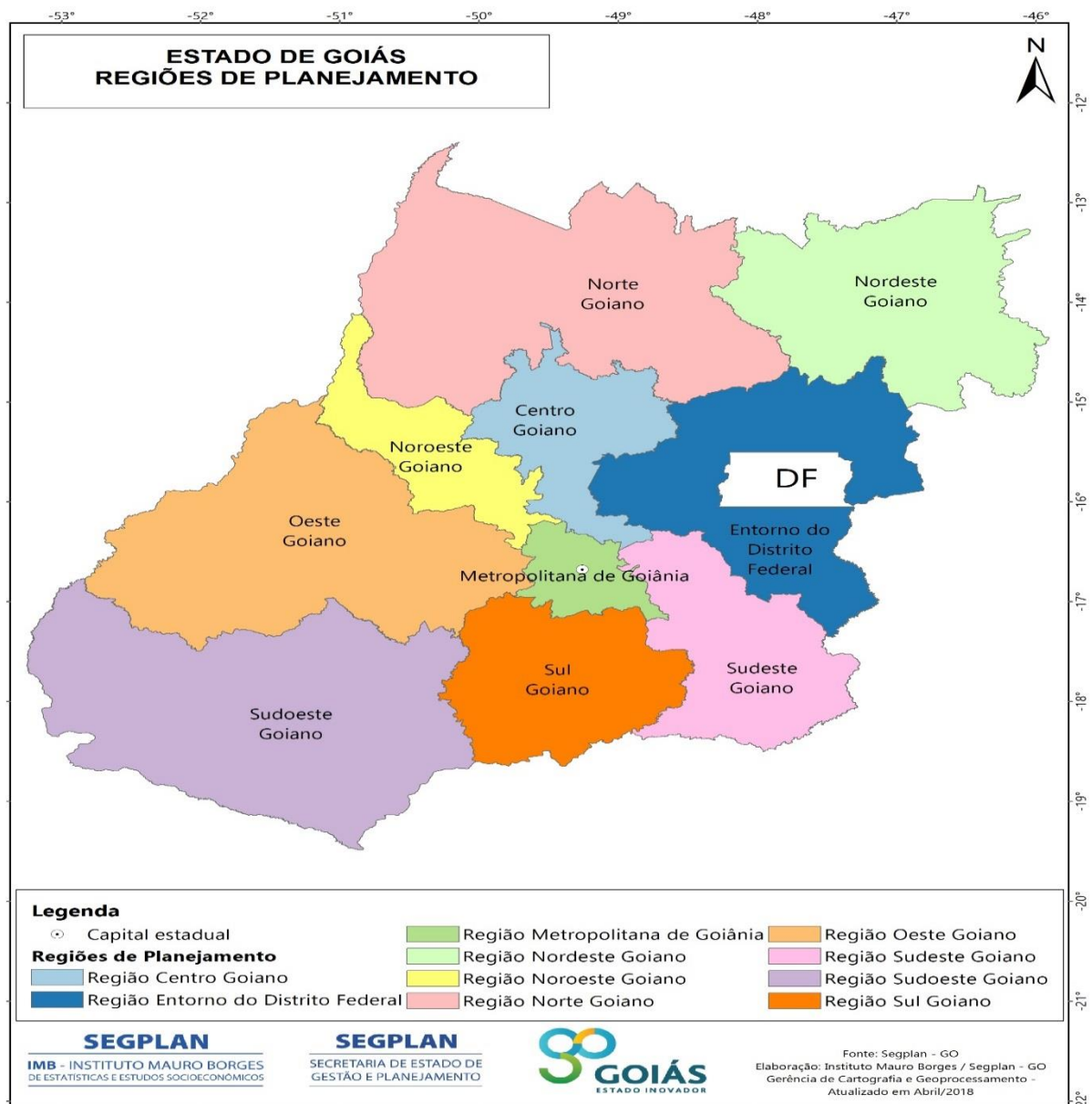
De acordo com a SEPLAN (2008), as regiões de planejamento são:

1. Metropolitana de Goiânia;
2. Centro goiano;
3. Norte goiano;

4. Nordeste goiano;
5. Entorno do Distrito Federal;
6. Sudeste goiano;
7. Sul goiano;
8. Sudoeste goiano;
9. Oeste goiano;
10. Noroeste goiano.

A Figura 1 ilustra como essas regiões estão distribuídas pelo Estado.

**Figura 1 – Regiões de Planejamento de Goiás**



Fonte: IMB (2014).

Essas regiões foram idealizadas para fins de planejamento estratégico-governamental e representam uma homogeneidade em termos de condições socioeconômicas, espaciais e geográficas. A consolidação de cada uma se deu de acordo com os critérios a seguir especificados e que são integrantes do PPA 2004-2007 (SEPLAN, 2008):

- A Região do Entorno do Distrito Federal foi definida conforme o estabelecido na Lei de criação da Ride: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – Lei Complementar (Constituição Federal) nº 94, de 19 de fevereiro de 1998;
- A Região Metropolitana de Goiânia (Grande Goiânia mais Região de Desenvolvimento Integrado) é definida pela Lei Complementar Estadual nº 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei Complementar Estadual nº 54 de 23 de maio de 2005. A Grande Goiânia compreende 13 municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade, a Região de Desenvolvimento Integrado é composta por 7 municípios: Bonfinópolis, Brazabrantas, Caldazinha, Caturai, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás;
- As regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano, constantes no primeiro PPA (2000-2003), foram delimitadas em função de sua homogeneidade em termos de condições socioeconômicas e espaciais e como estratégia de planejamento para investimentos governamentais tendo em vista minimizar os desequilíbrios regionais;
- As outras seis regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do Estado. Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à Capital do Estado foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento.

Para caracterizar a dinâmica dessas regiões, procurou-se utilizar indicadores que retratassem a sua dimensão territorial, demográfica e econômica, bem como aspectos relacionados à desigualdade de renda, capacidade de absorção de mão de obra e qualidade da educação e da infraestrutura básica (água, energia elétrica, telefone e internet). Os indicadores

utilizados estão elencados a seguir:

- Área por região de planejamento: demonstra a extensão territorial de cada região, a fim de verificar a sua proporção em relação ao território goiano;
- População por região de planejamento: demonstra o número de habitantes das regiões, com o intuito de verificar quais são as mais populosas e a sua proporção em relação à população do Estado;
- PIB de cada região de planejamento: representa a soma dos bens e serviços produzidos em cada região. Quanto maior o PIB, maior a atividade econômica e consequentemente maior o acúmulo de riquezas;
- Índice de GINI – médio: utilizado para aferir a desigualdade de renda média entre os municípios que compõem cada região de planejamento, indicando se há muita ou pouca diferença entre os mais pobres e os mais ricos em cada região. Os valores deste coeficiente são representados entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de zero menor é a desigualdade social, tendo 1 como o máximo de desigualdade possível. Seus valores são obtidos pela média aritmética dos índices dos municípios da respectiva região;
- Número de empregos gerados por região de planejamento: demonstra o número de empregos criados em cada região, representando a sua capacidade de absorção de mão de obra nos diversos setores da economia. Sua dimensão é quantificada quando seus valores são comparados aos do Estado;
- IDM médio – educação: representa o desempenho médio dos municípios que compõem cada região de planejamento em relação à educação básica. Para cada município é calculado por meio de média aritmética simples dos *scores* padronizados de 0 a 10, entre quatro indicadores referentes aos seguintes aspectos: infraestrutura dos prédios das escolas públicas urbanas (energia elétrica, abastecimento de água, coleta de esgoto e sanitário dentro do prédio escolar); atendimento educacional da população de 4 a 5 anos (pré-escola); atendimento educacional da população de 6 a 14 anos (ensino fundamental); atendimento

educacional da população de 15 a 17 anos (ensino médio); professores com formação na disciplina que leciona; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - 5º ano do Ensino Fundamental; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - 9º ano do Ensino Fundamental. Os valores de cada região de planejamento são obtidos pela média aritmética dos índices dos seus respectivos municípios;

- IDM médio – infraestrutura: representa o desempenho médio dos municípios que compõem cada região de planejamento em relação ao acesso à energia elétrica, rede de água tratada, rede de esgoto, telefonia e internet. Para cada município é calculado por meio de média aritmética simples dos *scores* padronizados de 0 a 10 das variáveis relativas à cobertura dos domicílios pela: rede de energia elétrica - percentual de domicílios que tem acesso à rede de energia elétrica; rede de água - percentual de domicílios urbanos que tem acesso à rede de água tratada; rede de esgoto - percentual de domicílios urbanos que dispõem de escoadouro por meio de rede de esgoto e rede de telefonia fixa e internet - percentual de domicílios que tem acesso à rede de telefonia fixa e internet. Os valores de cada região de planejamento são obtidos pela média aritmética dos índices dos seus respectivos municípios.

Após o levantamento dos indicadores que evidenciam o desempenho dinâmico das regiões de planejamento, estas foram aglutinadas em macrorregiões geográficas: Norte, Centro e Sul de Goiás, com o intuito de apresentar de forma resumida o comportamento médio dos parâmetros. As regiões de planejamento ‘Norte Goiano’, ‘Nordeste Goiano’ e ‘Noroeste Goiano’, representam a macrorregião Norte de Goiás, as regiões ‘Metropolitana de Goiânia’, ‘Centro goiano’, ‘Entorno de Distrito Federal’ e ‘Oeste Goiano’, representam a macrorregião Centro e as regiões ‘Sudeste Goiano’, ‘Sul Goiano’ e ‘Sudoeste Goiano’, representam a macrorregião Sul de Goiás. Os valores de cada macrorregião são obtidos pela média aritmética dos índices de suas respectivas regiões de planejamento.

Tendo verificada a dinâmica, o próximo passo será comprovar a concentração de distritos e investimentos nas regiões que apresentam melhores índices. Para isso, foram adotadas as variáveis ‘número de distritos’ e ‘percentual de investimentos desembolsados’ que foram alocadas nas diversas regiões de planejamento. Logo após, novamente essas regiões foram agrupadas em macrorregiões para que, pelo mesmo motivo descrito

anteriormente, pudessem apresentar de forma resumida o comportamento das variáveis. Desta vez, os valores de cada macrorregião são obtidos pela soma dos números apresentados pelas respectivas regiões de planejamento.

Quanto à identificação dos motivos que levam à concentração em análise, serão interpretados os dados e informações contidos nos documentos oficiais disponibilizados pela CODEGO e pela SED. Nesses documentos serão analisados os critérios e a metodologia que o Estado leva em conta para a escolha da localização dos distritos industriais.

No plano de ação, serão interpretadas as informações contidas no diagnóstico, que combinadas com critérios pré-estabelecidos no trabalho, proporcionarão uma proposta de ordenação mais apropriada para os distritos industriais em Goiás.

Ressalta-se uma limitação de dados em relação aos investimentos destinados para os distritos industriais, os quais foram disponibilizados pelo Estado somente a partir de 2006, não abrangendo desta forma os anos anteriores. Todavia, a análise efetuada é suficiente para caracterizar um desequilíbrio na aplicação dos investimentos, tendo em vista um histórico de aproximadamente 10 (dez) anos.

### **3 DIAGNÓSTICO**

Neste capítulo será apresentado um diagnóstico que comprovará a convergência de distritos e investimentos nesse segmento para as regiões mais dinâmicas do Estado e ainda as causas que levam à mesma. O capítulo é dividido, portanto, em duas seções, sendo que na primeira será apresentada a concentração em análise e na segunda serão identificadas as suas causas.

#### **3.1 CONCENTRAÇÃO DE DISTRITOS E INVESTIMENTOS**

Para fundamentar este tópico, conforme apresentado na metodologia, foram utilizados indicadores regionais e também algumas variáveis para descrever a dinâmica de cada região de planejamento do Estado. Na sequência as regiões de planejamento foram aglutinadas em macrorregiões, com finalidade de apresentar de forma resumida o comportamento dos indicadores e das variáveis.

O Quadro 6 apresenta os dados levantados em relação aos indicadores selecionados:

**Quadro 6 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Empregos gerados, IDM médio – educação e IDM médio – infraestrutura por região de planejamento**

Região	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini - médio (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação - média (2016)	IDM Infraestrutura - média (2016)
	Km²	%	Habitantes	%	R\$(mil)	%		Empregos	%		
<b>Metropolitana de Goiânia</b>	7.344,17	2,16	2.493.792	36,82	67.726.825	39,01	0,47	760.490,00	52,59	5,58	4,13
<b>Centro Goiano</b>	18.536,04	5,45	689.626	10,18	18.872.288	10,87	0,44	139.728,00	9,66	5,54	2,95
<b>Norte Goiano</b>	59.561,69	17,51	322.105	4,76	7.855.106	4,52	0,51	43.069,00	2,98	5,29	2,82
<b>Nordeste Goiano</b>	38.726,22	11,39	188.233	2,78	2.382.845	1,37	0,57	16.256,00	1,12	4,85	2,08
<b>Entorno do Distrito Federal</b>	35.949,23	10,57	1.218.788	17,99	16.728.034	9,63	0,51	116.425,00	8,05	4,94	3,04
<b>Sudeste Goiano</b>	25.178,62	7,40	276.924	4,09	10.958.387	6,31	0,48	54.585,00	3,78	5,21	3,68
<b>Sul Goiano</b>	25.096,02	7,38	443.623	6,55	14.177.167	8,17	0,49	99.622,00	6,89	5,66	4,15
<b>Sudoeste Goiano</b>	61.477,32	18,08	637.003	9,40	24.646.316	14,19	0,50	143.376,00	9,92	5,42	4,03
<b>Oeste Goiano</b>	52.695,40	15,49	354.731	5,24	7.658.113	4,41	0,48	52.099,00	3,60	5,47	3,57
<b>Noroeste Goiano</b>	15.541,80	4,57	148.897	2,20	2.626.583	1,51	0,49	20.293,00	1,40	5,32	3,57
<b>ESTADO DE GOIÁS</b>	340.106,51	100,00	6.773.722,00	100,00	173.631.664,00	100,00	-	1.445.943,00	100,00	-	-

Fonte: IMB (2018).

De forma sucinta, os dados do Quadro 6 mostram que a ‘Região Metropolitana de Goiânia’, com apenas 2,16% da área geográfica do Estado, participa com 36,82% da população e com 39,01% do PIB de Goiás, além de apresentar o segundo melhor índice de GINI médio e concentrar 52,59%, mais da metade, dos empregos gerados, apresentando ainda bons índices de desempenho na educação e na infraestrutura. Por outro lado, as regiões de planejamento ‘Norte Goiano’, ‘Nordeste Goiano’ e ‘Noroeste Goiano’, que somadas, representam um terço (33,47%) do território goiano, participam com apenas 9,73% da população, 7,41% do PIB, apresentam os piores índices de GINI médio e as piores taxas de geração de emprego (5,51%), além dos piores desempenhos municipais em educação e infraestrutura.

Ao se agrupar as regiões de planejamento em macrorregiões, conforme Quadro 7, verifica-se que as três macrorregiões identificadas possuem praticamente a mesma extensão territorial, no entanto a Centro e a Sul, mais dinâmicas, apresentam os melhores índices socioeconômicos, contribuindo com 63,92% e 28,67% do PIB do Estado respectivamente e concentrando, juntas, aproximadamente 90% da população e 94% dos empregos gerados, ao passo que a macrorregião Norte de Goiás, participa com apenas 9,73% da população, contribui com 7,41% do PIB e 5,51% dos empregos gerados, apresentando ainda os piores índices de GINI e IDM médio na educação e infraestrutura.

**Quadro 7 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Empregos gerados, IDM médio – educação e IDM médio – infraestrutura por macrorregião**

Macrorregião	Área (2017)		População (2017)		PIB (2015)		Índice de Gini - média (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação - média (2016)	IDM Infraestrutura - média (2016)
	Km <sup>2</sup>	%	Habitantes	%	R\$(mil)	%		Empregos	%		
<b>Norte</b>	113.829,71	33,47	659.235,00	9,73	12.864.534,00	7,41	0,52	79.618,00	5,51	5,15	2,82
<b>Centro</b>	114.524,84	33,67	4.756.937,00	70,23	110.985.260,00	63,92	0,48	1.068.742,00	73,91	5,38	3,42
<b>Sul</b>	111.751,96	32,86	1.357.550,00	20,04	49.781.870,00	28,67	0,49	297.583,00	20,58	5,43	3,95
<b>ESTADO DE GOIÁS</b>	340.106,51	100,00	6.773.722,00	100,00	173.631.664,00	100,00	-	1.445.943,00	100,00	-	-

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

Em relação à distribuição dos distritos industriais pelas regiões de planejamento, conforme Quadro 8, percebe-se a grande concentração destes nas regiões 'Metropolitana de Goiânia', 'Centro Goiano', 'Entorno do Distrito Federal', 'Sudeste Goiano', 'Sul Goiano', 'Sudoeste Goiano' e 'Oeste Goiano', que são regiões mais dinâmicas, conforme demonstrado anteriormente, nas quais estão instalados 32 (trinta e dois) distritos (aproximadamente 89% do total). As regiões 'Norte Goiano', 'Nordeste Goiano' e 'Noroeste Goiano', contam, juntas, com apenas 4 (quatro) distritos, representando 11% do total, com um agravante que nenhum distrito está instalado na região 'Nordeste Goiano', ficando esta totalmente desassistida.

**Quadro 8 – Quantidade de distritos industriais e sua representatividade numérica por região de planejamento**

<b>Região</b>	<b>Distrito</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Metropolitana de Goiânia	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia	6,00	17%
	Agroindustrial de Bela Vista de Goiás		
	Agroindustrial de Goianira		
	Agroindustrial de Inhumas		
	Industrial de Senador Canedo-DISC		
	Agroindustrial de Senador Canedo-DASC		
Centro Goiano	Agroindustrial de Anápolis	5,00	14%
	Agroindustrial de Anápolis Norte		
	Agroindustrial de Ceres		
	Agroindustrial de Goianésia		
	Agroindustrial de Rubiataba		
Norte Goiano	Agroindustrial de Porangatu	3,00	8%
	Agroindustrial de São Miguel do Araguaia		
	Agroindustrial de Uruaçu		
Nordeste Goiano	-	0,00	0%
Entorno do Distrito Federal	Agroindustrial de Abadiânia	3,00	8%
	Agroindustrial de Cabeceiras		
	Agroindustrial de Luziânia		
Sudeste Goiano	Mineroindustrial de Catalão	2,00	6%
	Agroindustrial de Orizona		
Sul Goiano	Agroindustrial de Caldas Novas	7,00	19%
	Agroindustrial de Goiatuba		
	Agroindustrial de Itumbiara		
	Agroindustrial de Morrinhos		
	Setor Industrial de Piracanjuba		
	Polo Industrial de Piracanjuba		
	Agroindustrial de Pontalina		
Sudoeste Goiano	Agroindustrial de Mineiros I	4,00	11%
	Agroindustrial de Mineiros II		
	Agroindustrial de Rio Verde I		
	Agroindustrial de Rio Verde II		
Oeste Goiano	Agroindustrial de Anicuns	5,00	14%
	Agroindustrial de Iporá		
	Agroindustrial de Jussara		
	Agroindustrial de Paraúna		
	Polo de São Luís de Montes Belos		
Noroeste Goiano	Agroindustrial de Cidade de Goiás	1,00	3%
<b>ESTADO DE GOIÁS</b>		<b>36,00</b>	<b>100%</b>

Fonte: CODEGO (2018).

Quando se fala em investimentos dispendidos pelo Estado de Goiás para a criação, estruturação e modernização de seus distritos, o Quadro 9 mostra novamente uma grande discrepância, na qual somente os distritos do DAIA (Anápolis), DAIAG (Aparecida de Goiânia), DIAGRI (Itumbiara) e DIMIC (Catalão), localizados nas regiões de planejamento ‘Centro Goiano’, ‘Metropolitana de Goiânia’, ‘Sul Goiano’ e ‘Sudeste Goiano’ respectivamente, todas mais dinâmicas, receberam, juntos, aproximadamente 75% dos investimentos de 2006 a 2017.

Quadro 9 – Investimentos e a representatividade de recursos por distrito industrial de 2006 a 2017

PERÍODO	ORÇAMENTO (R\$)		DISTRITO ATENDIDO	AÇÃO	TOTAL (R\$)	%
	PREVISTO	EXECUTADO				
2006 a 2017	380.182.135,60	99.180.224,03	DAIA	Estruturação	29.888.585,10	30,14%
			DAIAG	Estruturação	25.564.842,44	25,78%
			DIAGRI	Estruturação	15.771.003,32	15,90%
			NÃO ESPECIFICADO	-	4.850.000,00	4,89%
			DIMIC	Estruturação	4.649.562,69	4,69%
			PARAÚNA	Estruturação	1.986.733,33	2,00%
			DASC	Estruturação	1.972.848,90	1,99%
			PIRACANJUBA	Estruturação	1.745.554,04	1,76%
			GOIANIRA	Estruturação	1.666.611,31	1,68%
			URUAÇU	Estruturação	1.146.672,56	1,16%
			POSSE	Criação	1.052.570,86	1,06%
			PETROLINA DE GOIÁS	Criação	938.407,00	0,95%
			ORIZONA	Estruturação	879.417,76	0,89%
			BELA VISTA	Estruturação	726.625,00	0,73%
			ABADIÂNIA	Estruturação	726.625,00	0,73%
			CALDAS NOVAS	Estruturação	680.000,00	0,69%
			PADRE BERNARDO	Criação	595.200,00	0,60%
			SÃO LIUZ DE MONTES BELOS	Estruturação	570.835,70	0,58%
			RIALMA	Criação	484.000,00	0,49%
			PIRENÓPOLIS	Criação	328.491,00	0,33%
			PANAMÁ	Criação	293.570,86	0,30%
			IPORÁ	Estruturação	283.000,00	0,29%
			GOIANÉSIA	Estruturação	278.314,23	0,28%
			DIAL	Estruturação	278.314,23	0,28%
			DARV I	Estruturação	272.842,65	0,28%
			GOIÁS	Estruturação	272.842,65	0,28%
			MINEIROS	Estruturação	272.842,65	0,28%
SILVÂNIA	Criação	242.000,00	0,24%			
GOIATUBA	Estruturação	137.014,70	0,14%			
INHUMAS	Estruturação	137.014,70	0,14%			
DAIMO	Estruturação	137.014,70	0,14%			
PONTALINA	Estruturação	137.014,70	0,14%			
DAIA II	Estruturação	135.827,95	0,14%			
CRIXÁS	Criação	78.024,00	0,08%			
<b>TOTAL:</b>	<b>380.182.135,60</b>	<b>99.180.224,03</b>			<b>R\$99.180.224,03</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: GOIÁSTRANSARENTE (2018).

Em resumo, para se verificar a dimensão da distribuição e dos investimentos nos distritos, agrupando-se as regiões de planejamento em macrorregiões, é possível constatar, de acordo com o Quadro 10, que a macrorregião Norte de Goiás é atendida por apenas 4 (quatro) distritos e recebe irrisórios 4,20% dos investimentos no segmento, levando a crer que, pela grande disparidade de distritos e de alocação de recursos demonstrada, os critérios e métodos empregados pelo Estado para selecionar as áreas que receberão esses distritos, vão ao encontro de regiões que possuem uma certa infraestrutura básica instalada, com fornecimento água, energia elétrica, mão de obras e captação esgoto, além de logística privilegiada, inviabilizando, desta forma, áreas menos dinâmicas que apresentam maiores dificuldades e gargalos para a instalação de indústrias.

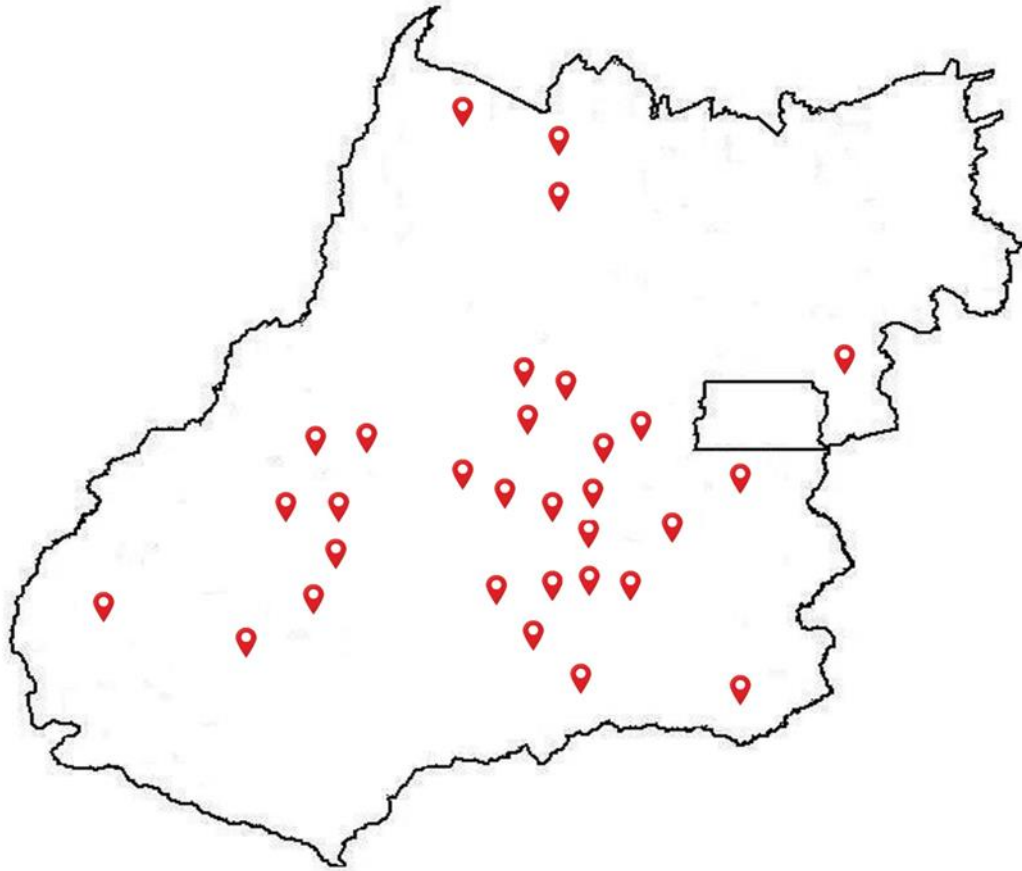
**Quadro 10 – Número de distritos industriais, investimentos de 2006 a 2017 e sua representatividade por macrorregião**

Macrorregião	Distritos Industriais		Investimentos em distritos	
	Número	%	(R\$)	%
Norte	4,00	11,00	4.159.570,00	4,20
Centro	19,00	53,00	68.176.485,00	68,74
Sul	13,00	36,00	26.838.169,00	27,06
<b>ESTADO DE GOIÁS</b>	<b>36,00</b>	<b>100,00</b>	<b>99.180.224,03</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOIÁSTRANSARENTE (2018).

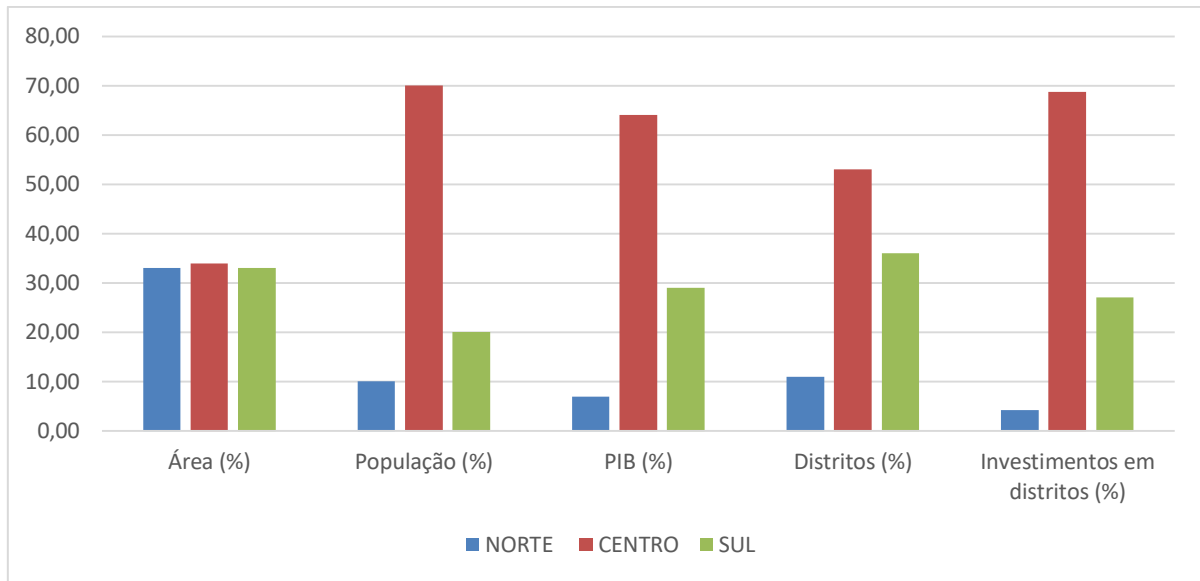
A Figura 2, ilustra geograficamente a concentração de distritos nas macrorregiões Centro e Sul de Goiás. As marcações em vermelho representam a localização de cada município que possui pelo menos um distrito industrial instalado. Vale esclarecer que o número de marcações no mapa (trinta e uma) é inferior ao número de distritos (trinta e seis) devido ao fato de alguns municípios possuírem mais de um distrito instalado.

**Figura 2 – Localização geográfica atual dos distritos industriais**



**Fonte** – Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018).

Já o Gráfico 4, traça um comparativo entre alguns indicadores socioeconômicos (área, população e PIB) e o número de distritos e investimentos em cada macrorregião, também evidenciando notoriamente uma convergência para o Centro e o Sul de Goiás.

**Gráfico 4 – Comparativo de área, população, PIB, número de distritos e investimentos por Macrorregião**

Fonte: IMB (2018), CODEGO (2018) e GOIÁSTRANSARENTE (2018).

Desse modo, por todo o exposto, confirma-se a concentração evidenciada no estudo e ainda mais além, constata-se uma pré-disposição do Estado de Goiás em investir nesse setor de forma altamente desproporcional, priorizando áreas mais desenvolvidas em detrimento de outras menos favorecidas.

### 3.2 CAUSAS DA CONCENTRAÇÃO

Para a identificação dos motivos que levam à concentração confirmada, serão interpretados os dados e informações contidos nos documentos oficiais disponibilizados pela CODEGO, com foco nos critérios e na metodologia que levam à escolha da localização dos distritos pelo Estado, bem como os recursos dispendidos para os mesmos. Em linhas gerais, por meio do exame de conteúdo, serão detectadas as vertentes que levam a priorizar a porção Centro-Sul do Estado em detrimento da macrorregião Norte.

De acordo com o item 2 do Memorando nº 003/2018, ANEXO – A, viabilizado pela Diretoria Técnica da CODEGO:

A Diretoria Técnica da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO informa que a seleção de áreas para a implantação de um Distrito

Industrial é estabelecida previamente observando uma série de critérios de ordem técnica, conforme descrito abaixo:

- I. Existência de malha logística;
- II. Facilidade de acesso à prestação de serviços básicos;
- III. Proximidade do mercado consumidor e
- IV. Proximidade do mercado fornecedor;
- V. Existência de canais de distribuição;

Entretanto, antes da continuidade aos estudos de ordem legal de viabilidade de criação de um Distrito Industrial, como a análise da Lei do Plano Diretor, da Lei do Perímetro Urbano e da Expansão Urbana, da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano/ Zoneamento entre outros, é necessário que sejam determinadas, de acordo com o Guia Técnico Para Implantação de Distritos Industriais (elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP) as viabilidades para os serviços de Infraestrutura como:

- I. Disponibilidade de Água;
- II. Tratamento de Esgoto;
- III. Energia Elétrica;
- IV. Telefonia e Internet;
- V. Abastecimento de Gás;

Sendo assim, a capacidade de FORNECIMENTO DE ÁGUA é o primeiro serviço de infraestrutura necessário para o início do Estudo de Viabilidade Técnica (EVT) da área a ser utilizada na criação de um Distrito Industrial. Portanto, após a indicação da área, seja pelo Estado ou pelo Município, a Diretoria Técnica da CODEGO solicita à Gerência Geral desta Companhia que realize visita à área especificada, juntamente com o Departamento do Meio Ambiente, para justificar se a área possui ou não potencial hídrico para a implantação de um Distrito Industrial.

Nessas circunstâncias, chama a atenção que os parâmetros utilizados pelo órgão para a escolha de uma área ou município para receber um distrito industrial, segue uma lógica de optar por regiões que já desfrutam de uma certa infraestrutura viável para o êxito da fixação do distrito, isto é, áreas que dispõem de logística privilegiada para escoamento dos produtos, que contam com serviços básicos de rede bancária, mão de obra abundante, disponibilidade de água, esgoto, energia elétrica, telefone e internet, além de bons níveis no desempenho da educação básica.

Dessa forma, percebe-se que os próprios critérios estabelecidos pelo Estado para os investimentos nesse segmento, priorizam as regiões mais dinâmicas que possuem níveis de

crescimento econômico e social elevados e não deveriam ser prioritárias, uma vez que outras menos dinâmicas necessitam mais de recursos, considerando a diminuição das desigualdades regionais trazida pelas políticas industriais.

Conforme explicam Ferraz, Paula e Kupfer (2002), a política industrial é um conjunto de instrumentos e regulamentos associados a políticas públicas, que pode afetar a destinação de recursos dentro e entre as indústrias, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, a conduta e o desempenho de agentes econômicos em um determinado território.

Para Pereira (2004), a produtividade do setor industrial contribui para o crescimento do país e, assim, para o aumento dos padrões de vida da sociedade.

Nesse sentido, é possível afirmar que as políticas industriais, como a implantação e investimentos em distritos industriais, devem ser utilizadas em consonância com as políticas de desenvolvimento regional e os procedimentos e os critérios adotados pelo Estado de Goiás nesse campo têm ido de encontro a essa combinação, promovendo erroneamente a desigualdade regional goiana, na medida em que regiões mais desenvolvidas são priorizadas em detrimento de outras mais necessitadas.

Portanto, as causas que levam à concentração de distritos e emprego de recursos nessa área, estão inseridas na própria metodologia utilizada, uma vez que pelos critérios adotados, é praticamente inviável a escolha de regiões menos dinâmicas e desta maneira o Estado inverte totalmente a ordem das políticas industriais, pois ao invés de se implantar um distrito para que este sirva como instrumento de desenvolvimento regional, aguarda-se o progresso da região para posterior instalação do distrito.

Diante desse contexto diagnosticado que traz uma concentração de distritos e investimentos nas regiões que apresentam os melhores índices socioeconômicos e ainda de critérios utilizados pelo Estado que favorecem também as áreas mais dinâmicas, no capítulo seguinte será apresentado um plano de ação em busca de soluções, visando mitigar ou servir como orientação para novas ações em relação ao problema descrito.

#### 4 PLANO DE AÇÃO

No plano de ação, serão processadas as informações contidas no diagnóstico, que combinadas com critérios estabelecidos no estudo que estão em consonância com os princípios das políticas industriais, viabilizarão uma proposta de distribuição mais apropriada dos investimentos para implantação e estruturação de distritos industriais no Estado.

Na expectativa criar um novo mecanismo para a disposição dos distritos pelo território goiano, distinto do que é atualmente utilizado pelo Estado, que fomenta a disparidade regional, apresentando uma concentração de investimentos em regiões mais dinâmicas, conforme levantado no diagnóstico, serão levados em consideração os aspectos geográficos, econômicos e sociais dos municípios que integram cada região de planejamento, possibilitando, assim, ações no sentido de criar e estruturar novos distritos ou até mesmo extinguir/remanejar os existentes, de forma a assistir satisfatoriamente todas as regiões do Estado, respeitando os propósitos deliberados pelas políticas industriais que visam a redução das desigualdades regionais.

Nessa condição, com a nova metodologia proposta, a disposição dos distritos industriais será realizada por região de planejamento, de modo que todas deverão abrigar distritos, sendo a quantidade determinada pela satisfação concomitante das seguintes diretrizes pré-estabelecidas:

1º. Os municípios que disporão de distritos industriais serão selecionados de acordo com o ranking de municípios do APÊNDICE – B, criado para classificar os mesmos em relação aos seus indicadores econômicos e sociais. Os municípios escolhidos deverão figurar entre as melhores posições em sequência;

2º. No mínimo 80% dos municípios, inseridos em uma mesma região de planejamento, deverão estar localizados a no máximo 100 km de um distrito industrial da região, distância considerada pertinente para o deslocamento diário de mão de obra do município analisado até o distrito. As distâncias entre os municípios serão retiradas do sítio GOOGLE EARTH-MAPAS (2018);

3º. No mínimo 90% dos municípios do Estado de Goiás, deverão estar localizados a no máximo 100 km de um distrito industrial, distância considerada pertinente, conforme 2ª diretriz;

4°. Distritos existentes, inseridos em uma mesma região de planejamento e que já possuem indústrias instaladas, não poderão ser extintos ou remanejados.

Logo, segundo a sistemática proposta, os distritos industriais ficariam distribuídos como mostram os Quadros 11 a 20:

**Quadro 11 – Disposição dos distritos industriais da região Metropolitana de Goiânia de acordo com o plano de ação**

Região de planejamento	Número de Distritos	Distrito			Municípios atendidos		Municípios até 100 km de um distrito (%)
		Município	Status	Ação	Município	Distância até o Distrito (km)	
Metropolitana de Goiânia	6,00	Aparecida de Goiânia	Existente	Deverá ser mantido	Abadia de Goiás	35,00	100,00
					Aragoiânia	30,00	
					Goiânia	20,00	
					Guapó	47,00	
					Hidrolândia	25,00	
					Terezópolis de Goiás	45,00	
		Bela Vista de Goiás	Existente	Deverá ser mantido	-	-	
		Goianira	Existente	Deverá ser mantido	Brazabrantes	13,00	
					Nerópolis	35,00	
					Santo Antônio de Goiás	27,00	
					Trindade	25,00	
		Inhumas	Existente	Deverá ser mantido	Caturaí	12,00	
					Nova Veneza	25,00	
		Senador Canedo - DASC/DISC	Existente	Deverá ser mantido	Bonfinópolis	27,00	
					Caldazinha	12,00	
Goianópolis	35,00						

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

O Quadro 11 propõe que todos os distritos existentes na Região Metropolitana de Goiânia sejam mantidos, uma vez que os mesmos já possuem indústrias instaladas, não sendo criado e nem extinto nenhum distrito. Em relação à distância entre os demais municípios da região e os distritos, todos ficariam a menos de 100 km, mesmo estes distritos não sofrendo alterações.

Quadro 12 – Disposição dos distritos industriais da região Centro Goiano de acordo com o Plano de Ação

Região de planejamento	Número de Distritos	Distrito			Municípios atendidos		Municípios até 100 km de um distrito (%)	
		Município	Status	Ação	Município	Distância até o Distrito (km)		
Centro Goiano	6,00	Anápolis/ Anápolis Norte	Existente	Deverá ser mantido	Campo Limpo de Goiás	17,00	100,00	
					Damolândia	55,00		
					Ouro Verde de Goiás	30,00		
		Ceres	Existente	Deverá ser extinto	-	-		
		Goianésia	Existente	Deverá ser mantido	Barro Alto	50,00		
					Santa Isabel	40,00		
					Santa Rita do Novo Destino	20,00		
					Vila Propício	65,00		
		Itapaci	Inexistente	Deverá ser criado	Guarinos	35,00		
					Hidrolina	47,00		
					Pilar de Goiás	32,00		
					São Luiz do Norte	38,00		
		Jaraguá	Inexistente	Deverá ser criado	Jesúpolis	38,00		
					Petrolina de Goiás	45,00		
					Rianápolis	40,00		
					Santa Rosa de Goiás	65,00		
					São Francisco de Goiás	25,00		
					Taquaral de Goiás	65,00		
		Rubiataba	Existente	Deverá ser mantido	Carmo do Rio Verde	30,00		
					Ceres	35,00		
					Ipiranga de Goiás	15,00		
					Morro Agudo de Goiás	40,00		
					Nova América	25,00		
Nova Glória	30,00							
Rialma	40,00							
São Patrício	30,00							
Uruana	50,00							

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

No Quadro 12 é proposto a extinção do Distrito Agroindustrial de Ceres, que não possui nenhuma indústria instalada, bem como a criação dos distritos de Jaraguá e Itapaci. Quanto à distância, todos os demais municípios da região ficariam a menos de 100 km de pelo menos um dos distritos.

**Quadro 13 – Disposição dos distritos industriais da região Norte Goiano de acordo com o Plano de Ação**

Região de planejamento	Número de Distritos	Distrito			Municípios atendidos		Municípios até 100 km de um distrito (%)
		Município	Status	Ação	Município	Distância até o Distrito (km)	
Norte Goiano	5,00	Minaçu	Inexistente	Deverá ser criado	Campinaçu	65,00	88,46
		Nova Crixás	Inexistente	Deverá ser criado	Crixás	115,00	
					Mozarlândia	85,00	
					Uirapuru	120,00	
		Porangatu	Existente	Deverá ser mantido	Amaralina	67,00	
					Estrela do Norte	65,00	
					Formoso	63,00	
					Montividiu do Norte	65,00	
					Mutunópolis	40,00	
					Novo Planalto	50,00	
					Santa Tereza de Goiás	27,00	
					Trombas	65,00	
		São Miguel do Araguaia	Existente	Deverá ser mantido	Bonópolis	75,00	
					Mundo Novo	70,00	
		Uruaçu	Existente	Deverá ser mantido	Alto Horizonte	55,00	
					Campinorte	23,00	
					Campos Verdes	110,00	
					Mara Rosa	70,00	
					Niquelândia	75,00	
					Nova Iguaçu de Goiás	50,00	
Santa Terezinha de Goiás	90,00						

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

No Quadro 13 propõe-se a implantação dos distritos de Minaçu e Nova Crixás, ficando os demais existentes mantidos. Quanto à distância, 88,46% dos demais municípios da

região estariam a menos de 100 km de pelo menos um dos distritos.

**Quadro 14 – Disposição dos distritos industriais da região Nordeste Goiano de acordo com o plano de ação**

Região de planejamento	Número de Distritos	Distrito			Municípios atendidos		Municípios até 100 km de um distrito (%)
		Município	Status	Ação	Município	Distância até o Distrito (km)	
Nordeste Goiano	3,00	Alto Paraíso de Goiás	Inexistente	Deverá ser criado	Cavalcante	90,00	85,00
					Colinas do Sul	70,00	
					Flores de Goiás	110,00	
					São João d'Aliança	70,00	
					Teresina de Goiás	65,00	
		Campos Belos	Inexistente	Deverá ser criado	Divinópolis de Goiás	70,00	
					Monte Alegre de Goiás	35,00	
					São Domingos	85,00	
		Posse	Inexistente	Deverá ser criado	Alvorada do Norte	60,00	
					Buritinópolis	60,00	
					Damianópolis	120,00	
					Guarani de Goiás	35,00	
					Iaciara	60,00	
					Mambaí	100,00	
					Nova Roma	100,00	
Sítio d'Abadia	145,00						

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

Como se propõe no Quadro 14, a Região Nordeste Goiano, que não contava com nenhum distrito, receberia três novos a serem instalados nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Campos Belos e Posse. Quanto aos demais municípios, 85,00% ficariam a menos de 100 km de pelo menos um dos distritos.

**Quadro 15 – Disposição dos distritos industriais da região Entorno do Distrito Federal de acordo com o plano de ação**

Região de planejamento	Número de Distritos	Distrito			Municípios atendidos		Municípios até 100 km de um distrito (%)
		Município	Status	Ação	Município	Distância até o Distrito (km)	
Entorno do Distrito Federal	3,00	Abadiânia	Existente	Deverá ser mantido	Alexânia	30,00	84,21
					Cocalzinho de Goiás	65,00	
					Corumbá de Goiás	45,00	
					Pirenópolis	55,00	
		Cabeceiras	Existente	Deverá ser extinto	-	-	
		Luziânia	Existente	Deverá ser mantido	Águas Lindas de Goiás	90,00	
					Cidade Ocidental	20,00	
					Cristalina	75,00	
					Novo Gama	30,00	
					Santo Antônio do Descoberto	75,00	
					Valparaíso de Goiás	25,00	
		Planaltina	Inexistente	Deverá ser criado	Água Fria de Goiás	85,00	
					Cabeceiras	100,00	
					Formosa	40,00	
					Padre Bernardo	155,00	
Mimoso de Goiás	135,00						
Vila Boa	125,00						

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

Na região Entorno do Distrito Federal, conforme Quadro 15, é proposta a extinção do distrito de Cabeceiras, que não possui nenhuma indústria estabelecida e a criação do distrito de Planaltina. Os demais distritos seriam mantidos, de forma que 84,21% dos municípios da região ficassem a menos de 100km de algum distrito.

**Quadro 16 – Disposição dos distritos industriais da região Sudeste Goiano de acordo com o plano de ação**

Região de planejamento	Número de Distritos	Distrito			Municípios atendidos		Municípios até 100 km de um distrito (%)
		Município	Status	Ação	Município	Distância até o Distrito (km)	
Sudeste Goiano	3,00	Catalão	Existente	Deverá ser mantido	Anhanguera	46,00	100,00
					Campo Alegre de Goiás	75,00	
					Corumbaíba	85,00	
					Cumari	35,00	
					Davinópolis	53,00	
					Goiandira	18,00	
					Nova Aurora	40,00	
					Ouvidor	18,00	
		Três Ranchos	32,00				
		Orizona	Existente	Deverá ser mantido	Gameleira de Goiás	85,00	
					Leopoldo de Bulhões	75,00	
					São Miguel do Passa Quatro	45,00	
					Silvânia	63,00	
					Vianópolis	47,00	
		Pires do Rio	Inexistente	Deverá ser criado	Cristianópolis	57,00	
					Ipameri	52,00	
					Palmelo	18,00	
Santa Cruz de Goiás	25,00						
					Urutaí	23,00	

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

No Quadro 16 há a proposição da implantação do distrito de Pires do Rio e a manutenção dos distritos de Orizona e Catalão. Nesse cenário, 100% dos municípios ficariam a menos de 100km de algum distrito.

**Quadro 17 – Disposição dos distritos industriais da região Sul Goiano de acordo com o plano de ação**

Região de planejamento	Número de Distritos	Distrito			Municípios atendidos		Municípios até 100 km de um distrito (%)
		Município	Status	Ação	Município	Distância até o Distrito (km)	
Sul Goiano	4,00	Caldas Novas	Existente	Deverá ser extinto	-	-	100,00
		Edéia	Inexistente	Deverá ser criado	Cezarina	60,00	
					Edealina	30,00	
					Indiara	25,00	
					Porteirão	80,00	
					Varjão	80,00	
		Goiatuba	Existente	Deverá ser extinto	-	-	
		Itumbiara	Existente	Deverá ser mantido	Bom Jesus de Goiás	65,00	
					Buriti Alegre	40,00	
					Cachoeira Dourada	35,00	
					Inaciolândia	90,00	
					Panamá	45,00	
		Morrinhos	Existente	Deverá ser mantido	Água Limpa	90,00	
					Caldas Novas	60,00	
					Goiatuba	55,00	
					Marzagão	95,00	
					Piracanjuba	55,00	
					Rio Quente	50,00	
		Piracanjuba I/II	Existente	Deverá ser extinto	-	-	
		Pontalina	Existente	Deverá ser mantido	Aloândia	45,00	
Cromínia	60,00						
Joviânia	70,00						
Mairipotaba	50,00						
Professor Jamil	65,00						
Vicentinópolis	45,00						

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

O Quadro 17 traz a proposta da extinção dos distritos de Caldas Novas, Piracanjuba I e II e também de Goiatuba. Há ainda a implantação de um distrito em Edéia, que deixaria 100% dos municípios da região a menos de 100 km de algum distrito.

**Quadro 18 – Disposição dos distritos industriais da região Sudoeste Goiano de acordo com o plano de ação**

Região de planejamento	Número de Distritos	Distrito			Municípios atendidos		Municípios até 100 km de um distrito (%)
		Município	Status	Ação	Município	Distância até o Distrito (km)	
Sudoeste Goiano	5,00	Caçu	Inexistente	Deverá ser criado	Aparecida do Rio Doce	35,00	80,77
					Aporé	125,00	
					Cachoeira Alta	40,00	
					Gouvelândia	115,00	
					Itajá	80,00	
					Itarumã	35,00	
					Lagoa Santa	95,00	
					Paranaiguara	80,00	
					Quirinópolis	80,00	
		São Simão	95,00				
		Mineiros I/II	Existente	Deverá ser mantido	Chapadão do Céu	115,00	
					Jataí	110,00	
					Perolândia	55,00	
					Portelândia	30,00	
					Santa Rita do Araguaia	90,00	
		Rio Verde I/II	Existente	Deverá ser mantido	Serranópolis	150,00	
					Acreúna	80,00	
					Castelândia	85,00	
					Maurilândia	85,00	
					Montividiu	50,00	
					Santa Helena de Goiás	55,00	
Santo Antônio da Barra	55,00						
Turvelândia	75,00						

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

No Quadro 18 é possível verificar a proposta de criação do distrito de Caçu, permanecendo os de Rio Verde I e II e Mineiros I e II inalterados. Na disposição, 80,77% dos municípios da região estariam a menos de 100 km de algum distrito.

**Quadro 19 – Disposição dos distritos industriais da região Oeste Goiano de acordo com o plano de ação**

Região de planejamento	Número de Distritos	Distrito			Municípios atendidos		Municípios até 100 km de um distrito (%)
		Município	Status	Ação	Município	Distância até o Distrito (km)	
Oeste Goiano	5,00	Anicuns	Existente	Deverá ser mantido	Adelândia	25,00	100,00
					Americano do Brasil	25,00	
					Avelinópolis	25,00	
					Campestre de Goiás	65,00	
					Nazário	20,00	
					Palmeiras de Goiás	65,00	
		Iporá	Existente	Deverá ser mantido	Santa Bárbara de Goiás	35,00	
					Amorinópolis	23,00	
					Diorama	30,00	
					Israelândia	35,00	
					Ivolândia	60,00	
		Jussara	Existente	Deverá ser mantido	Jaupaci	45,00	
					Britânia	100,00	
					Fazenda Nova	40,00	
					Itapirapuã	30,00	
					Montes Claros de Goiás	65,00	
					Novo Brasil	30,00	
		Paraúna	Existente	Deverá ser extinto	Santa Fé de Goiás	35,00	
					-	-	
		Piranhas	Inexistente	Deverá ser criado	Aragarças	85,00	
					Arenópolis	35,00	
					Baliza	97,00	
					Bom Jardim de Goiás	50,00	
					Caiapônia	70,00	
					Doverlândia	85,00	
					Palestina de Goiás	85,00	
		São Luis de Montes Belos	Existente	Deverá ser mantido	Aurilândia	23,00	
					Buriti de Goiás	60,00	
					Cachoeira de Goiás	47,00	
					Córrego do Ouro	40,00	
					Firminópolis	10,00	
					Jandaia	80,00	
					Moiporá	50,00	
					Mossâmedes	55,00	
					Palminópolis	50,00	
					Paraúna	60,00	
Sanclerlândia	25,00						
São João da Paraúna	40,00						
Turvânia	30,00						

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

Com a proposta de implantação do distrito de Piranhas e a extinção do distrito de Paraúna, outro sem indústrias instaladas, e mantendo os demais distritos, o Quadro 19 mostra que todos os municípios da região ficariam a menos de 100 km de algum distrito.

**Quadro 20 – Disposição dos distritos industriais da região Noroeste Goiano de acordo com o plano de ação**

Região de planejamento	Número de Distritos	Distrito			Municípios atendidos		Municípios até 100 km de um distrito (%)
		Município	Status	Ação	Município	Distância até o Distrito (km)	
Noroeste Goiano	2,00	Araguapaz	Inexistente	Deverá ser criado	Aruanã	55,00	100,00
					Faina	50,00	
					Matrinchã	60,00	
		Goiás	Existente	Deverá ser extinto	-	-	
		Itaberaí	Inexistente	Deverá ser criado	Araçu	60,00	
					Goiás	40,00	
					Guaraíta	75,00	
					Heitorai	35,00	
					Itaguari	25,00	
					Itaguaru	45,00	
Itapuranga	60,00						
Itauçu	30,00						

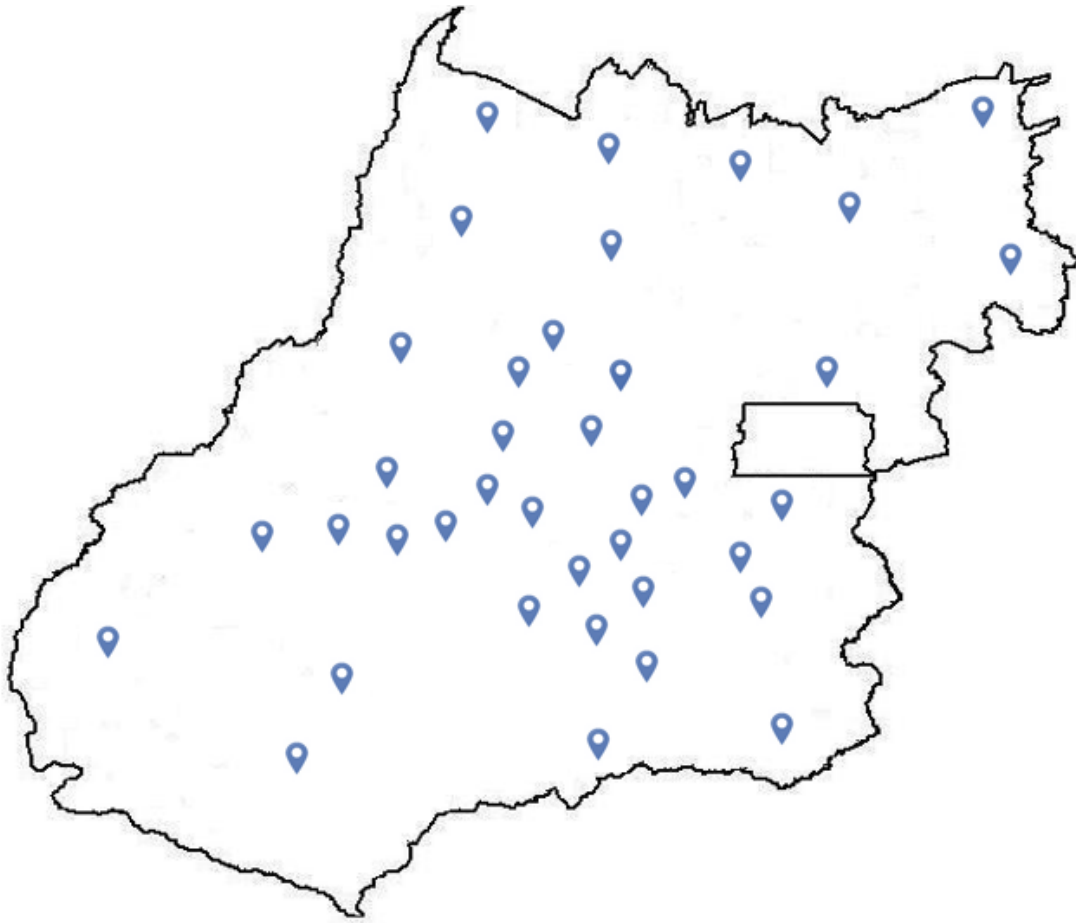
**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

Enfim, o Quadro 20 explicita a Região Noroeste de Goiás, propondo a extinção do distrito de Goiás, inutilizado, e criando-se os distritos de Araguapaz e Itaberaí. Nessa distribuição, todos os municípios também ficariam a menos de 100 km de algum distrito.

No geral, considerando o plano de ação para todo o Estado de Goiás, tem-se a estruturação de 42 (quarenta e dois) distritos, 6 (seis) a mais que atualmente, de forma que 28 (vinte e oito) seriam mantidos, 14 (quatorze) seriam criados e 8 (oito) extintos. No novo arranjo, 94% dos municípios goianos ficariam a menos de 100 km de pelo menos um distrito, sendo que desses 62% estariam a menos de 50 km e 38% entre 50 e 100 km.

A Figura 3, ilustra a nova distribuição dos distritos pelo território conforme nova metodologia proposta. As marcações em azul representam a localização de cada município que possui pelo menos um distrito industrial instalado. Vale esclarecer que o número de marcações no mapa (trinta e oito) é inferior ao número de distritos (quarenta e dois) devido ao fato de alguns municípios possuírem mais de um distrito alojado.

**Figura 3 – Localização geográfica dos distritos industriais após plano de ação**



**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em CODEGO (2018) e GOOGLE EARTH-MAPAS (2018).

Com a nova conjuntura proposta, percebe-se uma melhor distribuição dos distritos por pelo Estado, atendendo a requisitos qualitativos (aspectos socioeconômicos das regiões) e quantitativos com a restrição de distância dos demais municípios até os distritos. Esta conjuntura, diferentemente da adotada pelo Estado, leva em consideração os princípios trazidos pelas políticas industriais, na qual, na expectativa de desenvolvimento econômico e social da região, implementa-se antecipadamente o distrito.

Todavia, é de fácil compreensão que somente a implantação de distritos em regiões menos dinâmicas com a sua proximidade (distância até 100 km) dos demais municípios da região, pode não ser suficiente para dinamizar economias estagnadas ou de baixo dinamismo, sendo necessário o emprego paralelo de políticas de progresso regional, como a melhoria da logística e infraestrutura básica dos municípios, tendo a figura do distrito como o seu estopim ou incentivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo elaborar um plano de ação que distribua, por meio de critérios pré-estabelecidos, os distritos industriais pelo território goiano de forma a atender satisfatoriamente todas as regiões do Estado, em especial as menos dinâmicas, tendo em vista uma convergência de investimentos no setor para as áreas mais prósperas.

Foi desenvolvido um referencial teórico que abordasse aspectos acerca de políticas públicas industriais e sua relação com desenvolvimento regional, distritos industriais em geral, políticas industriais no Brasil e em Goiás e os aspectos históricos, legais e práticos acerca da implantação dos distritos industriais pelo Estado de Goiás, com a finalidade de amparar e embasar todas as afirmações e ações deste estudo.

As políticas industriais em Goiás somente ganharam força a partir da década de 1930, tendo o incentivo fiscal e as metas do Governo Federal para a industrialização do país como principais impulsionadores desse processo. Entretanto, na década de 1980, com a criação dos programas FOMENTAR e PRODUZIR, que além de aprimorar as isenções fiscais também passaram a subsidiar e financiar a instalação das indústrias, é que Goiás passa a experimentar um grande avanço no processo de desenvolvimento industrial.

Subsidiariamente, no mesmo período, são projetados os distritos industriais em Goiás, que surgiram como uma outra vertente de atração de investimentos, disponibilizando áreas pré-dotadas de infraestrutura operacional necessária para a instalação de indústrias de maneira mais ágil, organizada e concentrada. Esses distritos seriam distribuídos em cidades de grande, médio e pequeno porte, consideradas polos para o crescimento do Estado.

Os distritos, como forma de política industrial, deveriam atender a todas as regiões envolvidas no processo, seja a nível federal ou estadual e não apenas às que oferecem melhores condições e facilidades. Como as políticas industriais visam o desenvolvimento social e econômico das regiões, com redução das disparidades entre as mesmas, elas também deveriam ser empregadas concomitantemente com as políticas de progresso regional, como melhoria de logística e infraestrutura básica.

No caso do Estado de Goiás, o estudo comprovou uma discrepância em relação à distribuição dos recursos dispendidos para o setor dos distritos industriais, na qual o Estado concentra os investimentos em regiões mais desenvolvidas, promovendo a desigualdade regional e invertendo, assim, a lógica das políticas industriais, que visa justamente a sua redução.

As regiões ‘Metropolitana de Goiânia’, ‘Centro Goiano’, ‘Entorno do Distrito

Federal’, ‘Sudeste Goiano’, ‘Sul Goiano’, ‘Sudoeste Goiano’ e ‘Oeste Goiano’, que são regiões mais dinâmicas, concentram 32 (trinta e dois) distritos de um total de 36 (trinta e seis), aproximadamente 89% desse total, enquanto as regiões ‘Norte Goiano’, ‘Nordeste Goiano’ e ‘Noroeste Goiano’, contam, juntas, com apenas 4 (quatro) distritos, representando 11% do total, com um agravante que nenhum distrito está instalado na região ‘Nordeste Goiano’, ficando a mesma totalmente desassistida.

As causas que levam à concentração de distritos e emprego de recursos nessa área em regiões mais dinâmicas, estão inseridas na própria metodologia utilizada pelo Estado, uma vez que os critérios adotados são genéricos, limitados e não analisam as potencialidades das regiões, priorizando aquelas que já desfrutam de infraestrutura viável para o êxito da fixação do distrito, isto é, que dispõem de logística privilegiada para escoamento dos produtos, que contam com serviços básicos de rede bancária, mão de obra abundante, disponibilidade de água, esgoto, energia elétrica, telefone e internet, sendo praticamente inviável, deste modo, a escolha de regiões menos favorecidas. Assim, ao invés de implantar um distrito para que este sirva como instrumento de êxito das ações de desenvolvimento regional, Goiás inverte o sentido da política, pois aguarda o progresso da região para posterior instalação do distrito.

Percebe-se, assim, uma certa falta de discernimento do Estado na distribuição dos distritos, quando regiões que, por mais desfavorecidas que sejam, não possuem nenhum distrito instalado, como o ‘Nordeste Goiano’.

Nesse cenário, na tentativa de mitigar ou servir como orientação para novas ações em relação ao problema descrito, um novo mecanismo para a disposição dos distritos foi proposto, no qual, dentro de cada região de planejamento, são selecionados em sequência os municípios com melhores indicadores socioeconômicos e infraestrutura para receber um distrito, de forma que a sua disposição fique a melhor possível para atender a uma distância máxima de 100 km em relação aos demais municípios da região, distância considerada pertinente para o deslocamento diário de mão de obra.

No geral, considerando todo o Estado de Goiás, a proposta estrutura 42 (quarenta e dois) distritos, 6 (seis) a mais que atualmente, de forma que 28 (vinte e oito) seriam mantidos, 14 (quatorze) seriam criados e 8 (oito) extintos. No novo arranjo, 94% dos municípios goianos ficariam a menos de 100 km de pelo menos um distrito, sendo que desses, 62% estariam a menos de 50 km e 38% entre 50 e 100 km.

Desse modo, a pergunta do trabalho foi respondida de maneira geral, à medida que foi elaborado um plano de ação que racionaliza os distritos industriais de maneira a atender satisfatoriamente todas as regiões do Estado, em especial as menos dinâmicas.

Entretanto, é de fácil compreensão que somente a implantação de distritos em regiões menos dinâmicas com a sua proximidade (distância até 100 km) dos demais municípios da região, pode não ser suficiente para dinamizar economias estagnadas ou de baixo dinamismo, sendo necessário o emprego paralelo de políticas de progresso regional, como a melhoria da logística e infraestrutura básica dos municípios, tendo a figura do distrito como o seu estopim ou incentivo.

Como a proposta de intervenção desta pesquisa focou na disposição dos distritos, por meio de critérios pré-estabelecidos, fica como sugestão para as novas pesquisas acerca do tema, o estudo das potencialidades de cada região atendida, no sentido de desenvolver a logística do escoamento dos produtos, incentivar a proximidade de fornecedores e produtores de um mesmo ramo de atividade econômica e ainda promover a melhoria da prestação de serviços essenciais, como abastecimento de água, energia elétrica, rede de esgoto, telefone, internet, mão de obra, rede bancária, comércio, lazer e educação.

Em relação à limitação, o trabalho abrangeu informações gerais disponibilizadas pela CODEGO em relação à sua metodologia para a disposição dos distritos, conforme o ANEXO – A, uma vez que o detalhamento e outros requisitos ou estudos aprofundados que podem influenciar na alocação dos mesmos, não foram fornecidos pelo órgão.

Todavia, espera-se que o trabalho produza conhecimentos para a prática, contribuindo para o aprimoramento do processo de formulação e gestão das políticas públicas direcionadas aos distritos industriais de Goiás, servindo como instrumento de reflexão para futuras ações e estratégias de médio e longo prazo da CODEGO, órgão responsável pela administração dos distritos, principalmente em relação à redução das disparidades regionais, para que estas atendam de maneira adequada todas as regiões envolvidas e não apenas aquelas que aparentemente oferecem melhores condições e comodidades para a sua aplicação.

## REFERÊNCIAS

- ARRIEL, Marcos Fernando. **A dinâmica produtiva e espacial da indústria goiana**. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.crescimentodesenvolvimento.junho19.2008.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.
- BORGES, Eduardo Batista. **Incentivos fiscais e desenvolvimento socioeconômico de Goiás: análise de impactos dos Programas Fomentar e Produzir (1995-2011)**. 2014. 285 f. Tese (Doutorado) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- CAMPANÁRIO, Milton de Abreu; SILVA, Marcello Muniz da. **Fundamentos de uma nova política industrial**. In: Política industrial[S.l: s.n.], 2004.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 – 1970**. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- CANO, Wilson; SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da. **Política industrial do governo Lula**. Campinas: IE/UNICAMP, (Texto para discussão, 181), 2010
- CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins; SZAPIRO, Marina. **Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2002.
- CASTILHOS, Clarisse Chiappini. **Contradições e limites da política industrial do Governo Lula**. Indicadores Econômicos (FEE), Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 54-74, 2005.
- CASTRO, Mario Cesar Gomes de. **Industrialização em Goiás: política industrial e desenvolvimento, 1970 a 2010**. Tese (Doutorado) em Políticas Públicas – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRJ, 2014.
- CODEGO – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS. **CODEGO em números**. Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://www.goiasindustrial.com.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.
- COELHO, Gustavo Neiva. **Arquitetura da Mineração em Goiás**. 2ª ed. rev. e atual. Goiânia: Trilhas Urbanas. 2007.102p.
- CORONEL, Daniel Arruda; AVEZEDO, André Filipe Zago de; CAMPOS, Antônio Carvalho. **Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico**. Revista de Economia Política, vol. 34, nº 1 (134), pp. 103-119, janeiro-março/2014.

CUNHA, Wânia Chagas Faria. **Contexto socioeconômico de Goiás na década de 1970 e a adoção da política de industrialização via distritos industriais.** Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, v. 30, n. 1, p. 69-92, jan./jun. 2010.

DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges; GUERRA, Leonardo Pontes; MORO, Sueli. **A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica.** Estudos Econômicos, São Paulo, v. 33, n. 4, 2003 p. 669.

DINIZ, Clélio Campolina. **Dinâmica regional e ordenamento do território brasileiro: desafios e oportunidades.** Revista Catarinense de Economia – RCE, v. 1, n. 1 (2017), Florianópolis/SC.

ENRIGHT, Michael John. **Regional Clusters and economic development: a research agend.** In: U. Staber, N. V. Schaefer and B. Sharma, editors, Business Networks: Prospects for Regional Development. New York: De Gruyter, 1996.

ESTEVAM, Luís Antônio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás.** Tese (Doutorado). Campinas: IE/UNICAMP, 1997.

FERRAZ, João Carlos; PAULA, Germano Mendes de; KUPFER, David. **Política industrial.** In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 2002. Cap. 23.

FERRAZ, Max Benjoi. **Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, v. 32, n. 2, p. 227-263, 2009.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza, Ceará, UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, Pedro César Dutra; MONTEIRO, Sérgio Marley Modesto. **O Estado e suas razões: o II PND.** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 28-46, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 30. ed. São Paulo: Nacional, 2001.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz Gutierrez; SEIBEL, Erni José. **Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. I e 2, p. 227-240, abril e outubro de 2008.

GOIÁS. Lei nº 9.489 de 19 de julho de 1984. **Cria o Fundo de Fomento à Industrialização FOMENTAR.** Sefaz, Goiânia, 19 jul. 1984. Disponível em: <<http://www.sefaz.go.gov.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

GOIÁS. Lei nº 7.766 de 20 de novembro de 1973. **Autoriza o Poder Executivo a organizar uma Sociedade por Ações, sob a denominação de Companhia de Distritos Industriais de Goiás (GOIÁSINDUSTRIAL) e dá outras providências.** Gabinete Civil da Governadoria, Goiânia, 20 nov. 1973. Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

GOIÁSTRANSARENTE. **Consolidação das Ações e Programas dos Órgãos e Entidades**. Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://www.transparencia.go.gov.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

GOOGLE EARTH-MAPAS. **Como chegar**. Goiânia, 2019. Disponível em: <<http://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

GREMAUD, Amaury Patrick; PIRES, Júlio Manuel. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. In: KON, Anita. (Org.). Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GUIMARÃES, Victor Chaves Ribeiro França. **Políticas Públicas: sua importância no desenvolvimento econômico do país e das empresas e seu controle e acompanhamento pelos cidadãos, especialmente os administradores**. Revista Eletrônica Machado Sobrinho, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, edição 03, artigos, janeiro a julho de 2011.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio José de Campos. **Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro-Oeste**. NEPO nº33, Brasília-DF, 1997.

HADDAD, Marcos Bittar. **A expansão capitalista em Goiás: da incipiente mineração ao século XX**. Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 71-92, jan./jun 2016.

HIRSCHMAN, Albert Otto. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro Fundo da Cultura. 1961. Edição original de 1958.

KRUGMAN, Paul Robin. **Industrial organization and international trade**. In: SCHMALENSEE, Richard; WILLIG, Robert (Eds.). **Handbook of industrial organization**. New York: Elsevier, 1999.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries históricas**. Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Mapas**. Gerência de Cartografia e Geoprocessamento. Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

IMB – Instituto Mauro Borges. **A Indústria em Goiás: uma análise em perspectiva histórica**. Goiânia, 2017. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Banco de dados estatísticos de Goiás**. Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Contas regionais**. Goiânia, 2018. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAURIA, Ivna Olímpio. **Distritos empresariais como agentes de desenvolvimento regional em áreas públicas de Aparecida de Goiânia –GO**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Territorial, 2014.

LAURIAS, Nathalia Cordeiro. **O papel dos incentivos fiscais no processo de estruturação industrial em Goiás (1998-2006)**. Revista de Economia da UEG, Anápolis, v. 5, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: < <http://www.nee.ueg.br>>. Acesso em: 20 agosto de 2018.

LOPES, J. A. **Incentivos fiscais e desenvolvimento econômico**. Brasília, 2008. Disponível em:<<http://www.cofecon.org.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: nova Cultural, 1988 (Os Economistas; 1ª edição: 1890).

MATOS, Vitor Gontijo Jaime. **Gestão dos incentivos fiscais em Goiás – uma proposta alternativa a legislação do Programa Produzir**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Universidade Federal de Goiás, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro, ed. Vozes, 2011.

MORAIS, José Micaelson Lacerda; LIMA JÚNIOR, Francisco do O’de. **Política industrial do Governo Lula: desenvolvimentista ou corretiva de falhas de mercado**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 15, 2010, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ANPEC-NORDESTE, p. 1-20, 2010.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Editora Saga, R. J., 1972.

PARANAIBA, Adriano de Carvalho. **Agroindustrialização e incentivos fiscais estaduais em Goiás**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia: UFG, 2012.

PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. **O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás - 1984-1999**. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) -Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: UFU, 2001.

PEREIRA, José Matias. **Política industrial e tecnológica e desenvolvimento**. Observatório de la Economía Latinoamericana, n. 28, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

PERFETTI JANSEN FERREIRA, Mario Cesar. **Distritos Industriais: Opção de Desenvolvimento**, Dissertação de Mestrado, Campinas: Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas / SP, 2003.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Trad. José L. Freitas. Lisboa: Moraes, 1967.

PIMENTEL, Maria das Graças Souza. **Atração de Investimentos e a Política Industrial em Goiás: 1985-2007**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Ciências Econômicas, Goiânia, 2013.

PYKE, Frank; BECATTINI, Giacomo; SENGENBERGER, Werner. **Industrial districts and interfirm cooperation in Italy**. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1990.

ROCHA, Márcio Dourado; MACIEL, Dulce Portilho; LIMA, Divina Aparecida Leonel Lunas. **II PND, o Polocentro e o desenvolvimento do Estado de Goiás**. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 12, n. 1, p. 682-692, jan./jul. 2014

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e do Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Perfil Competitivo das Regiões de Planejamento do Estado de Goiás**. Goiânia, 2008. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

SERRA, José. **Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de após-guerra: a crise recente**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 111-135, 1982.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil**. 8. ed. São Paulo : Cia Ed. Nacional, 1978.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. **Política industrial e desenvolvimento**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, 2006.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, 6ª edição.

TEIXEIRA, Francisco. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional e Local: o que podemos aprender com os Arranjos Produtivos Locais (APLs)?** O&S - v.15 - n.46 - Julho/Setembro - 2008. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v15n46/03.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

TONI, Jackson De. **Novos arranjos institucionais na renovação da política industrial brasileira**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 127-158, 2007.

## APÊNDICES

APÊNDICE A – Características dos distritos industriais de Goiás/CODEGO.....	95
APÊNDICE B – Ranking dos municípios goianos em relação à indicadores socioeconômicos por região de planejamento .....	101

**APÊNDICE – A: Características dos distritos industriais de Goiás/CODEGO**

Item	Distrito	Área (ha)	Nº de indústrias	Distância até Goiânia (km)	Obras de infraestrutura	Ramo de Atividade
1	Distrito Agroindustrial de Abadiânia – DAIAB	227.370,00	3,00	90,00	Pavimentação; rede Elétrica; poço Artesiano, registrado em cartório, EIA/RIMA aprovado - licença ambiental.	Madeira, minerais não metálicos, moveleira
2	Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA	9.650.221,00	120,00	53,00	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, rede telefônica, posto de correio, posto bancário, AGENFA, plano de Gestão Ambiental, registrado em cartório, posto da polícia rodoviária, condomínio tecnológico, urbanização, ciclovia, estação de tratamento de água - ETA, captação de água superficial: Rede de adução de água bruta e tratada, reservatório de água tratada, estação de tratamento de esgoto - ETE, rede coletora de esgotos, redes de águas pluviais,	Farmacêutica, gestão de resíduos, madeira, máquinas, plástico, minerais não metálicos, moveleira, química, têxtil, construção, alimentos, metalúrgica, automóveis e papeis
3	Distrito Agroindustrial de Anápolis Norte – DAIA II	-	3,00	53,00	-	Plástico, química e alimentos.
4	Distrito Agroindustrial de Anicuns	98.895,00	0,00	74,00	-	-
5	Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia – DAIAG	1.175.837,00	31,00	18,00	Pavimentação, rede elétrica, sede Administrativa, rede telefônica, EIA/RIMA – licença ambiental, registrado em Cartório, sistema de água (Captação de água superficial, rede de adução de água bruta e tratada, reservatório de água tratada e ETA, rede de águas pluviais).	Madeira, máquinas, plástico, minerais não metálicos, moveleira, química, alimentos, metalúrgica e papeis

Item	Distrito	Área (ha)	Nº de indústrias	Distância até Goiânia (km)	Obras de infraestrutura	Ramo de Atividade
6	Distrito Agroindustrial de Bela Vista de Goiás – DAIBV	326.700,00	3,00	45,00	Pav., elétrica, sede, EIA / RIMA – licença ambiental, cerca de arame liso, registrado em Cartório.	Minerais não metálicos, textil e metalúrgica.
7	Distrito Agroindustrial de Cabeceiras	731.700,00	0,00	343,00	Pavimentação, rede elétrica	Sem indústrias
8	Distrito Agroindustrial de Caldas Novas	387.200,00	0,00	165,00	Pavimentação, rede elétrica.	Sem indústrias
9	Distrito Mineral Industrial de Catalão – DIMIC	2.448.241,65	31,00	258,00	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, rede telefônica, EIA/RIMA – licença ambiental, registrado em Cartório, captação de água superficial, poço artesiano, rede de adução de água bruta e tratada, ETA, reservatório de água bruta e tratada, rede coletora de esgoto, estação de tratamento de esgoto - ETE, rede de águas pluviais.	Gestão de resíduos, madeira, máquinas, plástico, minerais não metálicos, moveleira, química, textil e metalúrgica.
10	Distrito Agroindustrial de Ceres – DAIC	193.600,00	0,00	173,00	Pavimentação, estação de tratamento de esgotos - ETE pertencente a SANEAGO.	Sem indústrias
11	Distrito Agroindustrial de Goianésia – DAIAGO	316.781,00	15,00	168,00	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, poço artesiano, rede de adução de água bruta, reservatório de água bruta, rede de águas pluviais, rede telefônica, condomínio Industrial, linha de ônibus, registrado em cartório.	Minerais não metálicos, moveleira, química, couros, construção, alimentos e metalúrgica.

Item	Distrito	Área (ha)	Nº de indústrias	Distância até Goiânia (km)	Obras de infraestrutura	Ramo de Atividade
12	Distrito Agroindustrial de Goianira – DAG	414.357,00	27,00	22,00	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, poço artesiano, rede de adução de água bruta e tratada, ETA, reservatório de água tratada, rede coletora de esgotos, ETE, rede de águas pluviais, pólo calçadista com 16 galpões, registro em cartório.	Gestão de resíduos, química, couros, construção, alimentos, plástico e metalúrgica.
13	Distrito Agroindustrial de Goiás	441.636,00	0,00	131,00	Pavimentação.	Sem indústrias
14	Distrito Agroindustrial de Goiatuba – DIAGO	968.000,00	0,00	173,00	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental.	Sem indústrias
15	Distrito Agroindustrial de Inhumas – DAÍ	456.775,00	6,00	42,00	Pavimentação, rede elétrica, licença ambiental, registrado em cartório, rede telefônica, poço artesiano, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental.	Gestão de resíduos, madeira, minerais não metálicos, química e alimentos.
16	Distrito Agroindustrial de Iporá – DIAI	14,52	0,00	153,00	Pavimentação asfáltica	Sem indústrias
17	Distrito Agroindustrial de Itumbiara – DIAGRI	1.070.000,00	21,00	203,00	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, registrado em cartório, sistema de água (captação de água superficial, rede de adução de água bruta e tratada, ETA, reservatório de água tratada), rede coletora de esgoto, rede de águas pluviais, rede telefônica, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental.	Gestão de resíduos, máquinas, minerais não metálicos, química, textil, alimentos e metalúrgica.
18	Distrito Agroindustrial de Jussara – DAIJU	345.636,00	0,00	213,00	Pavimentação, rede elétrica	Sem indústrias

Item	Distrito	Área (ha)	Nº de indústrias	Distância até Goiânia (km)	Obras de infraestrutura	Ramo de Atividade
19	Distrito Agroindustrial de Luziânia – DIAL	1.062.052,00	13,00	186,00	Pavimentação, rede elétrica, rede telefônica, sede administrativa, poço artesiano, rede de adução de água bruta, reservatório de água bruta, EIA/RIMA – licença ambiental, registrado em cartório	Couros, máquinas, alimentos, mminerais não metálicos, moveleira, química e metalúrgica.
20	Distrito Agroindustrial de Mineiros I - DAIM I.	646.000,00	6,00	414,00	Pavimentação, rede elétrica, rede telefônica, sede administrativa, EIA/RIMA – licença ambiental, registrado em cartório, trevo de acesso, rede de adução de água tratada, reservatório de água tratada, água tratada	Alimentos e minerais não metálicos.
21	Distrito Agroindustrial de Mineiros II – DAIM II	529.731,00	4,00	414,00	Pavimentação, rede elétrica, rede telefônica, sede administrativa, trevo de acesso, sistema de água (poço profundo - água tratada pela prefeitura).	Alimentos, minerais não metálicos e metalúrgica.
22	- Distrito Agroindustrial de Morrinhos – DAIMO	1.466.689,00	8,00	123,00	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, rede de águas pluviais, licença ambiental, registrado em cartório.	Máquinas, plástico, minerais não metálicos e alimentos.
23	Distrito Agroindustrial de Orizona – DAIO	400.628,00	7,00	129,00	Pavimentação, rede elétrica, EIA/RIMA – licença ambiental.	Construção, minerais não metálicos e alimentos.
24	Distrito Agroindustrial de Paraúna	Mais ou menos 3 alqueires	0,00	143,00	Não possui infraestrutura	Sem indústrias
25	Distrito Agroindustrial de Piracanjuba	166.933,35	0,00	87,00	Pavimentação, rede elétrica.	Sem indústrias
26	Polo Industrial de Piracanjuba	-	0,00	87,00	-	Sem indústrias

Item	Distrito	Área (ha)	Nº de indústrias	Distância até Goiânia (km)	Obras de infraestrutura	Ramo de Atividade
27	Distrito Agroindustrial de Pontalina – DAP	251.700,00	1,00	104,00	Pavimentação, rede de energia elétrica, rede telefônica, sede administrativa e condomínio industrial tipo A poço artesiano, rede de adução de água tratada, reservatório de água tratada, rede de águas pluviais.	Química
28	Distrito Agroindustrial de Porangatu – DIAP	484.000,00	7,00	395,00	Pavimentação, rede elétrica, poço artesiano, rede de adução de água tratada, rede de águas pluviais, reservatório de água bruta, EIA/RIMA – licença ambiental.	Alimentos e madeira.
29	Distrito Agroindustrial de Rio Verde – DARV I	1.113.200,00	12,00	216,00	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, registrado em cartório, rede de águas pluviais.	Madeira, plástico, minerais não metálicos, moveleira, química, construção, alimentos e metalúrgica.
30	Distrito Agroindustrial de Rio Verde – DARV II	411.570,00	7,00	216,00	Pavimentação, rede elétrica, rede telefônica, EIA / RIMA aprovado – licença ambiental, registrado em cartório, Sistema de água (poço profundo), rede de águas pluviais, sistema de esgoto (ETE compacto).	Automóveis, plástico, construção e metalúrgica.
31	Distrito Agroindustrial de Rubiataba	mais ou menos 3 alqueires	2,00	213,00	Pavimentação, rede elétrica, rede de águas pluviais.	Moveleira
32	Distrito Agroindustrial de São Luiz de Montes Belos	-	0,00	128,00	-	Sem indústrias
33	Distrito Agroindustrial de São Miguel do Araguaia – DAISMA	1.070.000,00	0,00	469,00	Pavimentação.	Sem indústrias

Item	Distrito	Área (ha)	Nº de indústrias	Distância até Goiânia (km)	Obras de infraestrutura	Ramo de Atividade
34	Distrito Agroindustrial de Senador Canedo (DASC)	1.036.379,47	26,00	16,00	Pavimentação, rede elétrica, registrado em cartório, sede administrativa, rede de adução de água tratada, reservatório de água tratada, rede coletora de esgotos, estação de tratamento de esgotos - ETE, rede de águas pluviais, EIA /RIMA aprovado – licença ambiental,	Gestão de resíduos, madeira, máquinas, minerais não metálicos, moveleira, química, construção, alimentos, metalúrgica e papeis
35	Distrito Industrial de Senador Canedo (DISC)	176.304,80	10,00	16,00	Pavimentação, rede elétrica, sede administrativa, condomínio industrial tipo A, registrado em cartório, rede de adução de água tratada, reservatório de água tratada, rede coletora de esgotos, rede de águas pluviais.	Farmacêutica, plástico, moveleira, química, alimentos e metalúrgica.
36	Distrito Agroindustrial de Uruaçu – DAUR	258.456,00	10,00	264,00	Pavimentação, rede elétrica, poço artesiano, rede de adução de água bruta, rede de águas pluviais, reservatório de água bruta.	Alimentos, couros, madeira, máquinas, minerais não metálicos, moveleira e automóveis.

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em Lauria (2014) e CODEGO (2018).

**APÊNDICE – B: Ranking dos municípios goianos em relação aos indicadores socioeconômicos por região de planejamento**

Os quadros a seguir trazem o ranking dos municípios goianos em relação aos indicadores socioeconômicos utilizados no trabalho para caracterizar a dinâmica regional, separados por região de planejamento. Os municípios foram relacionados de acordo com a posição em que ocupam dentro da região de planejamento em cada quesito analisado e ao final foi realizada a média aritmética das posições, sendo que quanto menor é a média, mais bem colocado é o município.

## A. Região Metropolitana de Goiânia

## A.1 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura dos municípios

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Abadia de Goiás	147,73	2,01	8.207	0,33	171.702	0,25	0,43	1.644,00	0,22	5,66	5,17
Aparecida de Goiânia	278,54	3,79	542.090	21,74	11.524.355	17,01	0,49	105.707,00	13,90	4,92	3,97
Aragoiânia	218,18	2,97	9.765	0,39	98.737	0,15	0,47	955,00	0,13	5,13	3,01
Bela Vista de Goiás	1.275,85	17,37	28.514	1,14	835.345	1,23	0,52	5.457,00	0,72	5,61	4,37
Bonfinópolis	123,43	1,68	9.052	0,36	70.240	0,10	0,45	675,00	0,09	5,32	3,56
Brazabrantes	123,07	1,68	3.604	0,14	90.568	0,13	0,41	533,00	0,07	5,04	4,21
Caldazinha	249,69	3,40	3.703	0,15	43.741	0,06	0,47	375,00	0,05	6,23	2,48
Caturai	205,08	2,79	5.041	0,20	62.021	0,09	0,44	493,00	0,06	6,08	3,18
Goianápolis	169,01	2,30	11.471	0,46	152.360	0,22	0,53	1.065,00	0,14	5,86	3,43
Goiânia	728,84	9,92	1.466.105	58,79	46.631.191	68,85	0,59	581.541,00	76,47	4,55	7,12
Goianira	212,55	2,89	41.169	1,65	681.418	1,01	0,41	5.946,00	0,78	6,21	5,13
Guapó	517,26	7,04	14.482	0,58	173.094	0,26	0,56	1.133,00	0,15	5,49	4,61
Hidrolândia	953,73	12,99	20.472	0,82	595.505	0,88	0,47	4.128,00	0,54	6,00	3,20
Inhumas	615,28	8,38	52.311	2,10	920.302	1,36	0,47	9.635,00	1,27	6,53	5,40
Nerópolis	204,22	2,78	28.271	1,13	633.954	0,94	0,43	5.852,00	0,77	5,75	3,05
Nova Veneza	123,38	1,68	9.389	0,38	158.762	0,23	0,43	1.396,00	0,18	5,27	3,03
Santo Antônio de Goiás	132,81	1,81	5.787	0,23	130.231	0,19	0,44	1.939,00	0,25	5,74	4,39
Senador Canedo	248,29	3,38	105.459	4,23	2.686.488	3,97	0,44	17.374,00	2,28	6,24	3,61
Terezópolis de Goiás	106,91	1,46	7.634	0,31	176.659	0,26	0,44	1.094,00	0,14	5,02	4,78
Trindade	710,33	9,67	121.266	4,86	1.895.682	2,80	0,43	13.548,00	1,78	5,00	4,85
<b>METROPOLITANA</b>	7.344,17	100,00	2.493.792,00	100,00	67.732.355,00	100,00	-	760.490,00	100,00	-	-

Fonte: IMB (2018).

**A.2 – Ranking individual e geral dos municípios em relação à Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Número de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura**

Município	Área (2017)	População (2017)	PIB a preços correntes (2015)	Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)	IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)	Média das posições	Posição geral
Inhumas	5,00	5,00	5,00	12,00	5,00	1,00	2,00	5,00	1,00
Goianira	11,00	6,00	7,00	1,00	6,00	4,00	4,00	5,57	2,00
Senador Canedo	9,00	4,00	3,00	7,00	3,00	2,00	12,00	5,71	3,00
Trindade	4,00	3,00	4,00	3,00	4,00	18,00	5,00	5,86	4,00
Goiânia	3,00	1,00	1,00	20,00	1,00	20,00	1,00	6,71	5,00
Aparecida de Goiânia	7,00	2,00	2,00	16,00	2,00	19,00	11,00	8,43	6,00
Bela Vista de Goiás	1,00	7,00	6,00	17,00	8,00	11,00	9,00	8,43	7,00
Hidrolândia	2,00	9,00	9,00	13,00	9,00	6,00	15,00	9,00	8,00
Nerópolis	13,00	8,00	8,00	4,00	7,00	8,00	17,00	9,29	9,00
Abadia de Goiás	15,00	15,00	12,00	6,00	11,00	10,00	3,00	10,29	10,00
Guapó	6,00	10,00	11,00	19,00	13,00	12,00	7,00	11,14	11,00
Santo Antônio de Goiás	16,00	17,00	15,00	9,00	10,00	9,00	8,00	12,00	12,00
Terezópolis de Goiás	20,00	16,00	10,00	8,00	14,00	17,00	6,00	13,00	13,00
Goianápolis	14,00	11,00	14,00	18,00	15,00	7,00	14,00	13,29	14,00
Nova Veneza	18,00	13,00	13,00	5,00	12,00	14,00	18,00	13,29	15,00
Caturai	12,00	18,00	19,00	10,00	19,00	5,00	16,00	14,14	16,00
Aragoiânia	10,00	12,00	16,00	14,00	16,00	15,00	19,00	14,57	17,00
Brazabrantes	19,00	20,00	17,00	2,00	18,00	16,00	10,00	14,57	18,00
Bonfinópolis	17,00	14,00	18,00	11,00	17,00	13,00	13,00	14,71	19,00
Caldazinha	8,00	19,00	20,00	15,00	20,00	3,00	20,00	15,00	20,00

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

## B. Região Centro Goiano

B.1 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura dos municípios

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Anápolis	933,16	5,03	375.142,00	54,40	13.301.356,00	70,48	0,52	92.699,00	66,34	5,88	5,37
Barro Alto	1.093,25	5,90	10.435,00	1,51	605.071,00	3,21	0,45	2.829,00	2,02	5,26	2,55
Campo Limpo de Goiás	159,56	0,86	7.345,00	1,07	84.055,00	0,45	0,43	914,00	0,65	5,16	2,18
Carmo do Rio Verde	418,54	2,26	9.862,00	1,43	184.063,00	0,98	0,46	1.231,00	0,88	4,32	2,91
Ceres	214,32	1,16	22.155,00	3,21	476.072,00	2,52	0,53	5.133,00	3,67	6,08	6,31
Damolândia	84,50	0,46	2.935,00	0,43	36.146,00	0,19	0,49	284,00	0,20	6,43	3,70
Goianésia	1.547,27	8,35	67.507,00	9,79	1.098.506,00	5,82	0,47	12.545,00	8,98	5,91	4,35
Guarinos	595,87	3,21	2.052,00	0,30	33.885,00	0,18	0,47	109,00	0,08	5,01	1,77
Hidrolina	580,39	3,13	3.852,00	0,56	53.459,00	0,28	0,43	278,00	0,20	5,20	2,60
Ipiranga de Goiás	241,29	1,30	2.948,00	0,43	40.301,00	0,21	0,43	316,00	0,23	4,87	1,95
Itapaci	956,13	5,16	21.691,00	3,15	304.677,00	1,61	0,56	2.236,00	1,60	3,75	2,50
Jaraguá	1.849,55	9,98	48.216,00	6,99	647.275,00	3,43	0,47	5.722,00	4,10	5,19	3,62
Jesúpolis	122,48	0,66	2.476,00	0,36	25.151,00	0,13	0,45	226,00	0,16	6,67	2,86
Morro Agudo de Goiás	282,62	1,52	2.351,00	0,34	32.791,00	0,17	0,42	182,00	0,13	5,29	3,19
Nova América	212,03	1,14	2.373,00	0,34	35.182,00	0,19	0,37	290,00	0,21	5,65	2,39
Nova Glória	412,95	2,23	8.521,00	1,24	100.915,00	0,53	0,49	545,00	0,39	5,62	2,90
Ouro Verde de Goiás	208,77	1,13	3.971,00	0,58	81.499,00	0,43	0,49	482,00	0,34	6,92	2,28
Petrolina de Goiás	531,30	2,87	10.548,00	1,53	128.109,00	0,68	0,42	966,00	0,69	5,34	1,99
Pilar de Goiás	906,64	4,89	2.529,00	0,37	175.299,00	0,93	0,54	983,00	0,70	4,47	1,75
Rialma	268,47	1,45	11.036,00	1,60	191.778,00	1,02	0,45	1.486,00	1,06	5,14	3,91
Rianópolis	159,26	0,86	4.828,00	0,70	94.515,00	0,50	0,42	657,00	0,47	6,11	3,24
Rubiataba	748,26	4,04	19.994,00	2,90	336.504,00	1,78	0,45	3.574,00	2,56	5,59	5,61

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Santa Isabel	807,20	4,35	3.857,00	0,56	68.462,00	0,36	0,40	364,00	0,26	5,06	2,33
Santa Rita do Novo Destino	956,04	5,16	3.359,00	0,49	61.008,00	0,32	0,45	516,00	0,37	5,04	0,86
Santa Rosa de Goiás	164,10	0,89	2.626,00	0,38	39.400,00	0,21	0,43	340,00	0,24	6,16	3,40
São Francisco de Goiás	415,79	2,24	6.366,00	0,92	91.688,00	0,49	0,47	824,00	0,59	6,66	2,73
São Luiz do Norte	586,06	3,16	5.071,00	0,74	77.531,00	0,41	0,40	530,00	0,38	5,94	2,26
São Patrício	171,96	0,93	2.070,00	0,30	32.937,00	0,17	0,45	1.133,00	0,81	6,38	1,90
Taquaral de Goiás	204,22	1,10	3.625,00	0,53	53.827,00	0,29	0,44	664,00	0,48	6,31	4,08
Uruana	522,51	2,82	14.195,00	2,06	181.095,00	0,96	0,48	943,00	0,67	5,35	3,10
Vila Propício	2.181,58	11,77	5.690,00	0,83	198.935,00	1,05	0,52	727,00	0,52	4,96	0,73
<b>CENTRO</b>	18.536,03	100,00	689.626,00	100,00	18.871.492,00	100,00	-	139.728,00	100,00	-	-

Fonte: IMB (2018).

**B.2 – Ranking individual e geral dos municípios em relação à Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura**

Município	Área (2017)	População (2017)	PIB a preços correntes (2015)	Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)	IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)	Média das posições	Posição geral
Goianésia	3,00	2,00	2,00	19,00	2,00	11,00	4,00	6,14	1,00
Anápolis	7,00	1,00	1,00	27,00	1,00	12,00	3,00	7,43	2,00
Rubiataba	10,00	6,00	6,00	13,00	5,00	15,00	2,00	8,14	3,00
Jaraguá	2,00	3,00	3,00	20,00	3,00	21,00	8,00	8,57	4,00
Barro Alto	4,00	10,00	4,00	12,00	6,00	19,00	18,00	10,43	5,00
Ceres	22,00	4,00	5,00	28,00	4,00	9,00	1,00	10,43	6,00
Rialma	20,00	8,00	9,00	14,00	8,00	23,00	6,00	12,57	7,00
Petrolina de Goiás	14,00	9,00	13,00	4,00	12,00	17,00	25,00	13,43	8,00
Uruana	15,00	7,00	11,00	23,00	13,00	16,00	12,00	13,86	9,00
Rianápolis	29,00	17,00	15,00	5,00	18,00	8,00	10,00	14,57	10,00
São Francisco de Goiás	17,00	14,00	16,00	21,00	15,00	3,00	16,00	14,57	11,00
São Luiz do Norte	12,00	16,00	19,00	2,00	20,00	10,00	23,00	14,57	12,00
Itapaci	5,00	5,00	7,00	30,00	7,00	31,00	19,00	14,86	13,00
Carmo do Rio Verde	16,00	11,00	10,00	18,00	9,00	30,00	13,00	15,29	14,00
Taquaral de Goiás	25,00	21,00	22,00	11,00	17,00	6,00	5,00	15,29	15,00
Nova Glória	18,00	12,00	14,00	24,00	19,00	14,00	14,00	16,43	16,00
Santa Isabel	9,00	19,00	20,00	3,00	23,00	24,00	21,00	17,00	17,00
Campo Limpo de Goiás	28,00	13,00	17,00	7,00	14,00	22,00	24,00	17,86	18,00
Santa Rosa de Goiás	27,00	25,00	25,00	10,00	24,00	7,00	9,00	18,14	19,00
Hidrolina	13,00	20,00	23,00	8,00	28,00	20,00	17,00	18,43	20,00
Vila Propício	1,00	15,00	8,00	31,00	16,00	27,00	31,00	18,43	21,00
Ouro Verde de Goiás	24,00	18,00	18,00	25,00	22,00	1,00	22,00	18,57	22,00
Nova América	23,00	28,00	27,00	1,00	26,00	13,00	20,00	19,71	23,00
Santa Rita do Novo Destino	6,00	22,00	21,00	15,00	21,00	25,00	30,00	20,00	24,00

<b>Município</b>	<b>Área (2017)</b>	<b>População (2017)</b>	<b>PIB a preços correntes (2015)</b>	<b>Índice de Gini (2010)</b>	<b>Empregos gerados (2016)</b>	<b>IDM Educação (2016)</b>	<b>IDM Infraestrutura (2016)</b>	<b>Média das posições</b>	<b>Posição geral</b>
Morro Agudo de Goiás	19,00	29,00	30,00	6,00	30,00	18,00	11,00	20,43	25,00
São Patrício	26,00	30,00	29,00	16,00	10,00	5,00	27,00	20,43	26,00
Pilar de Goiás	8,00	26,00	12,00	29,00	11,00	29,00	29,00	20,57	27,00
Damolândia	31,00	24,00	26,00	26,00	27,00	4,00	7,00	20,71	28,00
Jesúpolis	30,00	27,00	31,00	17,00	29,00	2,00	15,00	21,57	29,00
Ipiranga de Goiás	21,00	23,00	24,00	9,00	25,00	28,00	26,00	22,29	30,00
Guarinos	11,00	31,00	28,00	22,00	31,00	26,00	28,00	25,29	31,00

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

## C. Região Norte Goiano

C.1 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura dos municípios

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km <sup>2</sup>	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Alto Horizonte	503,76	0,85	5.784	1,80	509.306	6,50	0,50	1.953,00	4,53	7,24	3,27
Amaralina	1.343,17	2,26	3.754	1,17	47.888	0,61	0,56	283,00	0,66	7,91	1,04
Bonópolis	1.628,49	2,73	4.143	1,29	87.304	1,11	0,43	535,00	1,24	7,59	0,99
Campinaçu	1.974,38	3,32	3.740	1,16	56.061	0,72	0,56	98,00	0,23	8,11	2,35
Campinorte	1.067,19	1,79	12.321	3,83	203.751	2,60	0,49	1.218,00	2,83	7,31	3,59
Campos Verdes	441,65	0,74	3.399	1,06	40.869	0,52	0,47	350,00	0,81	7,76	3,90
Crixás	4.661,17	7,83	16.893	5,24	401.921	5,13	0,56	3.777,00	8,77	8,36	2,39
Estrela do Norte	301,64	0,51	3.379	1,05	45.121	0,58	0,48	384,00	0,89	8,45	3,71
Formoso	844,29	1,42	4.623	1,44	58.100	0,74	0,57	358,00	0,83	7,59	3,35
Mara Rosa	1.687,91	2,83	10.228	3,18	174.078	2,22	0,49	1.179,00	2,74	6,77	4,34
Minaçu	2.860,74	4,80	30.696	9,53	1.553.254	19,82	0,55	2.538,00	5,89	5,50	3,03
Montividiu do Norte	1.333,00	2,24	4.447	1,38	59.146	0,75	0,57	342,00	0,79	6,74	1,20
Mozarlândia	1.734,36	2,91	15.125	4,70	555.270	7,08	0,44	3.403,00	7,90	6,56	2,63
Mundo Novo	2.146,65	3,60	5.661	1,76	100.816	1,29	0,48	926,00	2,15	8,46	1,98
Mutunópolis	955,88	1,61	3.906	1,21	56.245	0,72	0,55	376,00	0,87	7,44	2,59
Niquelândia	9.843,25	16,53	45.913	14,25	1.197.650	15,28	0,54	5.416,00	12,58	6,85	2,94
Nova Crixás	7.298,78	12,26	12.810	3,98	335.628	4,28	0,50	2.343,00	5,44	8,07	2,84
Nova Iguaçu de Goiás	628,44	1,06	2.961	0,92	34.914	0,45	0,40	238,00	0,55	5,82	2,56
Novo Planalto	1.242,82	2,09	4.387	1,36	74.513	0,95	0,51	535,00	1,24	6,00	2,12
Porangatu	4.820,52	8,09	45.305	14,07	832.179	10,62	0,57	6.043,00	14,03	6,22	3,36
Santa Tereza de Goiás	794,56	1,33	3.710	1,15	54.355	0,69	0,53	402,00	0,93	6,77	3,64
Santa Terezinha de Goiás	1.202,24	2,02	9.622	2,99	124.396	1,59	0,52	1.009,00	2,34	6,48	2,39

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
São Miguel do Araguaia	6.144,41	10,32	22.684	7,04	440.079	5,61	0,51	3.062,00	7,11	6,93	3,52
Trombas	799,13	1,34	3.571	1,11	43.415	0,55	0,53	335,00	0,78	8,09	2,39
Uirapuru	1.153,48	1,94	2.961	0,92	41.254	0,53	0,45	239,00	0,55	7,37	2,29
Uruaçu	2.141,82	3,60	40.082	12,44	710.958	9,07	0,58	5.727,00	13,30	8,04	5,00
<b>NORTE</b>	<b>59.553,70</b>	<b>100,00</b>	<b>322.105,00</b>	<b>100,00</b>	<b>7.838.471,00</b>	<b>100,00</b>	-	<b>43.069,00</b>	<b>100,00</b>	-	-

Fonte: IMB (2018).

**C.2 – Ranking individual e geral dos municípios em relação à Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura**

<b>Município</b>	<b>Área (2017)</b>	<b>População (2017)</b>	<b>PIB a preços correntes (2015)</b>	<b>Índice de Gini (2010)</b>	<b>Empregos gerados (2016)</b>	<b>IDM Educação (2016)</b>	<b>IDM Infraestrutura (2016)</b>	<b>Média das posições</b>	<b>Posição geral</b>
Uruaçu	8,00	3,00	4,00	26,00	2,00	7,00	1,00	7,29	1,00
Niquelândia	1,00	1,00	2,00	17,00	3,00	17,00	12,00	7,57	2,00
São Miguel do Araguaia	3,00	5,00	7,00	12,00	6,00	16,00	7,00	8,00	3,00
Nova Crixás	2,00	8,00	9,00	11,00	8,00	6,00	13,00	8,14	4,00
Crixás	5,00	6,00	8,00	20,00	4,00	3,00	17,00	9,00	5,00
Porangatu	4,00	2,00	3,00	23,00	1,00	23,00	8,00	9,14	6,00
Mozarlândia	10,00	7,00	5,00	3,00	5,00	21,00	14,00	9,29	7,00
Mara Rosa	11,00	10,00	11,00	9,00	11,00	18,00	2,00	10,29	8,00
Mináçu	6,00	4,00	1,00	18,00	7,00	26,00	11,00	10,43	9,00
Campinorte	18,00	9,00	10,00	8,00	10,00	14,00	6,00	10,71	10,00
Mundo Novo	7,00	13,00	13,00	6,00	13,00	1,00	23,00	10,86	11,00
Alto Horizonte	24,00	12,00	6,00	10,00	9,00	15,00	10,00	12,29	12,00
Bonópolis	12,00	17,00	14,00	2,00	14,00	10,00	26,00	13,57	13,00
Estrela do Norte	26,00	24,00	22,00	7,00	17,00	2,00	4,00	14,57	14,00
Santa Terezinha de Goiás	16,00	11,00	12,00	14,00	12,00	22,00	19,00	15,14	15,00
Campos Verdes	25,00	23,00	25,00	5,00	20,00	9,00	3,00	15,71	16,00
Formoso	20,00	14,00	17,00	25,00	19,00	11,00	9,00	16,43	17,00
Santa Tereza de Goiás	22,00	21,00	20,00	15,00	16,00	19,00	5,00	16,86	18,00
Campinaçu	9,00	20,00	19,00	21,00	26,00	4,00	20,00	17,00	19,00
Mutunópolis	19,00	18,00	18,00	19,00	18,00	12,00	15,00	17,00	20,00
Novo Planalto	15,00	16,00	15,00	13,00	15,00	24,00	22,00	17,14	21,00
Trombas	21,00	22,00	23,00	16,00	22,00	5,00	18,00	18,14	22,00
Uirapuru	17,00	25,00	24,00	4,00	24,00	13,00	21,00	18,29	23,00
Amaralina	13,00	19,00	21,00	22,00	23,00	8,00	25,00	18,71	24,00

<b>Município</b>	<b>Área (2017)</b>	<b>População (2017)</b>	<b>PIB a preços correntes (2015)</b>	<b>Índice de Gini (2010)</b>	<b>Empregos gerados (2016)</b>	<b>IDM Educação (2016)</b>	<b>IDM Infraestrutura (2016)</b>	<b>Média das posições</b>	<b>Posição geral</b>
Montividiu do Norte	14,00	15,00	16,00	24,00	21,00	20,00	24,00	19,14	25,00
Nova Iguaçu de Goiás	23,00	26,00	26,00	1,00	25,00	25,00	16,00	20,29	26,00

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

## D. Região Nordeste Goiano

D.1 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura dos municípios

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km <sup>2</sup>	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Alto Paraíso de Goiás	2.593,91	6,70	7.514,00	3,99	138.595,00	5,80	0,66	1.234,00	7,59	4,25	4,02
Alvorada do Norte	1.259,37	3,25	8.645,00	4,59	108.787,00	4,55	0,50	854,00	5,25	5,08	3,19
Buritópolis	247,05	0,64	3.389,00	1,80	54.808,00	2,29	0,78	302,00	1,86	4,71	1,66
Campos Belos	724,07	1,87	19.786,00	10,51	246.516,00	10,31	0,56	2.282,00	14,04	5,91	5,13
Cavalcante	6.953,67	17,96	9.829,00	5,22	249.997,00	10,46	0,63	759,00	4,67	3,60	1,83
Colinas do Sul	1.708,19	4,41	3.529,00	1,87	42.757,00	1,79	0,51	316,00	1,94	5,53	1,85
Damianópolis	415,35	1,07	3.389,00	1,80	27.936,00	1,17	0,56	173,00	1,06	5,58	2,52
Divinópolis de Goiás	830,97	2,15	4.995,00	2,65	57.854,00	2,42	0,59	348,00	2,14	5,65	2,54
Flores de Goiás	3.709,43	9,58	15.111,00	8,03	131.113,00	5,49	0,63	372,00	2,29	4,57	0,00
Guarani de Goiás	1.229,15	3,17	4.145,00	2,20	44.675,00	1,87	0,49	286,00	1,76	5,73	0,88
Iaciara	1.550,38	4,00	13.675,00	7,26	135.516,00	5,67	0,55	1.147,00	7,06	3,75	1,91
Mambaí	847,13	2,19	8.271,00	4,39	70.590,00	2,95	0,55	494,00	3,04	5,52	1,90
Monte Alegre de Goiás	3.119,81	8,06	8.464,00	4,50	77.312,00	3,23	0,61	542,00	3,33	4,72	1,06
Nova Roma	2.135,96	5,52	3.437,00	1,83	44.217,00	1,85	0,46	255,00	1,57	4,35	1,94
Posse	2.058,03	5,31	35.574,00	18,90	434.007,00	18,16	0,55	3.609,00	22,20	5,81	3,64
São Domingos	3.295,74	8,51	12.585,00	6,69	143.869,00	6,02	0,62	732,00	4,50	4,34	1,26
São João d'Aliança	3.327,38	8,59	12.643,00	6,72	229.101,00	9,58	0,50	1.382,00	8,50	4,08	1,44
Simolândia	347,98	0,90	6.891,00	3,66	86.177,00	3,61	0,48	621,00	3,82	5,39	2,32
Sítio d'Abadia	1.598,05	4,13	2.998,00	1,59	37.923,00	1,59	0,57	305,00	1,88	3,63	0,67
Teresina de Goiás	774,64	2,00	3.363,00	1,79	28.508,00	1,19	0,53	243,00	1,49	4,77	1,85
<b>NORDESTE</b>	<b>38.726,25</b>	<b>100,00</b>	<b>188.233,00</b>	<b>100,00</b>	<b>2.390.258,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>16.256,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: IMB (2018).

**D.2 – Ranking individual e geral dos municípios em relação à Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura**

Município	Área (2017)	População (2017)	PIB a preços correntes (2015)	Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)	IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)	Média das posições	Posição geral
Posse	8,00	1,00	1,00	8,00	1,00	2,00	3,00	3,43	1,00
Campos Belos	17,00	2,00	3,00	11,00	2,00	1,00	1,00	5,29	2,00
São João d'Aliança	3,00	5,00	4,00	4,00	3,00	17,00	15,00	7,29	3,00
Alvorada do Norte	12,00	8,00	9,00	5,00	6,00	9,00	4,00	7,57	4,00
Iaciara	11,00	4,00	7,00	9,00	5,00	18,00	9,00	9,00	5,00
Alto Paraíso de Goiás	6,00	11,00	6,00	19,00	4,00	16,00	2,00	9,14	6,00
Cavalcante	1,00	7,00	2,00	17,00	7,00	20,00	13,00	9,57	7,00
Simolândia	19,00	12,00	10,00	2,00	9,00	8,00	7,00	9,57	8,00
São Domingos	4,00	6,00	5,00	16,00	8,00	15,00	16,00	10,00	9,00
Mambaí	14,00	10,00	12,00	10,00	11,00	7,00	10,00	10,57	10,00
Flores de Goiás	2,00	3,00	8,00	18,00	12,00	13,00	20,00	10,86	11,00
Divinópolis de Goiás	15,00	13,00	13,00	14,00	13,00	4,00	5,00	11,00	12,00
Colinas do Sul	9,00	15,00	17,00	6,00	14,00	6,00	11,00	11,14	13,00
Monte Alegre de Goiás	5,00	9,00	11,00	15,00	10,00	11,00	17,00	11,14	14,00
Nova Roma	7,00	16,00	16,00	1,00	18,00	14,00	8,00	11,43	15,00
Guarani de Goiás	13,00	14,00	15,00	3,00	17,00	3,00	18,00	11,86	16,00
Damianópolis	18,00	17,00	20,00	12,00	20,00	5,00	6,00	14,00	17,00
Teresina de Goiás	16,00	19,00	19,00	7,00	19,00	10,00	12,00	14,57	18,00
Buritópolis	20,00	18,00	14,00	20,00	16,00	12,00	14,00	16,29	19,00
Sítio d'Abadia	10,00	20,00	18,00	13,00	15,00	19,00	19,00	16,29	20,00

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

## E. Região Entorno do Distrito Federal

E.1 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura dos municípios

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Abadiânia	1.045,13	2,91	18.775,00	1,54	289.003,00	1,73	0,44	2.245,00	1,93	3,80	2,73
Água Fria de Goiás	2.029,42	5,65	5.613,00	0,46	201.250,00	1,20	0,61	805,00	0,69	4,60	1,67
Águas Lindas de Goiás	188,39	0,52	195.810,00	16,07	1.543.370,00	9,23	0,45	12.421,00	10,67	4,71	3,04
Alexânia	847,89	2,36	26.770,00	2,20	730.593,00	4,37	0,48	4.600,00	3,95	5,19	3,08
Cabeceiras	1.126,91	3,13	7.935,00	0,65	222.375,00	1,33	0,50	995,00	0,85	4,76	2,33
Cidade Ocidental	389,99	1,08	66.777,00	5,48	640.631,00	3,83	0,52	4.185,00	3,59	5,92	5,20
Cocalzinho de Goiás	1.789,04	4,98	19.583,00	1,61	285.874,00	1,71	0,49	1.553,00	1,33	5,81	2,06
Corumbá de Goiás	1.061,96	2,95	11.086,00	0,91	145.028,00	0,87	0,52	1.053,00	0,90	4,83	1,65
Cristalina	6.162,09	17,14	55.347,00	4,54	1.941.940,00	11,61	0,58	13.202,00	11,34	4,75	2,64
Formosa	5.811,79	16,17	115.789,00	9,50	1.934.864,00	11,57	0,56	15.917,00	13,67	4,18	4,38
Luziânia	3.961,10	11,02	199.615,00	16,38	3.353.794,00	20,05	0,51	21.682,00	18,62	5,07	3,10
Mimoso de Goiás	1.386,92	3,86	2.702,00	0,22	37.052,00	0,22	0,59	305,00	0,26	5,35	2,56
Novo Gama	194,99	0,54	110.096,00	9,03	797.734,00	4,77	0,49	4.178,00	3,59	3,79	3,18
Padre Bernardo	3.139,18	8,73	32.148,00	2,64	479.258,00	2,87	0,57	2.726,00	2,34	5,11	2,74
Pirenópolis	2.205,01	6,13	24.761,00	2,03	373.934,00	2,24	0,50	2.867,00	2,46	5,17	3,45
Planaltina	2.543,68	7,08	88.863,00	7,29	914.807,00	5,47	0,45	7.069,00	6,07	5,92	4,20
Santo Antônio do Descoberto	944,15	2,63	71.887,00	5,90	565.703,00	3,38	0,47	4.364,00	3,75	5,11	3,26
Valparaíso de Goiás	61,45	0,17	159.500,00	13,09	2.155.165,00	12,89	0,53	15.954,00	13,70	5,00	4,82
Vila Boa	1.060,17	2,95	5.731,00	0,47	111.229,00	0,67	0,49	304,00	0,26	4,81	1,67
<b>ENTORNO DF</b>	<b>35.949,25</b>	<b>100,00</b>	<b>1.218.788,00</b>	<b>100,00</b>	<b>16.723.604,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>116.425,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: IMB (2018).

**E.2 – Ranking individual e geral dos municípios em relação à Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura**

Município	Área (2017)	População (2017)	PIB a preços correntes (2015)	Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)	IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)	Média das posições	Posição geral
Planaltina	5,00	6,00	6,00	3,00	6,00	1,00	4,00	4,43	1,00
Luziânia	3,00	1,00	1,00	11,00	1,00	9,00	8,00	4,86	2,00
Formosa	2,00	4,00	4,00	15,00	3,00	17,00	3,00	6,86	3,00
Valparaíso de Goiás	19,00	3,00	2,00	14,00	2,00	10,00	2,00	7,43	4,00
Santo Antônio do Descoberto	14,00	7,00	10,00	4,00	8,00	7,00	6,00	8,00	5,00
Águas Lindas de Goiás	18,00	2,00	5,00	2,00	5,00	15,00	10,00	8,14	6,00
Cidade Ocidental	16,00	8,00	9,00	12,00	9,00	2,00	1,00	8,14	7,00
Alexânia	15,00	11,00	8,00	5,00	7,00	5,00	9,00	8,57	8,00
Cristalina	1,00	9,00	3,00	17,00	4,00	14,00	13,00	8,71	9,00
Pirenópolis	6,00	12,00	12,00	9,00	11,00	6,00	5,00	8,71	10,00
Novo Gama	17,00	5,00	7,00	6,00	10,00	19,00	7,00	10,14	11,00
Padre Bernardo	4,00	10,00	11,00	16,00	12,00	8,00	11,00	10,29	12,00
Cocalzinho de Goiás	8,00	13,00	14,00	7,00	14,00	3,00	16,00	10,71	13,00
Abadiânia	13,00	14,00	13,00	1,00	13,00	18,00	12,00	12,00	14,00
Cabeceiras	10,00	16,00	15,00	10,00	16,00	13,00	15,00	13,57	15,00
Corumbá de Goiás	11,00	15,00	17,00	13,00	15,00	11,00	19,00	14,43	16,00
Mimoso de Goiás	9,00	19,00	19,00	18,00	18,00	4,00	14,00	14,43	17,00
Vila Boa	12,00	17,00	18,00	8,00	19,00	12,00	17,00	14,71	18,00
Água Fria de Goiás	7,00	18,00	16,00	19,00	17,00	16,00	18,00	15,86	19,00

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

## F. Região Sudeste Goiano

F.1 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura dos municípios

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Anhanguera	56,95	0,23	1.126,00	0,41	15.907,00	0,15	0,39	134,00	0,25	5,12	4,84
Campo Alegre de Goiás	2.462,99	9,78	7.149,00	2,58	310.664,00	2,84	0,47	1.367,00	2,50	5,72	2,66
Catalão	3.821,46	15,18	102.393,00	36,98	5.677.247,00	51,87	0,51	23.567,00	43,17	3,99	4,90
Corumbáiba	1.883,67	7,48	9.332,00	3,37	460.624,00	4,21	0,48	2.267,00	4,15	6,55	5,44
Cristianópolis	225,36	0,90	3.029,00	1,09	64.358,00	0,59	0,53	469,00	0,86	6,51	4,07
Cumari	570,54	2,27	2.975,00	1,07	62.173,00	0,57	0,59	318,00	0,58	4,78	3,77
Davinópolis	481,30	1,91	2.133,00	0,77	218.959,00	2,00	0,40	234,00	0,43	4,21	3,22
Gameleira de Goiás	592,00	2,35	3.777,00	1,36	101.057,00	0,92	0,54	414,00	0,76	5,46	1,39
Goianira	564,69	2,24	5.605,00	2,02	98.371,00	0,90	0,43	553,00	1,01	5,91	4,28
Ipameri	4.368,99	17,35	26.747,00	9,66	874.646,00	7,99	0,51	4.839,00	8,87	5,19	4,02
Leopoldo de Bulhões	473,28	1,88	7.773,00	2,81	162.417,00	1,48	0,45	1.295,00	2,37	4,22	2,12
Nova Aurora	302,66	1,20	2.206,00	0,80	44.496,00	0,41	0,44	264,00	0,48	5,96	3,85
Orizona	1.972,88	7,84	15.472,00	5,59	402.300,00	3,68	0,51	2.535,00	4,64	4,97	2,45
Ouvidor	413,78	1,64	6.340,00	2,29	509.891,00	4,66	0,45	1.588,00	2,91	6,60	3,86
Palmelo	58,96	0,23	2.424,00	0,88	27.753,00	0,25	0,58	278,00	0,51	3,85	3,83
Pires do Rio	1.073,36	4,26	31.151,00	11,25	743.608,00	6,79	0,47	6.748,00	12,36	3,39	5,38
Santa Cruz de Goiás	1.108,96	4,40	3.048,00	1,10	91.509,00	0,84	0,49	550,00	1,01	4,50	1,58
São Miguel do Passa Quatro	537,79	2,14	4.037,00	1,46	107.182,00	0,98	0,44	610,00	1,12	5,89	2,40
Silvânia	2.345,94	9,32	20.478,00	7,39	530.731,00	4,85	0,51	3.194,00	5,85	4,52	4,31
Três Ranchos	282,07	1,12	2.900,00	1,05	42.103,00	0,38	0,47	437,00	0,80	5,59	5,33
Urutaí	626,72	2,49	3.154,00	1,14	86.091,00	0,79	0,50	808,00	1,48	5,53	4,19
Vianópolis	954,28	3,79	13.675,00	4,94	312.348,00	2,85	0,47	2.116,00	3,88	6,06	3,06
<b>SUDESTE</b>	<b>25.178,61</b>	<b>100,00</b>	<b>276.924,00</b>	<b>100,00</b>	<b>10.944.435,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>54.585,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: IMB (2018).

**F.2 – Ranking individual e geral dos municípios em relação à Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura**

Município	Área (2017)	População (2017)	PIB a preços correntes (2015)	Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)	IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)	Média das posições	Posição geral
Corumbaíba	6,00	7,00	6,00	12,00	6,00	2,00	1,00	5,71	1,00
Catalão	2,00	1,00	1,00	15,00	1,00	20,00	4,00	6,29	2,00
Ipameri	1,00	3,00	2,00	16,00	3,00	12,00	10,00	6,71	3,00
Pires do Rio	8,00	2,00	3,00	8,00	2,00	22,00	2,00	6,71	4,00
Silvânia	4,00	4,00	4,00	17,00	4,00	16,00	6,00	7,86	5,00
Ouvidor	17,00	10,00	5,00	6,00	8,00	1,00	11,00	8,29	6,00
Vianópolis	9,00	6,00	8,00	9,00	7,00	4,00	16,00	8,43	7,00
Campo Alegre de Goiás	3,00	9,00	9,00	10,00	9,00	8,00	17,00	9,29	8,00
Goianira	13,00	11,00	14,00	3,00	13,00	6,00	7,00	9,57	9,00
Orizona	5,00	5,00	7,00	18,00	5,00	14,00	18,00	10,29	10,00
São Miguel do Passa Quatro	14,00	12,00	12,00	4,00	12,00	7,00	19,00	11,43	11,00
Urutaí	10,00	14,00	16,00	14,00	11,00	10,00	8,00	11,86	12,00
Leopoldo de Bulhões	16,00	8,00	11,00	7,00	10,00	18,00	20,00	12,86	13,00
Três Ranchos	19,00	18,00	20,00	11,00	16,00	9,00	3,00	13,71	14,00
Cristianópolis	20,00	16,00	17,00	19,00	15,00	3,00	9,00	14,14	15,00
Nova Aurora	18,00	20,00	19,00	5,00	20,00	5,00	12,00	14,14	16,00
Santa Cruz de Goiás	7,00	15,00	15,00	13,00	14,00	17,00	21,00	14,57	17,00
Davinópolis	15,00	21,00	10,00	2,00	21,00	19,00	15,00	14,71	18,00
Anhanguera	22,00	22,00	22,00	1,00	22,00	13,00	5,00	15,29	19,00
Gameleira de Goiás	11,00	13,00	13,00	20,00	17,00	11,00	22,00	15,29	20,00
Cumari	12,00	17,00	18,00	22,00	18,00	15,00	14,00	16,57	21,00
Palmelo	21,00	19,00	21,00	21,00	19,00	21,00	13,00	19,29	22,00

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

## G. Região Sul Goiano

G.1 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura dos municípios

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Água Limpa	452,86	1,80	1.967,00	0,44	45.425,00	0,32	0,47	131,00	0,13	5,89	2,58
Aloândia	102,16	0,41	2.071,00	0,47	35.589,00	0,25	0,45	251,00	0,25	5,43	3,66
Bom Jesus de Goiás	1.405,03	5,60	23.998,00	5,41	616.804,00	4,35	0,51	3.137,00	3,15	5,71	5,16
Buriti Alegre	895,46	3,57	9.535,00	2,15	293.934,00	2,07	0,45	1.779,00	1,79	5,74	5,37
Cachoeira Dourada	521,13	2,08	8.355,00	1,88	751.868,00	5,31	0,48	1.960,00	1,97	5,93	4,96
Caldas Novas	1.608,44	6,41	84.900,00	19,14	2.217.461,00	15,65	0,51	22.711,00	22,80	5,42	5,65
Cezarina	415,81	1,66	8.386,00	1,89	266.372,00	1,88	0,48	1.475,00	1,48	5,94	2,98
Cromínia	364,11	1,45	3.606,00	0,81	58.752,00	0,41	0,52	413,00	0,41	6,30	3,26
Edealina	603,65	2,41	3.809,00	0,86	191.251,00	1,35	0,51	741,00	0,74	7,29	3,25
Edéia	1.461,50	5,82	12.231,00	2,76	524.419,00	3,70	0,54	3.308,00	3,32	5,59	5,29
Goiatuba	2.470,35	9,84	34.312,00	7,73	1.338.896,00	9,45	0,52	8.423,00	8,45	5,65	4,63
Inaciolândia	688,20	2,74	6.148,00	1,39	179.539,00	1,27	0,45	617,00	0,62	6,34	3,62
Indiara	956,48	3,81	15.213,00	3,43	307.397,00	2,17	0,46	2.594,00	2,60	5,73	3,04
Itumbiara	2.464,51	9,82	102.513,00	23,11	3.971.655,00	28,02	0,49	28.373,00	28,48	5,01	6,95
Joviânia	445,49	1,78	7.468,00	1,68	173.451,00	1,22	0,49	829,00	0,83	5,61	5,16
Mairipotaba	467,43	1,86	2.432,00	0,55	45.488,00	0,32	0,68	237,00	0,24	7,18	3,21
Marzagão	222,43	0,89	2.226,00	0,50	35.093,00	0,25	0,47	250,00	0,25	6,53	4,04
Morrinhos	2.846,20	11,34	45.382,00	10,23	1.143.758,00	8,07	0,50	9.767,00	9,80	4,19	5,49
Panamá	433,82	1,73	2.712,00	0,61	68.936,00	0,49	0,44	464,00	0,47	4,87	2,56
Piracanjuba	2.380,73	9,49	24.885,00	5,61	639.352,00	4,51	0,48	3.306,00	3,32	4,80	5,21
Pontalina	1.436,95	5,73	17.991,00	4,06	416.637,00	2,94	0,55	2.690,00	2,70	5,23	5,35
Porteirão	603,94	2,41	3.758,00	0,85	159.192,00	1,12	0,41	658,00	0,66	5,77	3,26

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Professor Jamil	349,42	1,39	3.360,00	0,76	56.371,00	0,40	0,44	383,00	0,38	5,75	3,12
Rio Quente	243,49	0,97	4.112,00	0,93	257.008,00	1,81	0,47	3.077,00	3,09	5,35	4,95
Varjão	519,19	2,07	3.856,00	0,87	55.777,00	0,39	0,47	406,00	0,41	4,67	2,60
Vicentinópolis	737,26	2,94	8.397,00	1,89	322.298,00	2,27	0,48	1.642,00	1,65	5,33	2,54
<b>SUL</b>	25.096,02	100,00	443.623,00	100,00	14.172.723,00	100,00	-	99.622,00	100,00	-	-

Fonte: IMB (2018).

**G.2 – Ranking individual e geral dos municípios em relação à Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura**

<b>Município</b>	<b>Área (2017)</b>	<b>População (2017)</b>	<b>PIB a preços correntes (2015)</b>	<b>Índice de Gini (2010)</b>	<b>Empregos gerados (2016)</b>	<b>IDM Educação (2016)</b>	<b>IDM Infraestrutura (2016)</b>	<b>Média das posições</b>	<b>Posição geral</b>
Itumbiara	3,00	1,00	1,00	16,00	1,00	22,00	1,00	6,43	1,00
Caldas Novas	5,00	2,00	2,00	19,00	2,00	18,00	2,00	7,14	2,00
Morrinhos	1,00	3,00	4,00	18,00	3,00	26,00	3,00	8,29	3,00
Goiatuba	2,00	4,00	3,00	22,00	4,00	14,00	12,00	8,71	4,00
Buriti Alegre	10,00	10,00	12,00	4,00	12,00	11,00	4,00	9,00	5,00
Piracanjuba <sup>2</sup>	4,00	5,00	6,00	13,00	6,00	24,00	7,00	9,29	6,00
Bom Jesus de Goiás	8,00	6,00	7,00	20,00	7,00	13,00	8,00	9,86	7,00
Cachoeira Dourada	15,00	13,00	5,00	12,00	11,00	7,00	10,00	10,43	8,00
Edéia	6,00	9,00	8,00	24,00	5,00	16,00	6,00	10,57	9,00
Indiara	9,00	8,00	11,00	7,00	10,00	12,00	21,00	11,14	10,00
Pontalina	7,00	7,00	9,00	25,00	9,00	21,00	5,00	11,86	11,00
Inaciolândia	12,00	15,00	16,00	5,00	18,00	4,00	15,00	12,14	12,00
Porteirão	13,00	19,00	18,00	1,00	17,00	9,00	17,00	13,43	13,00
Rio Quente	24,00	16,00	14,00	8,00	8,00	19,00	11,00	14,29	14,00
Cezarina	21,00	12,00	13,00	15,00	14,00	6,00	22,00	14,71	15,00
Edealina	14,00	18,00	15,00	21,00	16,00	1,00	18,00	14,71	16,00
Vicentinópolis	11,00	11,00	10,00	14,00	13,00	20,00	26,00	15,00	17,00
Joviânia	19,00	14,00	17,00	17,00	15,00	15,00	9,00	15,14	18,00
Professor Jamil	23,00	21,00	21,00	3,00	22,00	10,00	20,00	17,14	19,00
Cromínia	22,00	20,00	20,00	23,00	20,00	5,00	16,00	18,00	20,00
Marzagão	25,00	24,00	26,00	11,00	24,00	3,00	13,00	18,00	21,00
Panamá	20,00	22,00	19,00	2,00	19,00	23,00	25,00	18,57	22,00
Varjão	16,00	17,00	22,00	9,00	21,00	25,00	23,00	19,00	23,00
Mairipotaba	17,00	23,00	23,00	26,00	25,00	2,00	19,00	19,29	24,00

<b>Município</b>	<b>Área (2017)</b>	<b>População (2017)</b>	<b>PIB a preços correntes (2015)</b>	<b>Índice de Gini (2010)</b>	<b>Empregos gerados (2016)</b>	<b>IDM Educação (2016)</b>	<b>IDM Infraestrutura (2016)</b>	<b>Média das posições</b>	<b>Posição geral</b>
Água Limpa	18,00	26,00	24,00	10,00	26,00	8,00	24,00	19,43	25,00
Aloândia	26,00	25,00	25,00	6,00	23,00	17,00	14,00	19,43	26,00

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

## H. Região Sudoeste Goiano

## H.1 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura dos municípios

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km <sup>2</sup>	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Acreúna	1.566,00	2,55	22.076,00	3,44	519.570,00	2,11	0,54	3.426,00	2,39	4,56	3,72
Aparecida do Rio Doce	602,13	0,98	2.517,00	0,39	69.505,00	0,28	0,52	909,00	0,63	6,77	6,03
Aporé	2.900,06	4,72	4.143,00	0,65	234.187,00	0,95	0,46	934,00	0,65	5,07	2,75
Cachoeira Alta	1.654,55	2,69	12.002,00	1,87	259.059,00	1,05	0,52	2.370,00	1,65	5,33	2,61
Caçu	2.251,01	3,66	15.287,00	2,38	567.825,00	2,31	0,54	3.335,00	2,33	5,15	4,99
Castelândia	297,98	0,48	3.610,00	0,56	67.106,00	0,27	0,59	362,00	0,25	5,36	3,56
Chapadão do Céu	2.185,13	3,55	9.110,00	1,42	796.605,00	3,23	0,42	4.160,00	2,90	6,03	4,54
Gouvelândia	824,75	1,34	5.656,00	0,88	184.482,00	0,75	0,45	631,00	0,44	4,22	2,40
Itajá	2.091,40	3,40	4.876,00	0,76	97.092,00	0,39	0,45	832,00	0,58	5,94	3,59
Itarumã	3.433,63	5,59	6.998,00	1,09	209.234,00	0,85	0,60	969,00	0,68	4,95	2,55
Jataí	7.174,23	11,67	98.128,00	15,28	3.838.761,00	15,58	0,57	19.479,00	13,59	5,13	5,65
Lagoa Santa	458,87	0,75	1.490,00	0,23	36.921,00	0,15	0,52	233,00	0,16	6,04	6,00
Maurilândia	389,70	0,63	13.379,00	2,08	181.436,00	0,74	0,42	1.051,00	0,73	4,88	2,84
Mineiros	9.038,77	14,70	62.750,00	9,77	2.042.847,00	8,29	0,56	16.535,00	11,53	5,90	5,12
Montividiu	1.869,73	3,04	12.566,00	1,96	583.053,00	2,37	0,48	2.215,00	1,54	6,08	3,63
Paranaiguara	1.153,62	1,88	9.919,00	1,54	147.576,00	0,60	0,44	923,00	0,64	6,86	5,87
Perolândia	1.029,62	1,67	3.135,00	0,49	315.606,00	1,28	0,50	1.519,00	1,06	5,53	2,50
Portelândia	556,58	0,91	4.044,00	0,63	168.742,00	0,69	0,40	723,00	0,50	5,84	2,96
Quirinópolis	3.789,08	6,16	48.508,00	7,56	1.373.847,00	5,58	0,48	11.218,00	7,82	5,39	5,60
Rio Verde	8.386,83	13,64	217.048,00	33,81	8.075.364,00	32,78	0,56	55.127,00	38,45	5,01	4,65
Santa Helena de Goiás	1.141,39	1,86	38.743,00	6,03	878.330,00	3,57	0,53	7.574,00	5,28	5,29	6,03
Santa Rita do Araguaia	1.355,78	2,21	8.218,00	1,28	139.808,00	0,57	0,49	674,00	0,47	4,14	3,65

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km <sup>2</sup>	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Santo Antônio da Barra	451,60	0,73	4.780,00	0,74	146.066,00	0,59	0,44	1.041,00	0,73	5,04	2,40
São Simão	414,22	0,67	19.697,00	3,07	3.106.633,00	12,61	0,56	3.083,00	2,15	5,66	5,94
Serranópolis	5.526,72	8,99	8.323,00	1,30	323.943,00	1,32	0,49	1.621,00	1,13	4,50	2,75
Turvelândia	933,96	1,52	5.050,00	0,79	269.697,00	1,09	0,45	2.432,00	1,70	6,18	2,38
<b>SUDOESTE</b>	61.477,33	100,00	642.053,00	100,00	24.633.295,00	100,00	-	143.376,00	100,00	-	-

Fonte: IMB (2018).

**H.2 – Ranking individual e geral dos municípios em relação à Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura**

Município	Área (2017)	População (2017)	PIB a preços correntes (2015)	Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)	IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)	Média das posições	Posição geral
Quirinópolis	5,00	4,00	5,00	10,00	4,00	12,00	7,00	6,71	1,00
Mineiros <sup>2</sup>	1,00	3,00	4,00	23,00	3,00	8,00	8,00	7,14	2,00
Chapadão do Céu	9,00	13,00	7,00	2,00	6,00	6,00	11,00	7,71	3,00
Jataí	3,00	2,00	2,00	24,00	2,00	17,00	6,00	8,00	4,00
Rio Verde <sup>2</sup>	2,00	1,00	1,00	21,00	1,00	20,00	10,00	8,00	5,00
Santa Helena de Goiás	16,00	5,00	6,00	18,00	5,00	15,00	2,00	9,57	6,00
Montividiu	11,00	10,00	8,00	11,00	12,00	4,00	14,00	10,00	7,00
Paranaiguara	15,00	12,00	20,00	4,00	19,00	1,00	5,00	10,86	8,00
Caçu	8,00	8,00	9,00	19,00	8,00	16,00	9,00	11,00	9,00
São Simão	24,00	7,00	3,00	22,00	9,00	10,00	4,00	11,29	10,00
Acreúna	13,00	6,00	10,00	20,00	7,00	23,00	12,00	13,00	11,00
Turvelândia	18,00	18,00	13,00	6,00	10,00	3,00	26,00	13,43	12,00
Cachoeira Alta	12,00	11,00	14,00	15,00	11,00	14,00	21,00	14,00	13,00
Serranópolis	4,00	14,00	11,00	12,00	13,00	24,00	20,00	14,00	14,00
Itajá	10,00	19,00	23,00	8,00	21,00	7,00	15,00	14,71	15,00
Aporé	7,00	21,00	15,00	9,00	18,00	18,00	19,00	15,29	16,00
Aparecida do Rio Doce	20,00	25,00	24,00	16,00	20,00	2,00	1,00	15,43	17,00
Maurilândia	25,00	9,00	18,00	3,00	15,00	22,00	18,00	15,71	18,00
Portelândia	21,00	22,00	19,00	1,00	22,00	9,00	17,00	15,86	19,00
Perolândia	17,00	24,00	12,00	14,00	14,00	11,00	23,00	16,43	20,00
Itarumã	6,00	16,00	16,00	26,00	17,00	21,00	22,00	17,71	21,00
Lagoa Santa	22,00	26,00	26,00	17,00	26,00	5,00	3,00	17,86	22,00
Santa Rita do Araguaia	14,00	15,00	22,00	13,00	23,00	26,00	13,00	18,00	23,00
Santo Antônio da Barra	23,00	20,00	21,00	5,00	16,00	19,00	24,00	18,29	24,00

<b>Município</b>	<b>Área (2017)</b>	<b>População (2017)</b>	<b>PIB a preços correntes (2015)</b>	<b>Índice de Gini (2010)</b>	<b>Empregos gerados (2016)</b>	<b>IDM Educação (2016)</b>	<b>IDM Infraestrutura (2016)</b>	<b>Média das posições</b>	<b>Posição geral</b>
Gouvelândia	19,00	17,00	17,00	7,00	24,00	25,00	25,00	19,14	25,00
Castelândia	26,00	23,00	25,00	25,00	25,00	13,00	16,00	21,86	26,00

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

## I. Região Oeste Goiano

I.1 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura dos municípios

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Adelândia	115,35	0,22	2.564,00	0,72	30.170,00	0,39	0,43	297,00	0,57	5,52	3,22
Americano do Brasil	133,56	0,25	6.018,00	1,70	73.450,00	0,95	0,42	522,00	1,00	5,31	3,22
Amorinópolis	408,53	0,78	3.408,00	0,96	51.716,00	0,67	0,43	274,00	0,53	5,54	3,03
Anicuns	979,23	1,86	21.746,00	6,13	363.786,00	4,72	0,48	3.256,00	6,25	4,76	3,80
Aragarças	664,53	1,26	19.884,00	5,61	213.081,00	2,77	0,46	1.015,00	1,95	5,10	3,75
Arenópolis	1.074,60	2,04	2.957,00	0,83	94.533,00	1,23	0,51	429,00	0,82	5,60	3,68
Aurilândia	565,34	1,07	3.422,00	0,96	54.772,00	0,71	0,44	374,00	0,72	6,01	4,08
Avelinópolis	174,24	0,33	2.494,00	0,70	47.837,00	0,62	0,59	238,00	0,46	6,02	3,57
Baliza	1.784,84	3,39	4.677,00	1,32	65.210,00	0,85	0,58	206,00	0,40	1,73	0,47
Bom Jardim de Goiás	1.899,51	3,60	8.896,00	2,51	136.959,00	1,78	0,50	647,00	1,24	5,38	2,94
Britânia	1.463,01	2,78	5.817,00	1,64	99.860,00	1,30	0,56	652,00	1,25	5,25	5,47
Burití de Goiás	199,29	0,38	2.583,00	0,73	34.381,00	0,45	0,49	511,00	0,98	7,29	4,06
Cachoeira de Goiás	422,75	0,80	1.414,00	0,40	25.872,00	0,34	0,47	217,00	0,42	6,42	3,22
Caiapônia	8.635,13	16,39	18.505,00	5,22	487.832,00	6,34	0,53	2.070,00	3,97	4,61	4,37
Campestre de Goiás	273,82	0,52	3.622,00	1,02	50.338,00	0,65	0,45	348,00	0,67	6,05	2,14
Córrego do Ouro	462,30	0,88	2.514,00	0,71	45.687,00	0,59	0,49	416,00	0,80	6,11	2,74
Diorama	687,35	1,30	2.547,00	0,72	43.224,00	0,56	0,41	243,00	0,47	4,78	2,25
Doverlândia	3.221,75	6,11	7.750,00	2,18	190.873,00	2,48	0,46	895,00	1,72	4,68	3,20
Fazenda Nova	1.281,42	2,43	6.070,00	1,71	92.843,00	1,21	0,47	675,00	1,30	5,02	2,54
Firminópolis	423,65	0,80	12.923,00	3,64	144.913,00	1,88	0,44	990,00	1,90	4,71	2,80
Iporá	1.026,38	1,95	32.242,00	9,09	562.292,00	7,30	0,52	4.547,00	8,73	5,55	5,51
Israelândia	577,48	1,10	2.910,00	0,82	45.008,00	0,58	0,44	272,00	0,52	5,05	3,07

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Itapirapuã	2.043,72	3,88	6.312,00	1,78	135.125,00	1,75	0,46	1.118,00	2,15	4,85	3,70
Ivolândia	1.257,66	2,39	2.554,00	0,72	68.368,00	0,89	0,46	360,00	0,69	5,48	2,40
Jandaia	864,11	1,64	6.254,00	1,76	191.519,00	2,49	0,45	1.631,00	3,13	5,66	3,05
Jaupaci	527,10	1,00	3.004,00	0,85	43.517,00	0,57	0,42	373,00	0,72	6,11	3,52
Jussara	4.085,36	7,75	19.239,00	5,42	384.194,00	4,99	0,66	3.157,00	6,06	5,93	5,46
Moiporá	460,62	0,87	1.666,00	0,47	33.372,00	0,43	0,43	245,00	0,47	6,41	3,65
Montes Claros de Goiás	2.903,85	5,51	8.236,00	2,32	248.096,00	3,22	0,50	1.561,00	3,00	6,19	3,66
Mossâmedes	684,45	1,30	4.700,00	1,32	74.852,00	0,97	0,51	726,00	1,39	6,48	2,94
Nazário	269,10	0,51	8.850,00	2,49	159.338,00	2,07	0,50	1.321,00	2,54	4,98	3,95
Novo Brasil	649,95	1,23	3.242,00	0,91	57.969,00	0,75	0,44	515,00	0,99	6,18	3,59
Palestina de Goiás	1.320,69	2,51	3.514,00	0,99	88.994,00	1,16	0,39	338,00	0,65	5,64	1,84
Palmeiras de Goiás	1.539,69	2,92	27.304,00	7,70	867.502,00	11,27	0,45	6.631,00	12,73	5,08	4,94
Palminópolis	387,69	0,74	3.667,00	1,03	101.951,00	1,32	0,53	521,00	1,00	6,01	3,34
Paraúna	3.779,39	7,17	11.221,00	3,16	623.821,00	8,10	0,44	2.679,00	5,14	4,63	5,09
Piranhas	2.047,77	3,89	11.022,00	3,11	367.835,00	4,78	0,50	1.403,00	2,69	5,81	3,57
Sanclerlândia	496,83	0,94	7.798,00	2,20	121.039,00	1,57	0,48	1.206,00	2,31	5,79	3,65
Santa Bárbara de Goiás	139,60	0,26	6.393,00	1,80	95.243,00	1,24	0,39	909,00	1,74	5,69	3,22
Santa Fé de Goiás	1.169,17	2,22	5.309,00	1,50	235.366,00	3,06	0,49	1.578,00	3,03	5,03	3,10
São João da Paraúna	287,83	0,55	1.547,00	0,44	41.960,00	0,54	0,54	249,00	0,48	5,73	6,67
São Luis de Montes Belos	826,00	1,57	33.118,00	9,34	721.218,00	9,37	0,49	5.963,00	11,45	5,06	5,73
Turvânia	480,78	0,91	4.818,00	1,36	84.457,00	1,10	0,50	521,00	1,00	5,93	3,38
<b>OESTE</b>	52.695,41	100,00	354.731,00	100,00	7.700.373,00	100,00	-	52.099,00	100,00	-	-

Fonte: IMB (2018).

**I.2 – Ranking individual e geral dos municípios em relação à Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura**

Município	Área (2017)	População (2017)	PIB a preços correntes (2015)	Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)	IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)	Média das posições	Posição geral
Palmeiras de Goiás	10,00	3,00	1,00	14,00	1,00	1,00	7,00	5,29	1,00
Paraúna	3,00	9,00	3,00	9,00	6,00	6,00	6,00	6,00	2,00
São Luís de Montes Belos	20,00	1,00	2,00	25,00	2,00	2,00	2,00	7,71	3,00
Iporá	17,00	2,00	4,00	36,00	3,00	3,00	3,00	9,71	4,00
Caiaopônia	1,00	7,00	5,00	37,00	7,00	7,00	8,00	10,29	5,00
Jussara	2,00	6,00	6,00	43,00	5,00	5,00	5,00	10,29	6,00
Anicuns	18,00	4,00	8,00	23,00	4,00	4,00	12,00	10,43	7,00
Montes Claros de Goiás	5,00	13,00	9,00	30,00	10,00	10,00	16,00	13,29	8,00
Piranhas	6,00	10,00	7,00	29,00	11,00	11,00	21,00	13,57	9,00
Aragarças	23,00	5,00	11,00	17,00	15,00	15,00	13,00	14,14	10,00
Itapirapuã	7,00	17,00	17,00	19,00	14,00	14,00	14,00	14,57	11,00
Jandaia	19,00	18,00	12,00	15,00	8,00	8,00	32,00	16,00	12,00
Doverlândia	4,00	15,00	13,00	18,00	18,00	18,00	29,00	16,43	13,00
Santa Fé de Goiás	15,00	22,00	10,00	26,00	9,00	9,00	30,00	17,29	14,00
Sanclerlândia	28,00	14,00	18,00	24,00	13,00	13,00	18,00	18,29	15,00
Nazário	38,00	12,00	14,00	31,00	12,00	12,00	11,00	18,57	16,00
Firminópolis	32,00	8,00	15,00	10,00	16,00	16,00	36,00	19,00	17,00
Britânia	11,00	21,00	20,00	40,00	21,00	21,00	4,00	19,71	18,00
Santa Bárbara de Goiás	41,00	16,00	21,00	1,00	17,00	17,00	26,00	19,86	19,00
Bom Jardim de Goiás	8,00	11,00	16,00	32,00	22,00	22,00	35,00	20,86	20,00
Fazenda Nova	13,00	19,00	23,00	21,00	20,00	20,00	38,00	22,00	21,00
Americano do Brasil	42,00	20,00	27,00	4,00	23,00	23,00	28,00	23,86	22,00
Aurilândia	26,00	29,00	31,00	12,00	30,00	30,00	9,00	23,86	23,00
Novo Brasil	24,00	31,00	30,00	11,00	26,00	26,00	19,00	23,86	24,00

Município	Área (2017)	População (2017)	PIB a preços correntes (2015)	Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)	IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)	Média das posições	Posição geral
Arenópolis	16,00	33,00	22,00	34,00	28,00	28,00	15,00	25,14	25,00
Palestina de Goiás	12,00	28,00	24,00	2,00	34,00	34,00	42,00	25,14	26,00
Mossâmedes	22,00	24,00	26,00	35,00	19,00	19,00	34,00	25,57	27,00
Turvânia	29,00	23,00	25,00	33,00	24,00	24,00	23,00	25,86	28,00
Jaupaci	27,00	32,00	37,00	5,00	31,00	31,00	22,00	26,43	29,00
Palminópolis	35,00	26,00	19,00	38,00	25,00	25,00	24,00	27,43	30,00
Ivolândia	14,00	37,00	28,00	20,00	32,00	32,00	39,00	28,86	31,00
Buriti de Goiás	39,00	35,00	40,00	28,00	27,00	27,00	10,00	29,43	32,00
Amorinópolis	34,00	30,00	32,00	6,00	36,00	36,00	33,00	29,57	33,00
Israelândia	25,00	34,00	36,00	13,00	37,00	37,00	31,00	30,43	34,00
Moiporá	31,00	41,00	41,00	7,00	39,00	39,00	17,00	30,71	35,00
Campestre de Goiás	37,00	27,00	33,00	16,00	33,00	33,00	41,00	31,43	36,00
Diorama	21,00	38,00	38,00	3,00	40,00	40,00	40,00	31,43	37,00
Adelândia	43,00	36,00	42,00	8,00	35,00	35,00	27,00	32,29	38,00
Córrego do Ouro	30,00	39,00	35,00	27,00	29,00	29,00	37,00	32,29	39,00
Baliza	9,00	25,00	29,00	41,00	43,00	43,00	43,00	33,29	40,00
São João da Paraúna	36,00	42,00	39,00	39,00	38,00	38,00	1,00	33,29	41,00
Cachoeira de Goiás	33,00	43,00	43,00	22,00	42,00	42,00	25,00	35,71	42,00
Avelinópolis	40,00	40,00	34,00	42,00	41,00	41,00	20,00	36,86	43,00

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

## J. Região Noroeste Goiano

J.1 – Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura dos municípios

Município	Área (2017)		População (2017)		PIB a preços correntes (2015)		Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)		IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)
	Km²	%	Nº hab.	%	R\$	%		Nº emp.	%		
Araçu	149,37	0,96	3.731,00	2,51	47.324,00	1,80	0,54	432,00	2,13	6,18	3,91
Araguapaz	2.193,70	14,11	7.862,00	5,28	115.907,00	4,41	0,54	633,00	3,12	4,03	3,59
Aruanã	3.055,29	19,66	9.138,00	6,14	160.142,00	6,10	0,52	950,00	4,68	5,42	4,74
Faina	1.945,66	12,52	6.947,00	4,67	106.378,00	4,05	0,47	676,00	3,33	3,98	1,17
Goiás	3.108,02	20,00	24.103,00	16,19	391.071,00	14,90	0,53	3.152,00	15,53	4,95	5,04
Guaraíta	205,31	1,32	2.206,00	1,48	29.019,00	1,11	0,42	212,00	1,04	5,91	2,12
Heitorai	229,64	1,48	3.757,00	2,52	41.725,00	1,59	0,53	389,00	1,92	5,20	2,82
Itaberaí	1.457,28	9,38	40.872,00	27,45	1.018.704,00	38,80	0,56	8.096,00	39,90	5,28	4,19
Itaguari	146,64	0,94	4.730,00	3,18	56.182,00	2,14	0,39	485,00	2,39	7,12	3,45
Itaguaru	239,68	1,54	5.456,00	3,66	64.672,00	2,46	0,46	481,00	2,37	5,98	3,19
Itapuranga	1.276,48	8,21	26.586,00	17,86	367.174,00	13,99	0,49	3.049,00	15,02	5,04	5,26
Itauçu	383,84	2,47	9.019,00	6,06	140.468,00	5,35	0,46	1.089,00	5,37	5,48	4,67
Matrinchã	1.150,89	7,41	4.490,00	3,02	86.676,00	3,30	0,42	649,00	3,20	4,61	2,21
<b>NOROESTE</b>	15.541,79	100,00	148.897,00	100,00	2.625.442,00	100,00	-	20.293,00	100,00	-	-

Fonte: IMB (2018).

**J.2 – Ranking individual e geral dos municípios em relação à Área geográfica, População, PIB, Índice de GINI, Números de empregos gerados, IDM – educação e IDM – infraestrutura**

Município	Área (2017)	População (2017)	PIB a preços correntes (2015)	Índice de Gini (2010)	Empregos gerados (2016)	IDM Educação (2016)	IDM Infraestrutura (2016)	Média das posições	Posição geral
Goiás	1,00	1,00	2,00	9,00	2,00	10,00	2,00	3,86	1,00
Aruanã	2,00	2,00	4,00	8,00	5,00	6,00	3,00	4,29	2,00
Itapuranga	6,00	6,00	3,00	7,00	3,00	9,00	1,00	5,00	3,00
Itaberaí	5,00	5,00	1,00	13,00	1,00	7,00	5,00	5,29	4,00
Itauçu	8,00	8,00	5,00	4,00	4,00	5,00	4,00	5,43	5,00
Araguapaz	3,00	3,00	6,00	11,00	8,00	12,00	7,00	7,14	6,00
Faina	4,00	4,00	7,00	6,00	6,00	13,00	13,00	7,57	7,00
Matrinchã	7,00	7,00	8,00	2,00	7,00	11,00	11,00	7,57	8,00
Itaguaru	9,00	9,00	9,00	5,00	10,00	3,00	9,00	7,71	9,00
Itaguari	13,00	13,00	10,00	1,00	9,00	1,00	8,00	7,86	10,00
Araçu	12,00	12,00	11,00	12,00	11,00	2,00	6,00	9,43	11,00
Guaraíta	11,00	11,00	13,00	3,00	13,00	4,00	12,00	9,57	12,00
Heitorai	10,00	10,00	12,00	10,00	12,00	8,00	10,00	10,29	13,00

**Fonte:** Desenvolvido pelo autor com base em IMB (2018).

**ANEXOS**

ANEXO A – Informações oficiais CODEGO.....	133
--	-----

## ANEXO – A: Informações oficiais CODEGO



Memorando N°003/2018 – Diretoria Técnica -CODEGO

Goiânia-GO, 04 de Dezembro de 2018.

DE: DIRETOR TÉCNICO DA CODEGO  
IZELMAN OLIVEIRA DA SILVA

PARA: AUDITORIA INTERNA DA GOIASINDUSTRIAL  
ISETE S. C. SIMÕES DE LIMA

Assunto: Manifestação N° 2018.1121.115602-94

Senhora Isete S. C. Simões de Lima,

### **1- ANO DE CRIAÇÃO E LEI DE CRIAÇÃO, CASO EXISTA, DE CADA UM DOS 36 DISTRITOS INDUSTRIAIS EM FUNCIONAMENTO ADMINISTRADOS PELA CODEGO**

Segundo informações dos arquivos da CODEGO, a maior parte dos distritos foi criada por meio da Lei Estadual n° 12.652/1995 de 13/07/1995; com exceção:

- Abadiânia – Criado por meio da Lei Municipal n° 562/2003 de 09/09/2003;
- Anápolis – Decreto Estadual n° 187/73 de 13/09/1973 e aprovado pelo Decreto Municipal n° 42.678/2018 – Conhecido como “Regularização do DAIA”;
- Aparecida de Goiânia – Decreto Municipal n° 482/98 de 17/12/1998;
- Cabeceiras – Lei Municipal n° 072/93 de 27/10/1993;
- Catalão – Decreto Municipal n° 532/05 de 18/07/05;
- Inhumas – Decreto Estadual n° 4.083/93 de 13/10/1993 e
- Crixás – Lei Municipal n° 1.706/13 de 22/04/2013;

### **2- CRITÉRIOS, ESTUDOS E METODOLOGIA DETALHADA, UTILIZADOS PELO ESTADO E PELA CODEGO PARA SELEÇÃO DE ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE DISTRITOS INDUSTRIAIS EM GOIÁS, ISTO É, COMO SÃO DEFINIDOS OS MUNICÍPIOS QUE RECEBERAM OU RECEBERÃO ESTES DISTRITOS.**

A Diretoria Técnica da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO informa que a seleção de áreas para a implantação de um Distrito Industrial é estabelecida previamente observando uma série de critérios de ordem técnica, conforme descrito abaixo:

- I. Existência de malha logística;
- II. Facilidade de acesso à prestação de serviços básicos;
- III. Proximidade do mercado consumidor e
- IV. Proximidade do mercado fornecedor;
- V. Existência de canais de distribuição;



Entretanto, antes da continuidade aos estudos de ordem legal de viabilidade de criação de um Distrito Industrial, como a análise da Lei do Plano Diretor, da Lei do Perímetro Urbano e da Expansão Urbana, da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano/Zoneamento entre outros, é necessário que sejam determinadas, de acordo com o Guia Técnico Para Implantação de Distritos Industriais (elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP) as viabilidades para os serviços de Infraestrutura como:

- I. Disponibilidade de
- II. Tratamento de Esgoto:
- III. Energia Elétrica:
- IV. Telefonia e Internet:
- V. Abastecimento de Gás:

Sendo assim, a capacidade de **FORNECIMENTO DE ÁGUA** é o primeiro serviço de infraestrutura necessário para o início do Estudo de Viabilidade Técnica (EVT) da área a ser utilizada na criação de um Distrito Industrial. Portanto, após a indicação da área, seja pelo Estado ou pelo Município, a Diretoria Técnica da CODEGO solicita à Gerência Geral desta Companhia que realize visita à área especificada, juntamente com o Departamento do Meio Ambiente, para justificar se a área possui ou não potencial hídrico para a implantação de um Distrito Industrial.

Cabe ressaltar que as políticas de desenvolvimento econômico do Estado de Goiás são estabelecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação – SED. Sendo assim, a definição dos municípios que receberão estes Distritos é realizada pela SED, uma vez que a CODEGO é jurisdicionada à esta Secretaria.

### **3- INVESTIMENTOS E RECURSOS DESEMBOLSADOS PELO ESTADO PARA A IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS DISTRITOS ADMINISTRADOS PELA CODEGO NO PERÍODO DE 2000 A 2017.**

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – **CODEGO** informa que as políticas de desenvolvimento econômico do Estado de Goiás são estabelecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SED. Sendo assim, a CODEGO orienta que sejam buscadas as informações detalhadas referentes aos **INVESTIMENTOS E RECURSOS DESEMBOLSADOS PELO ESTADO PARA A IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS DISTRITOS** administrados pela CODEGO, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SED.

Cabe ressaltar que atualmente as manutenções dos Distritos Industriais administrados pela CODEGO são realizadas com recursos próprios da Companhia ou por Convênio realizado com a SED. No período de 2015 a 2018 foram realizados dois



Convênios (SED – CODEGO) para **IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO** dos Distritos Industriais administrados pela CODEGO:

CONVÊNIO (SED – CODEGO)	VALOR (R\$)
Anel Viário Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA	R\$ 9.241.122,90
Estação de Tratamento de Esgoto – ETE - DAIA	R\$ 8.421.274,65

No período de 2015 a 2018 foram adquiridas as seguintes áreas para implantação de novos Distritos Industriais:

ÁREA	VALOR (R\$)
Posse (1.821.602 m <sup>2</sup> )	R\$ 759.000,00
Caldas Novas Aquisição da área (242.000 m <sup>2</sup> )	R\$ 680.000,00

Cabe ressaltar, que no período de 2015 a 2018 foi integralizada uma área pelo Estado de Goiás para a Companhia de Desenvolvimento Econômico – CODEGO, referente ao Complexo Empresarial Metropolitano - CEM (Matriculas nº 240.470 e 255.628 Livro 2 Registro Geral do Cartório de Registros de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas da Comarca de Aparecida de Goiânia):

ÁREA	VALOR (R\$)
Aparecida de Goiânia	R\$ 47.326.049,89

**4- NUMERO DE INDÚSTRIAS INSTALADAS EM CADA UM DOS 36 DISTRITOS INDUSTRIAIS EM FUNCIONAMENTO ADMINISTRADOS PELA CODEGO, BEM COMO O RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA DAS MESMAS.**

**INDÚSTRIA ALIMENTOS**

EMPRESA	DISTRITO
A FORTALEZA DISTRIBUIDORA DE RACOES E CEREAIS	Agroindustrial de Goianésia
Agro-Cria Comércio e Indústria Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Agromil Transportes Indústria e Comércio de Nutrição	Agroindustrial de Uruaçu



EMPRESA	DISTRITO
Alexandre Antônio de Souza - ME	Agroindustrial de Mineiros I
Alisul Alimentos S.A.	Agroindustrial de Anápolis
Amor a Vida Produtos Naturais Ltda	Agroindustrial de Luziânia
Angelo Auricchio & Companhia Ltda.	Agroindustrial de Morrinhos
Atacadista Escala Ltda - ME	Agroindustrial de Goianésia
BR Blend Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Café Rancheiro Agro Industrial Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
CCL INSUMOS AGROPECUÁRIOS LTDA	Agroindustrial de Goianésia
CDA - Companhia de Distribuição Araguaia	Agroindustrial de Anápolis
Christian e Lopes e Cia Ltda - ME.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Comtral Comercio e Transporte de Alimentos Ltda	Agroindustrial de Anápolis
Cria Pecuária Técnica Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Doce Vida Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios	Agroindustrial de Anápolis
Dute Indústria e Comércio de Charque e Derivados	Agroindustrial de Porangatu
EIC do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos S/A	Agroindustrial de Anápolis
Granol Indústria Comércio e Exportação S.A.	Agroindustrial de Anápolis
Granol Indústria Comércio e Exportação S.A.	Agroindustrial de Mineiros I
Guabi Nutrição e Saúde Animal S.A.	Agroindustrial de Anápolis
Indústria e Comércio de Alimentos Triângulos Ltda	Agroindustrial de Anápolis Norte
Industria e Comercio Fosforte de Nutrição Animal Ltda -	Agroindustrial de Uruaçu
José Lucas Ribeiro	Agroindustrial de Orizona
JR Produção de Alimentos Animal Ltda- ME	Agroindustrial de Uruaçu
Ki Vita Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	Agroindustrial de Luziânia
LACTALIS DO BRASIL-COMERCIO, IMORTAÇÃO E	Agroindustrial de Itumbiara



EMPRESA	DISTRITO
Laticínio Asahí Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Laticínio São Francisco Ltda.	Agroindustrial de Mineiros II
Laticínios Centenário Ltda.	Agroindustrial de Itumbiara
Livié Produtos Farmacêuticos e Nutricionais Ltda.	Industrial de Senador Canedo - DISC
MENDES ALIMENTOS LIMITADA	Agroindustrial de Anápolis
Midway Labs Corp Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
MJM Nutrição Animal Ltda	Agroindustrial de Goianira
MOARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	Agroindustrial de Anápolis
MV Pão de Queijo Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Nutrage Industrial Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Nutrisal Indústria e Comércio de Suplementos para	Agroindustrial de Rio Verde I
Parma Produtos Alimentícios Ltda.	Industrial de Senador Canedo - DISC
Pastificio Santa Clara Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Perdigão Agroindustrial S.A.	Agroindustrial de Mineiros I
Pilões Armazéns Gerais Ltda.	Agroindustrial de Mineiros I
QUALITY INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA ME	Agroindustrial de Anápolis
Rei dos Condimentos Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
RFJP Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. - ME	Agroindustrial de Goianésia
Roan Alimentos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
RV Rações Ltda.	Agroindustrial de Orizona
SÓ MILHO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE CEREAIS EIRELI	Agroindustrial de Mineiros I
SOFTECH BRASIL S/A	Agroindustrial de Anápolis
Sotrigo Sociedade Tritícola de Goiás Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Struza Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários	Agroindustrial de Porangatu



EMPRESA	DISTRITO
Sun Foods Agroindustrial Centro Oeste Ltda.	Agroindustrial de Inhumas
THUNDER BOLT INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	Agroindustrial de Anápolis
TS Agroindústria Ltda - ME	Agroindustrial de Anápolis
Uilma Ribeiro dos Santos Sorvete Saborizze	Agroindustrial de Luziânia
Única Comércio de Balas e Doces Ltda- ME	Mineroindustrial de Catalão
Vasconcelos Indústria, Comércio, Importação e Exportação	Mineroindustrial de Catalão
Vigor Alimentos S.A	Agroindustrial de Anápolis
Vilage Premium Indústria e Comércio Ltda.	Mineroindustrial de Catalão

#### INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

EMPRESA	DISTRITO
Facchini S/A	Agroindustrial de Anápolis
Fórmula R Indústria e Comércio de Peças para Automotores Ltda.	Mineroindustrial de Catalão
HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA.	Mineroindustrial de Catalão
Magnabosco Comercio e Transporte Ltda	Agroindustrial de Rio Verde II
Mecânica Carreiteiro Ltda -ME	Agroindustrial de Uruaçu
Mecânica Videira Ltda.	Agroindustrial de Rio Verde II
PSE Equipamentos Rodoviarios Ltda	Mineroindustrial de Catalão



### INDÚSTRIA CONSTRUÇÃO

EMPRESA	DISTRITO
Artforte Construção e Incorporação Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Boa Vista Construções Elétricas Ltda. ME	Mineroindustrial de Catalão
Brasmon Indústria e Metalúrgica Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Concreto Redimix do Brasil S.A.	Agroindustrial de Anápolis
GR MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA - ME	Agroindustrial de Goianésia
Indústria de Temperos Conservas e Condimentos Vó Ita Ltda.	Agroindustrial de Rio Verde I
Kade Engenharia e Construção Ltda.	Agroindustrial de Rio Verde II
Sebastião Machado da Silva Sobrinho ME	Agroindustrial de Orizona
Vertical Green do Brasil Ltda	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC

### INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

EMPRESA	DISTRITO
Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.	Agroindustrial de Anápolis
CB Silva Agrobóvi Ltda. - ME	Agroindustrial de Anápolis
Champion Farmoquímico Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Cinco Confiança Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
FBM Indústria Farmacêutica Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Gbio Indústria Farmacêutica Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Gemini Indústria de Insumos Farmacêuticos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Gênix Indústria Farmacêutica Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Geolab Indústria Farmacêutica S/A.	Agroindustrial de Anápolis
Gerbrás Química Farmacêutica Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Greenpharma Química e Farmacêutica Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
IDEALFARMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS	Agroindustrial de Anápolis



EMPRESA	DISTRITO
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	Agroindustrial de Anápolis
JRD Indústria Farmacêutica Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Laboratório Eri Brasil Internacional Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Laboratório Teuto Brasileiro S.A.	Agroindustrial de Anápolis
Lasa Indústria Farmacêutica S.A.	Agroindustrial de Anápolis
Mittel-Klasse Farmacêutica Ltda.	Industrial de Senador Canedo - DISC
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica S.A.	Agroindustrial de Anápolis
PERLEN PACKAGING ANAPOLIS INDUSTRIA E	Agroindustrial de Anápolis
Plentis Pharma Indústria Comércio Importação Ltda -	Agroindustrial de Anápolis
VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	Agroindustrial de Anápolis

#### INDÚSTRIA COUROS

EMPRESA	DISTRITO
Adn 22 Indústria de Couro Ltda.	Mineroindustrial de Catalão
Calçados Aryetta Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Goyazes Ltda.	Agroindustrial de Goianira
JL Representações Comerciais Ltda - ME	Agroindustrial de Uruaçu
Lider Botas Ltda - ME	Agroindustrial de Goianira
Milena Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Agroindustrial de Luziânia
Passione Indústria e Comércio de Calçados Ltda	Agroindustrial de Goianira
R.A.R.D. Indústria e Comércio de Etiquetas Ltda.	Agroindustrial de Goianésia
SC Indústria de Bolsas Ltda.	Agroindustrial de Goianira



### INDÚSTRIA GESTÃO DE RESÍDUOS

EMPRESA	DISTRITO
Adequa Solução e Inovação em Sustentabilidade Ltda	Agroindustrial de Inhumas
Caritas Estruturas Metalicas Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Daniel Indústria e Comércio de Metais Ltda. - ME	Agroindustrial de Itumbiara
Hebert & Hegert Johanssen Recuperadora de Resíduos	Mineroindustrial de Catalão
Imprensa Bíblica Cristal Ltda - ME	Agroindustrial de Goianira
Nasa Soluções Ambientais Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Plastix Indústria Comércio e Distribuições de Plásticos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
RECAP AGRÍCOLA LTDA-EPP	Agroindustrial de Itumbiara
Recipel Industrial e Comércio de Insumos Reciclados Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
S&G Industria e Soluções Ltda	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
VP RECICLAGEM LTDA	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC

### INDÚSTRIA MADEIRA

EMPRESA	DISTRITO
Brasil Paletes Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
CAVACO'S - COMBUSTÍVEIS DE BIOMASSA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-ME	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Centro Sul Ind. e Com. de Portas e Janelas Ltda. -EPP	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Comercial AD. F. Lima Ltda - ME.	Agroindustrial de Uruaçu
CVM Indústria de Madeiras Ltda.	Agroindustrial de Inhumas
ELÉTRICA ANHANGUERA LTDA	Agroindustrial de Goianésia
Fundação Espirita Nova Vida	Mineroindustrial de Catalão



EMPRESA	DISTRITO
Grandis Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Rio Verde I
JM Paletes Empreendimentos de Madeira Ltda.	Agroindustrial de Abadiânia
KAVAKOS RECICLAGEM DE PNEUS EIRELI - ME	Agroindustrial de Rio Verde II
Maravalha Rio Verde Ltda - ME	Agroindustrial de Rio Verde I
MS Indústria e Comércio de Madeiras Ltda - EPP	Agroindustrial de Anápolis
Naturenge Engenharia Ambiental Ltda.	Agroindustrial de Porangatu
R R Indústria de Paletes e Madeira Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Silveira & Canedo Ltda-ME	Agroindustrial de Anápolis

#### INDÚSTRIA MÁQUINAS E EQUIPAMENTO

EMPRESA	DISTRITO
BIO PROJETOS SUSTENTAVEIS EIRELI - EPP	Agroindustrial de Luziânia
Cerrado Agrometal Industria, Mecanica e Terraplanagem Eireli- ME	Agroindustrial de Itumbiara
Coet Centro Oeste Equipamentos e Processo de Tratamento Ltda. (SAUBER)	Agroindustrial de Anápolis
Equipamentos Alimentícios Centro Oeste Ltda. - EACO	Agroindustrial de Itumbiara
FMB MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA.	Agroindustrial de Anápolis
GSE Automotiva Ltda.EPP	Agroindustrial de Anápolis
Hidráulica Brasil Ltda - ME	Agroindustrial de Uruaçu
Implementos Bela Vista LTDA-ME	Agroindustrial de Bela Vista
Indústria Metalúrgica Steckelberg Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Isofrio Isolamentos Térmicos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
JL Indústria e Comércio de Máquinas Industriais Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
John Deere Brasil Ltda.	Mineroindustrial de Catalão
Montherm Indústria Comércio e Serviços Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia



EMPRESA	DISTRITO
Partone Hidráulica Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
PPM Enterprise Ltda.	Agroindustrial de Abadiânia
Predigás Engenharia Comércio Manutenção e Instalação Ltda.	Agroindustrial de Luziânia
Sarv Prestação de Serviços Agrícola e Industrial Ltda - ME	Agroindustrial de Morrinhos
Sigma Comércio e Serviços Eletromecânicos EIRELI.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Usicamp Implementos Para Transportes Ltda.	Agroindustrial de Itumbiara

#### INDÚSTRIA MATERIAL PLÁSTICO

EMPRESA	DISTRITO
Alpes Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Concrecat Premoldados de Concretos Ltda - ME	Mineroindustrial de Catalão
Copocentro Indústria de Plásticos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Delfire Indústria e Comércio de Extintores Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Ecoplast Indústria e Comércio de PVC Ltda.	Agroindustrial de Morrinhos
Ecoplax - Indústria e Comércio de Artefatos e Derivados Plásticos LTDA - EPP	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Embalo Embalagens Lógicas Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Evangelista de Castro & Castro Ltda	Agroindustrial de Anápolis
FORTLEV INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	Agroindustrial de Anápolis
GERRESHEIMER PLÁSTICOS SÃO PAULO LTDA	Agroindustrial de Anápolis
GVPAR Participações e Investimentos Ltda	Agroindustrial de Anápolis
Indcom Ambiental Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Isoeste Indústria e Comércio de Isolantes Térmicos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Isoeste Metálica Ind. e Com. Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Megaplast Indústria de Plásticos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis



EMPRESA	DISTRITO
Mexichem Brasil Indústria de Transformação Plástica Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Oswaldo de Sousa Neto	Agroindustrial de Rio Verde I
Pharma Cluster Indústria e Comércio Ltda - EPP.	Agroindustrial de Anápolis
Plastem Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos Ltda.	Industrial de Senador Canedo - DISC
Plastibel Indústria e Comércio de Plásticos Ltda - ME	Agroindustrial de Anápolis Norte
Polo Injetados de Termoplásticos Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Protege Ind. e Com. de Equip. de Seg. Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Rafia Centro Oeste Sacarias Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Resiplastic Indústria e Comércio Ltda.	Mineroindustrial de Catalão
Selecta Plásticos Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Tubolar Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Videplast Centro Oeste Ltda.	Agroindustrial de Rio Verde II

#### INDÚSTRIA METAL

EMPRESA	DISTRITO
ABJV Metais Nobres Indústria Comércio e Serviços Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Aluminio W. Nissei Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Ari Candido - ME	Agroindustrial de Mineiros II
Bisnago Indústria de Embalagens Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Clodovil Martins Medeiros e Cia Ltda	Agroindustrial de Porangatu
Companhia Metalgraphica Paulista	Agroindustrial de Anápolis
Contel Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Custódio Cabral da Silva	Agroindustrial de Rio Verde II
Danfer Metalúrgica Ltda - EPP	Agroindustrial de Goianira
Eletro Quadros Metalúrgica Ltda.	Agroindustrial de Goianira



EMPRESA	DISTRITO
Engemek Soluções Industriais Ltda - ME	Mineroindustrial de Catalão
EVOLUÇÃO SERVIÇOS EIRELI	Agroindustrial de Itumbiara
Fundição e Torneadora Almeida Azevedo Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
GALVAFER ELETRO FERRAGENS LTDA - EPP	Agroindustrial de Goianira
Gersanti & Carvalho Indústria e Comércio Ltda	Industrial de Senador Canedo - DISC
GOICACER - GOIÁS CAFÉ E CEREAIS LTDA - ME	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Gravia Esquality Indústria Metalúrgica Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
GSV Montagens Industriais Ltda - ME	Agroindustrial de Goianésia
HS Manutenção Industrial e Transportes Ltda- ME	Agroindustrial de Anápolis
Indústria de Alumínios Progresso Ltda.	Agroindustrial de Goianira
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FRALDAS TERNURA LTDA	Agroindustrial de Anápolis
Jardinox Tanques Isotérmicos Ltda	Agroindustrial de Itumbiara
JBS Tanques Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
JOÃO BATISTA PRIMO - ME	Agroindustrial de Porangatu
José Alves & Magaine Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Lazipe Ferreira Adorno -EPP	Agroindustrial de Goianira
LCP Engenharia Ltda	Agroindustrial de Itumbiara
Maqna Misturadores Ltda	Agroindustrial de Goianira
Maruza Santos Bandeira Rosa ME	Agroindustrial de Goianésia
Metalúrgica Cagesul Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Metalúrgica Cavagi Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Metalúrgica Concept Ltda.	Mineroindustrial de Catalão
Metalúrgica Dobra Aço Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Metalúrgica e Serralheria Rio Verde Ltda.	Agroindustrial de Rio Verde I
Metalúrgica Esperança Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Metalúrgica Fixa-Par Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Metalúrgica Irmãos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis



EMPRESA	DISTRITO
Metalurgica Real Ltda-ME	Agroindustrial de Rio Verde II
Oliveira e Magalhães Materiais para Construção Ltda.	Mineroindustrial de Catalão
ORGANIZE METALURGICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Agroindustrial de Anápolis
Para-fix Parafusos e Fixadores de Metal Ltda-EPP	Agroindustrial de Anápolis
Pontes Indústria Metalúrgica Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Qualisolda Torneadora e Caldeiraria Ltda - ME	Agroindustrial de Goianésia
RBP Engenharia Ltda - ME	Agroindustrial de Itumbiara
Renato de Paiva Pereira ME	Agroindustrial de Orizona
Shox do Brasil Construções Ltda EPP	Agroindustrial de Luziânia
Stampo Metalúrgica Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Usimor - Usinagem Indústria e Comércio Ltda	Mineroindustrial de Catalão
Zigmunt Ferro e Aço Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Zincar Galvanotécnica Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia

#### INDÚSTRIA MINERAIS NÃO METÁLICOS

EMPRESA	DISTRITO
Agis Indústria e Comércio de Pré-Fabricados Ltda	Agroindustrial de Itumbiara
Airton Pereira do Valle Junior ME	Agroindustrial de Mineiros I
Andrade & Vilela Artefatos de Cimento Ltda.	Agroindustrial de Rio Verde I
Archanjo & Fleury Participações e Empreendimentos Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo -
BN Construtora e Engenharia Ltda - EPP	Agroindustrial de Rio Verde I
Brandão Artefatos de Cimento Ltda - EPP	Agroindustrial de Anápolis
Castro Jacobu Construção Ltda.	Mineroindustrial de Catalão
Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A	Agroindustrial de Anápolis
Cerâmica Catalão	Mineroindustrial de Catalão
Cerâmica Fama Ltda - ME	Agroindustrial de Orizona



EMPRESA	DISTRITO
Cerâmica Goianésia Ltda.	Agroindustrial de Goianésia
Cerâmica Honda Ltda	Agroindustrial de Inhumas
Ciplan Cimento Planalto S.A.	Agroindustrial de Anápolis
Conblocos Premoldados Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Concret Net Industria e Artefatos e Concreto Ltda.	Agroindustrial de Bela Vista
Conpostes Pre-Moldados Industria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Conpostes Pré-Moldados Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Construtora Riomax Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Contelhas Pre-Moldados Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Costa & Andrade Cerâmica e Premoldados Ltda.	Agroindustrial de Orizona
Delfus Pré-Moldados Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Diego de Sá Ferreira - ME	Agroindustrial de Morrinhos
DMR - Industria Comércio e Serviços Ltda - ME	Mineroindustrial de Catalão
Fatri Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Godoi Pre-Moldados Ltda	Agroindustrial de Itumbiara
Goiarte Soluções Construtiva em Concreto Ltda	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Goiás Indústria de Pre-Moldados Ltda	Agroindustrial de Inhumas
Goiás Norte Artefatos de Cimento Ltda	Agroindustrial de Uruaçu
GS Serviços Confecção e Comércio de Pre-Moldados Ltda	Mineroindustrial de Catalão
Gynglass Vidros e Esquadrias Ltda	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Holtz e Dias Ltda-ME	Agroindustrial de Orizona
Indústria de Artefatos de Cimento Brasil Ltda.	Agroindustrial de Morrinhos
INDUSTRIA E REVESTIMENTO CRISCOLA LTDA - ME	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Inpar Indústria de Pré-Moldados e Artefatos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Jacinto Engenharia Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Itumbiara
JB Construtora Martins Ltda - ME	Agroindustrial de Itumbiara
JOÃO BATISTA PRIMO - ME	Agroindustrial de Porangatu



EMPRESA	DISTRITO
Joaquim Antonio Evangelista - ME	Mineroindustrial de Catalão
Kimassa Indústria de Argamassa Ltda. - ME	Agroindustrial de Anápolis
LCD Artefatos de Cimento Ltda.	Agroindustrial de Rio Verde I
LM Construtora Ltda - ME	Agroindustrial de Goianésia
M. Fortes Artefatos de Cimento e Materiais de Construção Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Marmoraria Limagran Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Marsam do Brasil - Mármore & Granitos Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
MAURO CESAR DA SILVA - ME	Agroindustrial de Goianésia
MILANO TEMPER VIDROS E ESQUADRIAS DE ALUMINIO - EIRELI	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Moldar Engenharia Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
N.A Gonçalves de Oliveira - ME	Agroindustrial de Morrinhos
Pafisa Pré-Moldados Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Planalto Blocos e Artefatos de Cimento Ltda.	Agroindustrial de Abadiânia
Power Blocks - Industria e Comércio de Premoldados de Concreto	Agroindustrial de Luziânia
Precon Goiás Industrial Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Premoldados Melo Indústria e Comércio Ltda	Agroindustrial de Anápolis
Rio Granito Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo -
Roberto Alienda de Carvalho - Marmoraria - ME	Agroindustrial de Mineiros II
Romilson Bispo Almeida -ME	Agroindustrial de Mineiros II
Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção	Agroindustrial de Anápolis
Teggo Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Luziânia
TEGULA SOLUCOES PARA TELHADOS LTDA	Agroindustrial de Anápolis
Trade Construtora e Incorporadora Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Tubomax Pré-Moldados Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Urumix Ind. de Artefatos de Cimento Ltda.	Agroindustrial de Uruaçu
VOTUMIX PREPARAÇÃO DE CONCRETO EIRELI	Agroindustrial de Itumbiara



### INDÚSTRIA MOVELEIRA

EMPRESA	DISTRITO
Amobrás Atacadista de Móveis Brasil Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
ANDRIGHETTI & CIA LTDA - ME	Agroindustrial de Luziânia
CORS INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP	Industrial de Senador Canedo - DISC
E R Loures	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Finart Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Forma Indústria e Comércio de Moveis Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
FR-Indústria e Comércio de Móveis Ltda	Industrial de Senador Canedo - DISC
Glauber de Oliveira Lopes.	Agroindustrial de Goianésia
Ideal Metalúrgica Ltda - ME	Agroindustrial de Anápolis
IMOL - Rodrigues de Oliveira Cia Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
INDUSTRIA DE MOVEIS KERS LTDA - ME	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Industria e Comercio de Estofados Solares Ltda-Me	Agroindustrial de Rubiataba
Jota PR Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
LACCATO INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA - ME	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Miranda Oliveira e Silva Transportes Comercio e Industria de Moveis Ltda- ME	Agroindustrial de Rubiataba
Perfil Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	Agroindustrial de Rio Verde I
Post Portas Indústria e Comércio de Móveis	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
SC MOVEIS E ELETRODOMESTICOS GOIANESIA EIRELI - ME	Agroindustrial de Uruaçu
ST Mobile Ltda. - ME	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Velgo Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Versátil Banheiras Ltda.	Industrial de Senador Canedo - DISC



EMPRESA	DISTRITO
VILMA DE FÁTIMA NETO SILVA - ME	Mineroindustrial de Catalão

#### INDÚSTRIA PAPEL

EMPRESA	DISTRITO
Carta Goiás Indústria e Comércio de Papéis Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Carta Industrial Produtos de Higiene e Limpeza Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Cartonagem e Litografia Anapolina Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Florax e Globo Comércio de Papeis Ltda	Agroindustrial de Anápolis
Gold Pack Ind. e Com. de Embalagens Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Jaepel Papéis e Embalagens S/A.	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Macro Etiquetas e Rótulos Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Total Indústria de Formulários Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia

#### INDÚSTRIA QUÍMICO

EMPRESA	DISTRITO
Adubos Araguaia Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Adubos Moema Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Agroquímica Catalão Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda.	Mineroindustrial de Catalão
ALTA COSMÉTICA IND.COM. IMP. E EXP. EIRELI - ME	Agroindustrial de Goianira
Ambra Acabamentos Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Bauminas Química Ltda.	Agroindustrial de Luziânia
Boa Safra Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda.	Agroindustrial de Itumbiara
CLAUDINEY DE SOUZA PERES - ME	Mineroindustrial de Catalão
Colatex Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis



EMPRESA	DISTRITO
CRUZEIRO ELABORACAO DE PRODUTOS DIVERSIFICADOS LTDA - EPP	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Cruzeiro Industrial Química Gomes Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
D'VALLE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - ME.	Agroindustrial de Goianésia
DEMAZON COSMETICOS DA AMAZONIA LTDA - ME	Industrial de Senador Canedo - DISC
Distribuidora Brasileira de Asfalto S.A. - Disbral	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
Fersan Indústria e Comércio Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Fertilizantes Centro Oeste Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Fertilizantes Fertivel Ltda - EPP	Mineroindustrial de Catalão
Fertilizantes Motta Ltda.	Agroindustrial de Itumbiara
FR Nutran Animal Ltda.	Agroindustrial de Itumbiara
HEBERT E HHJ RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS E GESTÃO AMBIENTAL LTDA- ME	Mineroindustrial de Catalão
Indústria e Comércio Bioplástico Ltda. - ME	Agroindustrial de Rio Verde I
Indústria Nacional de Asfaltos Ltda.	Agroindustrial de Goianira
Ipe Industria e Comércio de Tintas Ltda	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
ISADORA RAMALHO VAN DER LAAN - EPP	Agroindustrial de Porangatu
Ja Reveste - Revestimentos de Poliuretano Ltda.	Mineroindustrial de Catalão
Kelldrin Industrial Ltda	Agroindustrial de Anápolis
LEVIALE IND. DE INSUMOS FARMACEUTICOS LTDA	Agroindustrial de Anápolis
Lidertex Indústria e Comércio de Tintas e Revestimentos Ltda	Agroindustrial de Anápolis
Lidertex Indústria e Comércio de Tintas e Revestimentos Ltda	Agroindustrial de Anápolis Norte
Limpis Industrial Ltda. ME	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
LUKATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA-ME	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
MAFRA IMP.IND. E COM. DE PROD. HIGIÊNICOS - LTDA	Mineroindustrial de Catalão



EMPRESA	DISTRITO
Mazsel Din Fertilizantes Foleares Eireli - ME	Agroindustrial de Luziânia
MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA	Mineroindustrial de Catalão
Nikon Indústria de Tintas Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
NUTRIEN AG SOLUTIONS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA.	Agroindustrial de Morrinhos
Petro Graxa Ind. e Com. de Produtos Automotivos e Industriais Eireli - ME	Agroindustrial de Inhumas
Polynner Indústria Termoplástica Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Prado & Prado Tintas e Solventes Ltda	Agroindustrial de Goianira
Química Amparo Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Qvida Industrial Ltda.	Industrial de Senador Canedo - DISC
Ravoni Industria e Comercio de Revestimentos Para Paredes Ltda-Me	Agroindustrial de Luziânia
River Cril Revestimentos Acrílicos Ltda - ME	Agroindustrial de Rio Verde I
Solução Agro-Rural Ltda - ME	Agroindustrial de Itumbiara
STEFANI FERTILIZANTES ESPECIAIS EIRELI	Agroindustrial de Senador Canedo - DASC
Sul Goiana Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda.	Agroindustrial de Itumbiara
Talismã Terraplanagem Indústria e Transporte Ltda - ME	Agroindustrial de Morrinhos
Total Qualiti Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	Agroindustrial de Aparecida de Goiânia
VALEIRO & BESSA INDUSTRIAL QUIMICA LTDA - EPP	Agroindustrial de Pontalina

#### INDÚSTRIA TÊXTIL

Empresa	Distrito
Copalimpa Indústria Têxtil Ltda.	Agroindustrial de Anápolis
Embrasatec Indústria e Comércio Têxtil Ltda.	Mineroindustrial de Catalão
Tema Indústria Têxtil Ltda.	Agroindustrial de Bela Vista



## 5- PIB DE CADA UM DOS 36 DISTRITOS INDUSTRIAIS EM FUNCIONAMENTO ADMINISTRADOS PELA CODEGO, NO PERÍODO DE 2000 A 2017

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – **CODEGO** informa que as políticas de desenvolvimento econômico do Estado de Goiás são estabelecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SED. Sendo assim, a CODEGO orienta que sejam buscadas as informações solicitadas na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SED, onde poderão ser obtidos detalhes sobre programas como o **PRODUZIR**.

O **PRODUZIR** é o atual programa de incentivos fiscais de Goiás e tem como objetivo contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial, mediante o estímulo à realização de investimentos, renovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, dando ênfase à geração de emprego e renda e à redução das desigualdades sociais e regionais.

### REGULAMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DE GOIÁS – PRODUZIR

§ 2º O projeto de viabilidade econômico-financeira previsto no inciso II, alínea "b", deste artigo deve:

IV - conter, entre outras, as seguintes informações:

- a) tamanho do mercado consumidor e do índice de industrialização no Estado ou na região onde a indústria deve ser implantada, com relação ao bem a ser produzido;
- b) volume do capital de giro anual do empreendimento;**
- c) relação detalhada do processo produtivo e do investimento fixo programado, informando o custo e a capacidade de produção individual e do conjunto;
- d) insumos necessários à produção, discriminados por origem goiana, nacional e internacional;
- e) percentual de valor agregado incidente sobre a matéria-prima;
- f) previsão de geração de impostos, do faturamento e do percentual das vendas destinadas aos mercados goiano, nacional e internacional;**
- g) previsão de geração de empregos diretos e indiretos;**

## 6- NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS DIRETA E INDIRETAMENTE EM CADA UM DOS 36 DISTRITOS INDUSTRIAIS EM FUNCIONAMENTO ADMINISTRADAS PELA CODEGO, NO PERÍODO DE 2000 A 2017.

Conforme exposto na resposta do item 5 – as informações referentes ao **NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS DIRETA E INDIRETAMENTE** são apresentadas nos projeto de viabilidade econômico-financeira quando as indústrias solicitam o programa **PRODUZIR**. Sendo assim, a CODEGO orienta que sejam buscadas as informações solicitadas na Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SED, onde poderão ser obtidos detalhes na Superintendência do Programa Produzir.



---

A Diretoria Técnica da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – **CODEGO** se coloca à disposição para dirimir eventuais dúvidas ou para maiores esclarecimentos.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,



Izelman Oliveira da Silva  
Diretor Técnico  
Delegação Poder Part. 026/2015-PRES

**Izelman Oliveira da Silva**  
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás  
Diretor Técnico